

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Mestrado de Sociologia

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

C817c

37287/BC

Francisco Manuel César Correia de Almeida

**CONSIDERAÇÕES EM TORNO DO NACIONALISMO
ANGOLANO**

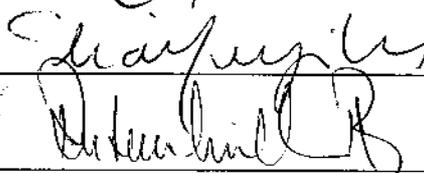
Dissertação de Mestrado
apresentada ao Departamento de
Sociologia do Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas sob
orientação do Prof. Dr. Octávio
Ianni.

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em 15 de
Dezembro de 1998.

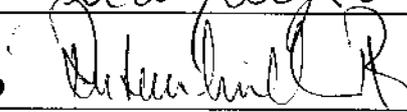
Prof. Dr. Octávio Ianni (Orientador)



Prof.^a Dr.^a Élide Rugai Bastos



Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rego



Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes (Suplente)



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	
	37287
	229/99
	D <input checked="" type="checkbox"/>
	R\$ 11,00
	09/04/99
N.º	

CM-00122057-6

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

C 817 c **Correia de Almeida, Francisco Manuel César**
Considerações em torno do nacionalismo angolano / Francisco
Manuel César Correia de Almeida. - - Campinas, SP : [s. n.],
1998.

Orientador: Octávio Ianni.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

I. Nacionalismo – Angola. I. Ianni, Octávio, 1926 - .
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

ÍNDICE GERAL

Introdução	4
Cap. I: O Sentido da Existência da Nação Angolana	6
Cap. II: O Efeito da Colonização Portuguesa	24
Cap. III: O Nacionalismo Angolano	54
Conclusão	96
Bibliografia	106

COMBOIO AFRICANO

*Um comboio
subindo de difícil vale africano
chia que chia
lento e caricato*

Grita e grita

*quem esforçou não perdeu
mas ainda não ganhou*

*Muitas vidas
ensoparam a terra
onde assentam os rails
e se esmagam sob o peso da máquina
e no barulho da terceira classe*

Grita e grita

*quem esforçou não perdeu
mas ainda não ganhou*

*Lento caricato e cruel
o comboio africano...¹*

Introdução

A presente análise retoma um debate que se desenvolve em torno do nacionalismo angolano, sua origem e desenvolvimento. Será Angola uma Nação? Como e de onde se origina?

O estudo da evolução dos Reinos que existiram antes da intervenção portuguesa permitem afirmar que de uma dispersão migratória iniciada na região dos Grandes Lagos, na África Central, povos bantu

¹ Neto, António Agostinho Neto. Sagrada Esperança. Poemas. União dos Escritores Angolanos. Luanda.

reuniram-se ao Sul do Equador formando sociedades suficientemente complexas e estruturadas para promover a personalização da individualidade humana muito superior ao estágio alcançado pelas tribos e clãs. Foram essas Nações que mediaram a evolução das primeiras comunidades naturais em comunidade de pessoas, individualizadas, capazes de se libertar dos limites impostos pelos clãs e pelas tribos.

Angola é uma Nação herdeira desses Reinos e Estados independentes tributários do Reino do Congo. A intervenção de Portugal nessas Nações não terá tido outro mérito que não fosse a demarcação de um espaço que abrangia partes de cada um deles, limitando à força parte da população a esse espaço onde incutiu a sua dominação, economia, cultura e visão do mundo. Até onde esse esforço terá sido assimilado?

O fim do colonialismo revelaria um povo angolano formado maioritariamente por camponeses não influenciados pela colonização além dos marcos impostos pela ausência do seu antigo poder político e da hegemonia da aristocracia autóctone e por um sistema extrativo de corte capitalista, produtores independentes não assimilados pela civilização colonial. O desenvolvimento da Luta de Libertação Nacional desnudaria essa hibridez cultural na sua composição social: fortes reminiscências pré-coloniais, que em determinado momento, se aliaram e foram influídas por um nacionalismo educado e influenciado precisamente na Europa.

Terminada a Guerra Fria, durante a qual um *projeto socialista* empurrou a Nação para o *centro do furacão*, o nacionalismo angolano volta a ser tema de debate: que sentido dar ao desenvolvimento da Nação? Ou se voltará à mesa do jogo onde, como cartas marcadas, as credenciais recebidas por cada um definem fórmulas, receitas e atribuições? O debate é longo e esta dissertação é apenas uma participação nele.

Capítulo I:

O Sentido da Existência da Nação Angolana

A República de Angola é uma Nação cuja existência deriva dos Reinos do Congo, N'Dongo e adjacentes, onde primeiro se constituíram Nações. É uma parte extraída dessas Nações, desagregada violentamente pela colonização portuguesa, como outras potências coloniais desagregaram outras, moldada seletivamente à sua imagem, impregnada pela sua economia e cultura, híbrida, onde o nacionalismo se adequou, por razões históricas, a inspirações extranacionais em busca de soluções para a Reconstrução Nacional.

Se uma análise da história de Angola reconhece que ela é produto da intervenção violenta da colonização e que é esse o seu ponto de partida conclui-se que, da origem àqueles dias, o gênero angolano terá tido origem na multiplicidade que desembocou numa unidade anterior. Antes de qualquer civilização, evidenciou-se nos homens uma preocupação primeira, uma força instintiva mais forte que os conduziu a um amplo movimento de dispersão, deslocação, acomodação e descobrimento de novas terras mais produtivas. Uma dispersão geográfica que trazia implícita a diferenciação de grupos isolados que haviam desenvolvido características próprias, quase que sem contato entre si, adaptados individualmente aos respectivos habitat, desenvolvendo cada um a sua língua, seus usos e costumes, tradições, etc. Os Reinos do Congo, do N'Dongo e os Estados Independentes seus vizinhos nasceram da condensação desses vários grupos numa região que se terá mostrado favorável à unificação e cresceram ao sabor dos acidentes da história. As forças que tenderam à dispersão foram sendo vencidas pela resultante que indicava a unificação limitando-lhe o sentido a limites geográficos definidos. Desde então os homens começaram a viver em cada vez maior número numa terra onde as distancias ganharam limites e a natureza se dispôs a ser descoberta.

Os bochimanes foram os primeiros donos da terra, o primeiro povo com alguma organização social que habitou as terras no interior das quais se traçou o atual território de Angola. Provenientes, eles mesmo, do cruzamento de várias outras raças localizadas ao Sul do Equador, são homens de estatura mais pequena que os bantu. A sua língua é uma variação do grupo khoi-Saan e representam talvez o único caso de povo que habitou a região sem ter constituído qualquer Reino ou Estado. Viveram sempre em tribos, sob a forma mais primitiva, caçando e comendo frutos e raízes de árvores.

Nos primeiros 500 anos da era atual, homens de raça negra provenientes do Centro de África, na região dos Grandes Lagos, migraram em direção à Região Austral da costa ocidental do continente. O primeiro desses povos, o grupo kikongo, começou por se aproximar do rio Zaire. No século XIII atravessou-o e instalou-se na sua margem esquerda, no atual Noroeste de Angola. Outro, o grupo Ngangela, veio também para Sul e deu origem à civilização de Kalombo, junto ao lago Tanganika. No século XVII, alguns homens dessa civilização foram para Oeste e atravessaram o rio Zambeze até ao rio Kunene. Em 1568 entrou um novo grupo pelo lado Norte, os Jagas. Combateu contra os Kikongos, que tinham chegado primeiro àquele território e acabou sendo expulso dali. Dispersos, alguns foram instalar-se na região de Kassanje enquanto outros continuaram marchando para Sul onde se foram misturar aos homens que já habitavam aquelas paragens. No século XVI, ou talvez antes, os Vanyaneka ou Nyaneka chegaram pelo atual Sul de Angola, atravessaram o rio Kunene e instalaram-se no planalto da Huíla. No mesmo século XVI vieram os Ovahelero, ou Hereros, um povo de pastores. Entraram pelo extremo Este de Angola, atravessaram o planalto do Bié e foram instalar-se entre o deserto do Namibe e a Serra da Chela, no atual Sudeste de Angola. No século XVIII entraram os Ovambo ou os Ambós. Deixaram o seu território no baixo Kwango para estabelecer-se entre o Alto Kubango e o Kunene. Ainda no século XVIII os Kiokos abandonaram Katanga e atravessaram o rio Cassai para se instalar na Lunda, no atual Nordeste de Angola. Mas os Lundas apareceram para cobrar imposto. Para não pagar, voltaram a emigrar, desta vez mais para Sul. Finalmente, no século XIX, chegou o último povo que se instalou

no atual território de Angola nessa época das grandes migrações: os Ovakwangali ou kuangares. Vindos de Orange, na atual África do Sul, em 1840, foram os primeiros a instalar-se no alto Zambeze. Nessa altura chamavam-se Makokolos. Do alto Zambeze alguns homens desse grupo passaram para o Kwangar, no extremo Sudeste de Angola, onde estão ainda hoje, entre os rios Kubango e Kwango.

Todos esses povos conheciam o ferro em diferentes estágios de especialização, produção e manejo. Ao chegarem ao território onde se reuniram, a qualidade da terra foi quase sempre o principal motivo para a fixação definitiva. Posteriormente fariam grandes progressos transformando-se alguns em Reinos, uns mais importantes que outros. Seria um tempo marcado por freqüentes disputas. Os que chegavam depois eram forçados a entrar em guerra contra os que já lá se encontravam.

Essas migrações têm sido vistas por alguns autores como invasões e desalojamentos. Não se pode negar que tenha havido conflitos, disputas de maior ou menor monta. O que parece mais coerente, contudo, é a consideração segundo a qual quem chegava era recebido como vizinho útil, de pensamento semelhante, para os quais se podia encontrar espaço bastante em terras tão pouco povoadas. Os conflitos havidos ter-se-iam baseado mais na luta política pelo poder entre chefes do que em rivalidades étnicas ou tribais.

A fundação do Reino do Congo data do século XIII e sobreviveu até pouco depois de 1575 data da fundação da cidade de Luanda, a atual capital de Angola². Por aquela altura todas as tribos e clãs do grupo Kikongo (ou Bakongo) reuniram-se em torno de um chefe, Wene ou Nimi-a-Lukeni e formaram o Reino do Congo. Um enorme território limitado a Norte pelo rio Ogoue, na atual República do Gabão; a Sul

² O surgimento da cidade de Luanda está diretamente ligada ao desenvolvimento do tráfico de escravos inicialmente destinados às ilhas de São Tomé e Príncipe e à Casa dos Escravos em Lisboa. Cresceu tanto esse comércio que por volta de 1530 já eram exportados do Porto de M'Pinda - ponto de chegada dos portugueses ao Reino do Congo - entre 4 e 5 mil escravos por ano. Com o início desse abastecimento a partir dos Reinos mais afastados da costa, o Reino do Congo acabaria por favorecer indiretamente a prosperidade dos seus vizinhos e estimular o desejo dos portugueses de negociar diretamente com eles. Resulta dessa transferência de interesse a decadência do Reino do Congo e a substituição de M'Pinda por Luanda como principal porto de exportação e a conseqüente emergência do Reino do N'Dongo como Estado mais poderoso da região.

pelo Rio Kuanza; a Este pelo rio Kwango, um afluente do rio Zaire; e a Oeste pelo Oceano Atlântico. Tinha como capital M'Banza Congo. Referências da época indicam que por volta de 1450 esse era o mais vigoroso de todos os reinos estabelecidos na região austral da costa ocidental de África, poderoso, de complexa organização social e política, de economia estável e em desenvolvimento.

Cerca de um século depois de fundado, surgiu o Reino do N'Dongo, no século XIV, em moldes organizativos muito semelhantes aos do Congo, com a particularidade de que aí a propriedade comunitária era muito mais vincada. Formado por migrações de povos bantu vindos igualmente da região dos Grandes Lagos, na África Central, esses instalaram-se na Matamba. Chefiados por N'Gola-a-Zinga, avançaram para o rio Kuanza e conquistaram todas as terras em direção ao Oceano Atlântico. Conquistadas, essas terras passaram para o controle de N'Gola M'Bandi ou N'Gola Inene, filho de N'Gola-a-Zinga. A capital do Reino ficou estabelecida em M'Banza Kassaba perto da atual cidade do Dondo. O território era limitado a Norte pelo rio Dande e as terras de Ambuíla, a Sul pelo Planalto do Bié, a Leste pela região de Kassanje e a Sudeste pela região da Kissama. Apesar da enorme expansão, nos anos posteriores a sua fundação, em direção ao Sul, era tributário do Reino do Congo pelo menos até 1563.

Ao Sul do rio Kuanza, na região da Kissama, estabeleceram-se pequenos Sobados, ou Estados Independentes. Esses não pagavam impostos a ninguém o que talvez justifique o estado de permanente conflito com os Reinos do Congo e N'Dongo e posteriormente contra os portugueses. Alguns autores consideram a importância dessa região em função da produção em barras, de sal, que eram utilizadas como moeda de circulação no Planalto do Bié e arredores. Seria essa a causa de freqüentes disputas pelo seu controle. A debilidade desses Estados Independentes, constituídos por Muxima, Kitangombe, Kizua, N'Gola Kikaito e Kafuxe, esteve sempre na dispersão do poder, na independência política relativa que lhes afastou sempre da possibilidade da formação de um Estado único a semelhança dos Reinos do Congo e N'Dongo.

A Norte do estuário do rio Zaire, ao longo da costa atlântica, estabeleceu-se o Reino do Loango, que está na origem da atual província de Cabinda.

Cada um desses Reinos tinha a sua tradição própria, nem sempre concordantes entre si. Contudo, os exploradores portugueses que primeiro abordaram aquelas paragens testemunharam ter-se estabelecido ali um modelo de mútua tolerância. Em certa medida esse panorama pode ser confirmado pela coexistência em espaços específicos de fronteiras estáveis e permanentes e pela confirmação de relações permanentes nos domínios político, econômico e social. “Cheguei ao território do *Muene* Gambo, onde acampamos. Pagamos à respetiva dona o direito de passagem pela terra, a qual nos deu uma cabra e algumas tigelas de farinha de milho. Continuamos a marcha e fomos acampar nos países do *Muene* Canunga, chefe supremo dos M'Bundas. Mandamos o dinheiro do direito de passagem à senhora da terra, que eu vi no nosso acampamento quando ela nos trouxe uma cabra, tigelas de farinha de milho e chávenas de hidromel (*minzundo*)”³.

A história e as tradições dos Reinos do Congo, N'Dongo e adjacentes permitem que se esboce um quadro de migrações, de novos aldeamentos e de ajustamento a condições locais, na essência - como analisa comparativamente Basil Davidson⁴ - “vincadamente semelhante” às conseqüências da invasão normanda da Inglaterra Anglo-Saxónica três séculos antes. Por volta de 1350 um chefe e seus guerreiros tinham atravessado o rio Zaire na direção Sul vindos da Região Ocidental dos Grandes Lagos e se apoderado da parte Sul do rio. Traziam consigo idéias sobre realeza derivadas da sua história, da história de um suposto único *Estado Originário* que terá tomado forma naquela região e enxertavam o seu governo noutro povo - os que originalmente habitavam o seu ponto de chegada - e que já tinham, eles também, alguma forma de organização política e social própria. Mas o resultado dessa fusão, o Reino do Congo, não seria então uma simples transferência das estruturas existentes na região

³ Porto, Silva. Viagens e Apontamentos dum Portuense em África (1847-1890). Publicado em 1942 pelo Ministério das Colônias.

⁴ Davidson, Basil. Angola no Centro do Furacão. Ed. Delfos. Lisboa, 1974.

dos Grandes Lagos ou uma simples elaboração das estruturas existentes no ponto de chegada. Como no Reino Normando, não foi uma simples variante da política da França Setentrional ou da Inglaterra saxónica. O normando Guilherme e Nimi-a-Lukeni tiveram o mesmo problema e resolveram-no pelo mesmo processo básico. Ambos tiveram de legitimar a respetiva autoridade e a presença dos seus seguidores numa terra que não era a deles por direito ancestral nem sancionado divinamente. Da mesma forma que Guilherme se inseriu na estrutura ancestral saxónica e deste modo se tornou no herdeiro legal do Rei Eduardo - o Confessor - ao trono saxónico, o mesmo fez Nimi-a-Lukeni, convertendo-se por meio de ritos e cerimónias apropriados à crença do povo que encontrou acerca de legitimidade. Tal como na Inglaterra depois de 1066, aqui evoluiria um Reino de tipo novo, diferindo do costume cultivado no ponto de chegada - tendo em conta a absorção de novos costumes - e do costume dos que vieram, pela sua reconciliação com o costume dos que encontraram. Foi um processo de síntese tal como aconteceu sempre que emergiram reinos.

“Todos esses povos possuíam um meio de pronto desenvolvimento da autoridade secular logo que sentiam necessidade disso. Se a sabedoria vinha de fonte divina, interpretada e transmitida pelos sacerdotes, então a autoridade secular podia operar com a sanção sacerdotal. A este respeito, o crescimento da autoridade secular seguiu o mesmo curso dos outros continentes. Inútil dizer que os sacerdotes se tornaram reis, mas já não que todos os reis tinham sido sacerdotes. O poder secular e o espiritual marcharam de mãos dadas mas o segundo foi o fundamento do primeiro: o poder era mediado através da hierarquia mas as hierarquias estavam sujeitas aos seus deveres e estes eram controlados pelas regras religiosas estabelecidas para o avanço do bem comum”⁵. “Todos estes reinos ocidentais eram normalmente organizados de igual maneira. A maioria destes reinos, pelos anos de 1840, estavam em relação de vassalagem com o reino do Congo, embora N’Dongo também reivindicasse um estatuto independente próprio. É difícil saber o que teriam sido tais relações, com exatidão, porque cada reino apresentava a sua tradição

⁵ Davidson, Basil. *Angola no Centro do Furacão*. Ed. Delfos. Lisboa, 1974.

particular e as várias tradições eram discordes. Pelo ano de 1480 parece ter-se estabelecido um modelo mutuamente tolerante. Poucas provas há de rivalidade violenta entre esses reinos”⁶.

A agricultura era a principal atividade econômica do Reino. Cultivavam-se cereais como o sorgo e o massango. Os principais instrumentos de trabalho utilizados eram a enxada e o machado, ambos de ferro. Essa agricultura era feita em grandes extensões de terra, de forma itinerante, de modo que iam sendo abandonadas para descanso à medida que fossem ficando saturadas. Embora homens e mulheres trabalhassem juntos na agricultura, eram as mulheres que desempenhavam o papel principal. Os homens trabalhavam com os machados, arrancavam as árvores e abriam a selva preparando a terra. As mulheres trabalhavam com a enxada e com as mãos. Eram elas que cultivavam e colhiam. Praticavam-se também a pesca e a caça. Desenvolveram-se pequenas indústrias derivadas e o trabalho artesanal. No rio Zaire, por exemplo, pescava-se o *peixe-porco* de onde se extraía a gordura utilizada na construção de barcos. Da caça aproveitavam-se as peles e a carne. Do artesanato obtinham-se os instrumentos de ferro, de madeira, de barro, tecidos, óleo e vinho de palma. Muitos dos homens que trabalhavam no artesanato já viviam exclusivamente desse trabalho, como profissionais⁷.

Esta separação ocorreu no âmbito de uma mais ampla desagregação de diferentes tipos de atividade laboral com caráter de generalidade, isto é, por setores de atividade produtiva - industrial e agrícola - e territorial, ou seja, por regiões econômicas territoriais. Na base dessa divisão do trabalho estava o desenvolvimento das forças produtivas. Por sua vez a ação do desenvolvimento dessas forças produtivas sobre a efetivação da divisão do trabalho contribuiu para que os que trabalhavam acumulassem experiências e hábitos produtivos específicos de formas a que elevassem o seu nível de conhecimentos, qualificação e aperfeiçoamento dos instrumentos de produção. Esse

⁶ Davidson, Basil. *Angola no Centro do Furacão*. Ed. Delfos. Lisboa, 1974. Existe uma vasta bibliografia que fala desses Reinos, muitos dos quais aparecem resumidos em BIRMINGHAM, *Trad and Conflict in Angola* e em VANSINA, *Kingdoms of the Savanna*.

⁷ Vários autores tratam do desenvolvimento do Reino do Congo e adjacentes como João Antônio Cavazzi, *Discrição Histórica dos Três Reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar. V.I. 1965. Etc.

progresso, refletido pela divisão do trabalho, pode bem caracterizar o nível de desenvolvimento das forças produtivas daquela sociedade e a tendência para o crescimento. Já havia tido lugar a separação e especialização dos pastores, a separação dos ofícios como o artesanato e a agricultura e a separação do comércio. Tudo isso constituiu a sumula de contribuições para a elevação da produtividade do trabalho e criaram subsídios expressivos para o intercâmbio regular, o surgimento da propriedade privada e a divisão da sociedade em classes.

A relação de propriedade sobre os meios de produção que cada interveniente mantinha no processo de produção, o papel que cada indivíduo desempenhava na organização social do trabalho, a proporção auferida e a forma de usufruto da riqueza social disponível determinaram a identificação e diferenciação dos integrantes da sociedade e dividiu-os em classes sociais. A relação de propriedade em relação aos meios de produção permitiu que um grupo social dominasse, subjugasse, explorasse e se apropriasse do trabalho dos que, cada vez mais, se viam privados dos meios e das condições que permitissem e seu sustento e manutenção. O sinal de diferenciação que se foi impondo foi a relação de propriedade com os meios de produção. O surgimento das classes e dos antagonismos entre elas esteve relacionado com a divisão social do trabalho e o desenvolvimento da idéia de propriedade privada sobre os meios de produção, com a divisão da sociedade em possuidores e despossuídos.

A atividade comercial esteve sempre intimamente vinculada ao desenvolvimento histórico daqueles Reinos, por isso chama a atenção que ela não tenha servido mais de estímulo ao desenvolvimento das forças produtivas na agricultura e, eventualmente, associada a criação de gado. Um dos argumentos geralmente utilizados aponta para o fato de que dada a possibilidade de cada comunidade garantir a sua alimentação básica, o comércio inter-regional, mais ou menos alargado, não assentava na produção agrícola mas em produtos resultantes da exploração mineira - como o sal, cobre e ferro - da caça e recoleção - como marfim, cera, borracha, especificidades vegetais mais abundantes numas regiões que noutras - e do

artesanato - como os tecidos de palma, os adornos e determinados trabalhos feitos em cobre e ferro. A obtenção e a circulação desses produtos não exigia significativas transformações na agricultura. Também deve ser observado o peso que tinha no comércio inter-regional e particularmente no de longa distância os artigos de luxo procurados pelas elites dominantes. Grande parte dessa mercadoria tinha um mercado de consumo bastante restrito do ponto de vista social o que também não estimulava a sua produção em larga escala. Mercadorias como o sal, tecidos, colares e outros adornos terão tido um mercado bem mais amplo, envolvendo no seu consumo largos setores da população dadas as quantidades postas em circulação. Acontece que, também neste caso, não se tratavam de produtos agrícolas.

O intercâmbio dos conhecimentos, das técnicas, das idéias, da produção, dos rendimentos, das matérias-primas e suas fontes, o entrelaçamento de interesses e dos grupos foi uma norma do processo evolutivo. A vida evoluiu no sentido de uma crescente complexidade técnica que constitui uma base material de sustentação dessa evolução.

Os primeiros instrumentos de trabalho, as primeiras ferramentas, utensílios e engenhos eram simples como era a ação dos homens que os fabricavam e demandavam o seu uso ou as necessidades com o sustento. Desde então as técnicas desenvolveram-se no interior daqueles territórios, durante o período em que durou o colonialismo, incrementado pela introdução do capitalismo, independentemente do nível de desenvolvimento que tenha alcançado e se desenvolve hoje. Desenvolve-se para produzir objetos requeridos por novos níveis de cultura, conhecimento e perícia, capazes de produzir o que antes exigiria anos de esforço intelectual e a intervenção de milhares de pessoas. Na produção dos novos objetos do homem angolano interferem milhares de pessoas e o processo é cada vez mais complexo.

Também a cultura constituiu-se pelo intercâmbio das contribuições dos diferentes grupos, pelo estímulo e contribuição dos homens a

cada instante, pelo talento, reagindo às necessidades diversas, uns sobre os outros.

A civilização nos Reinos do Congo, N'Dongo e adjacentes forjou-se da ação recíproca e permanente de milhões de homens e mulheres. A história revela que a justaposição dos homens oriundos dos mais variados horizontes provocou mudanças quantitativas e, sobretudo, qualitativas. Viver em sociedade, em comunhão diversa e multiforme é uma das características herdadas pela Nação angolana desde aquele tempo. Consiste na multiplicação progressiva de relações que desembocam na criação de novas formas de organização da vida em sociedade.

A sociedade resultante desse crescente processo quantitativo e qualitativo, de unidade complexa, não pode ser considerada supra-*peçoal*, o *elefante branco* absorvedor de homens. Povo e massa amorfa não são sinônimos. Povo é aquele que vive e se move pela própria vida em contato com a natureza e *massa*, subentende-se, é de si amorfa, inerte, que age em função dos estímulos oriundos de agentes externos. O povo vive da plenitude da vida de cada homem que o compõe, sem alienações, cada um dos quais - no próprio lugar e à sua maneira - é responsável e consciente dos seus atos e ações. A *massa*, pelo contrário, espera uma influência externa, uma marionete nas mãos de quem quer que se proponha orientar os seus instintos, pronta a seguir esta ou aquela miragem.

A vida em sociedade se difundiu num Estado e em toda uma série de órgãos, refletindo uma consciência de responsabilidade e de sentido de bem comum. Um Estado que podia, ou não, servir-se da força elementar da *massa*, manobrada e usada pela aristocracia agrupada em função dos seus interesses, com o apoio, ou não, da própria *massa*, reduzida a não mais do que máquina a que se impõe o livre arbítrio em prejuízo do sentido verdadeiro de povo.

“No Reino do Congo, como em outros, até às sublevações do século XIX, os africanos tiveram grande cuidado em evitar a acumulação de poder hereditário, quer no centro quer na periferia. Todos os títulos inerentes ao cargo tinham de ser sistematicamente satisfeitos na

ascensão de um novo Rei: nenhuma pequena família, nem mesmo a do Rei, podia contar com qualquer direito a conservar o poder que qualquer geração anterior pudesse ter exercido. Isto tinha a vantagem de fazer circular o poder do governo e os seus privilégios entre os clãs e províncias do país, desencorajava o aparecimento de centros permanentes de rivalidade e assim tendia a manter o Reino unido”⁸.

Nesse tipo de sociedade sobressaiu um detalhe importante. A estrutura do Estado se sobrepôs, sem deixar de integrar plenamente, a estrutura de parentesco e de linhagem numa relação em que era difícil distinguir níveis de separação absolutos. De forma que a síntese resultante manteve as forças centrífugas suficientemente fortes para não permitir que se pusesse em causa a centralização em momentos de crise.

A existência da *massa*, como ficou definida, é uma dos principais sintomas de acomodação, de estagnação. Em nenhum momento, se confunde com povo. Por outro lado é essa *massa* o principal obstáculo ao desabrochar do desenvolvimento, a que permite a sobreposição do receituário externo, desconhecido, incompreendido, objeto de desconfiança. Apelando às origens e considerando *um povo digno de si*, consciente das suas intenções e aspirações, seria de esperar que o homem sentisse em si mesmo a consciência da sua personalidade, dos seus deveres e direitos, da própria liberdade conjugada com o respeito pela dignidade e pela liberdade alheias.

O desenvolvimento que unificou e tornou as sociedades pré-coloniais complexas exaltou a personalidade, libertou o indivíduo limitado pela natureza ou pela inércia do grupo a que pertencia e dos laços que lhe tolhiam o pensamento e a liberdade. Os homens tornaram-se, em cada vez maior número, capazes de conhecer o mundo por si mesmos, a julgar com independência, com maior quantidade de recursos e a consentir os deveres humanos. “No velho Reino do Congo dos séculos XV e XVI tomaram corpo novas idéias, novas concepções, justamente aquelas que uma classe dominante local de aristocratas, amarrada por uma tradição comunitária, necessitava de

⁸Davidson, Basil. Angola no Centro do Furacão. Ed. Delfos.

difundir no seio das massas para melhor realização dos seus objetivos de classe. Eram a teologia e muitos pontos da doutrina cristã, com os seus aliciantes princípios de igualdade dos homens somente perante Deus (e não no mundo material), do direito à propriedade privada, do caráter quase sagrado da realeza que fortalecia o poder central disperso ainda por um feudalismo herdado da estrutura clânica semiultrapassada”⁹.

Esse sentido da história revela uma tendência à liberdade, a permitir que as pessoas se colocassem diante do seu próprio destino, independentes, com cada vez maiores recursos, tempo, possibilidades e opções, se tornassem cada vez mais pessoais, se multiplicasse a quantidade de pessoas conscientes e livres de exaltar a sua própria personalidade sem prejuízo para o desenvolvimento da comunidade. Uma complementação mútua em que as pessoas crescem pelo seu interesse permanente, pela sua capacidade criadora, despertando outras em redor de cada pessoa na base da aceitação e do respeito por influências contrárias. O ápice da personalidade criadora do ser humano envolve a socialização por isso o futuro talvez seja o de pessoas ligadas umas às outras por um diálogo permanente, respeitoso e igual.

As considerações que hoje proliferam sobre o futuro da humanidade resultam da observação livre e, de certo modo, despreziosa, da evolução a que hoje assistimos. Mas não se reduz tudo à mera verificação dos fatos, diante dos quais cada um, pessoalmente, assume um juízo de valor que conforma a sua consciência desses fatos. Diante da enormidade que se escreve e se diz sobre a globalização do mundo, perde-se por vezes a noção de que existem e persistem as Nações e os nacionalismos. Eles não desapareceram e não desaparecerão tão cedo, pelo menos no horizonte perceptível. O que não dilui a constatação da cada vez maior variedade e complexidade do intercâmbio entre elas. De resto, seria utópico pensar num cidadão francês, alemão, inglês, japonês, chinês, norte-americano, brasileiro ou angolano *em si*, enquanto tal, livres,

⁹ Abranches, Henrique. Comunicação. In: Teses Angolanas. Documentos da VI Conferência dos Escritores Afro-Asiáticos. 1.º Volume.

emancipados, alienados de identidade nacional. A vitalidade despertada pela liberdade está vinculada à força despertada no solo pátrio. A globalização, a universalidade, a ação internacionalizada pressupõe um primeiro enraizamento na história de cada um, de cada povo, de cada Nação, de cada nacionalismo.

Reconhecer e aceitar a variedade reflete a aceitação da complexidade produzida pela multiplicidade dos intercâmbios e da circulação contínua entre cidadãos diversos de uma mesma humanidade. Não pode ser a maior abrangência da circulação do capital, das mercadorias e da mais valia, até de culturas e de pontos de vista, a esbater o caráter pessoal, individual, particular, do homem e das Nações. É no interior da Nação, no conteúdo do nacionalismo que cada cidadão absorve a energia interior que lhe leva às realizações, à capacidade de sacrifício, à vontade, à elevação intelectual que separa o certo do errado, à todas as disposições exigidas pelo nacionalismo, indispensável à evolução do homem.

“A secessão - direis - e a longo prazo o desmembramento das Nações são consequência de um sistema que põe estes velhos organismos à mercê de vontades com freqüência pouco ilustradas. Claro é que em semelhante matéria nenhum princípio deve ser levado ao excesso. As verdades dessa ordem não são aplicáveis senão no seu conjunto e de uma forma muito geral. As vontades humanas mudam; mas, o que é que aqui embaixo não muda? As Nações não são algo eterno. (...) De momento, a existência das Nações é boa e inclusive necessária. A sua existência é a garantia da liberdade, que se perderia se o mundo não tivesse mais do que uma lei e um dono. Pelas suas faculdades diversas com freqüência opostas, as Nações servem à obra comum da civilização; todas aportam uma nota a este grande concerto da humanidade que é, em suma, a mais alta realidade que alcançamos. Isoladas, têm as suas partes débeis”¹⁰.

A Nação é uma realidade simples em si, enquanto totalidade e complexa pelos elementos que envolve, intermediária entre a

¹⁰ Renan, Ernesto. O que é uma Nação?. Sorbonne. Paris. 11. Março. 1882. Tradução da 2.ª edição del Centro de Estudios Constitucionales. Madrid. 1983.

comunidade primitiva, meramente natural e a comunidade de pessoas. Sem perder de vista que esse caráter intermediário é absolutamente dinâmico. Ou seja, Nação não é apenas intermediária no sentido de que ocupa um lugar intermediário na classificação das sociedades humanas segundo o grau de perfeição ou complexidade. É intermediária também no sentido de - na evolução progressiva da humanidade - seguir a comunidade primitiva e preceder a comunidade humana sem Nações e no sentido ativo de levar o homem da comunidade primitiva à comunidade das pessoas. Prepara e realiza a comunidade humana partindo dos elementos da comunidade natural. Transforma a matéria humana, toma o homem na sua psicologia primitiva e cria nele a mentalidade e as disposições do homem pessoal, membro da humanidade.

A idéia de Nação soma-se à idéia de soberania, conceito que resulta da evolução secular da jurisprudência, aceite, admitida, respeitada e defendida por todos, denunciando por inteiro uma época de nacionalismos no auge da sua missão histórica. Pode ser que para alguns ela se mostre já um obstáculo mas a verdade é que os homens não chegariam a estabelecer entre si relação comunitárias do tipo pessoal, à personalização do indivíduo e das sociedades sem passar pela fase nacional.

Sendo mediadora entre a comunidade primitiva e o futuro, universal e pessoal, a Nação participa de ambas fases: superior à comunidade primitiva e a todas as formas puras que possam ter existido - superando-as exatamente pela tensão interior de uma comunidade natural que constitui em si uma comunidade universal do tipo histórico - e inferior a futura comunidade universal porque se apoia ainda, para a sua coesão interna, em elementos naturais, não conscientes ou não livres.

A idéia de *natureza* que circunda o conceito de Nação refere um mundo pré-humano, a herança das origens materiais, sensíveis e animais do homem. Parece óbvio que nenhuma sociedade humana tenha alcançado um estado de pureza natural. Por outro lado, se entendermos o homem pela aparição da consciência e da liberdade, é de considerar que, desde o começo, a sociedade humana tenha tido

algo de consciente e de liberdade. Como comunidade natural, portanto, tem um aspeto objetivo e outro subjetivo.

Formam o aspeto objetivo a terra, o tipo antropológico, a solidariedade econômica, a língua, a cultura, etc. Esses são os fatores de unidade nacional. Não são, todos juntos, imprescindíveis ou necessários nem se realizam da mesma forma em todas as Nações. Contudo, parece impossível a subsistência de uma Nação na ausência de interação de pelo menos alguns desses fatores. Assim se entendem as diferenciações que se conhecem entre elas. É imprescindível uma base material para a sua constituição mas o fato não determina que qualquer dos seus constituintes seja estritamente determinante. De resto, nenhum dos elementos objetivos da comunidade chega a desenvolver-se plenamente pela espontaneidade das relações naturais entre os homens.

Objetivamente, sem o poder do Estado, centralizador e uniformizador, nenhuma Nação teria realizado a unidade do território nacional, do meio econômico, do tipo antropológico, da língua ou da cultura que forma a homogeneidade nacional. O Estado não cria a Nação. Encontra os seus elementos objetivos no ambiente onde nasce, se cria ou recria. Quando muito estende esses elementos a toda a Nação podendo assim constituir uma comunidade objetiva. Dependendo das circunstâncias históricas, das condições em que se encontram os homens no momento da sua consideração, a atuação de um estadista, cuja vontade pode *tornar existente* a Nação, o papel do Estado pode ser maior ou menor. Contudo, e isso é dado adquirido, nenhuma Nação se materializa sem a intervenção do Estado. Nação e Estado assumem o dever de defender os elementos que estão na base da comunidade. São o elemento que ensina aos homens a colaborar, estende-lhes o horizonte, prepara-os para a vida em comum em dimensões que superam a experiência sensível da sua simpatia espontânea. O homem não passa, sem transição, da solidariedade do clã à solidariedade do homem universal.

Portanto, os elementos materiais de comunidade limitada a uma Nação não devem ser desprezados nem sobrevalorizados. A comunidade natural não é o fim da Nação nem a sua razão de ser.

Não existe para manter um território, uma língua, uma cultura ou um tipo antropológico. Esses são meios subordinados a um objetivo superior. A Nação toma consciência de si mesma e esse é um segundo elemento na essência da comunidade natural. A Nação forma-se de uma idéia de si mesma ou de várias idéias sucessivas. Essas são também fatores importantes de defesa e desenvolvimento da coesão nacional.

Consciência nacional implica história nacional, um sentimento comum de ter recebido algo como herança comum. História que mostra, na sucessão de séculos, o desenvolvimento de uma vontade comum, criadora da Nação. Os membros da Nação, seguindo a história dos seus antepassados, tomam consciência da missão que terão recebido de continuar uma obra começada. Continuadores de um passado, da consciência do passado de onde emerge uma vontade de realizar uma obra comum futura. Não há Nação sem vontade ou consentimento dos cidadãos para permitirem, em conjunto, o destino que lhes pareça resultar da sua história. Consciência nacional significa querer viver juntos e enfrentar juntos os desafios o provir.

Nação implica a idéia da Nação mas também não é criada por ela simplesmente porque as idéias não criam realidades objetivas. As idéias refletem apenas a consciência de uma realidade objetiva em vias de construção, são o reflexo de uma realidade dinâmica na consciência. Uma idéia nacional pode ter força perceptível quando se exerce como fator de união, de disciplina, pela manutenção do povo na comunidade objetiva que exige sacrifícios e superação. Assume-se como motor, também, na orientação para a realização da Nação no sentido formal. E um símbolo em nome do qual o Estado exige obediência. De resto o próprio Estado não deixa de se precaver contra a perda de consciência em relação à idéia nacional sob pena de permitir que se questione a sua existência, autoridade e prestígio. Quem se não o Estado ensina, desperta, reitera, a idéia que cada Nação tem de si mesma?

A razão de ser da Nação, o seu constitutivo formal, são os valores pessoais, estilos de vida pessoais, o desenvolvimento da pessoa

humana numa esfera superior, a personalização do homem, só possível dentro da comunidade nacional ou a partir dela. O seu advento é uma fase básica na evolução da humanidade que cria o ambiente material complexo, vasto, amplo, a unidade de grande diversidade, a conjunção de consciências humanas tais que delas emerge a nota característica da sociedade de tipo pessoal, ou seja a autonomia. Não sendo absoluta, a autonomia de cada pessoa envolve a liberdade dos homens da opressão das forças naturais, dos limites das condições vitais do corpo no estado primitivo da sua história, proporciona uma vida de tipo histórico, assegura a determinação livre e a direção de cada destino, numa sociedade feita *pelo homem para o homem*.

O estudo do desenvolvimento progressivo do fenómeno nacional em diferentes circunstâncias da história dos Reinos do Congo, N'Dongo e adjacentes e das conseqüências da imposição da colonização portuguesa revela a essência da Nação angolana. Ela construiu-se a partir dos elementos fornecidos pela história. Como quase todas as Nações, ela formou-se a partir de uma sociedade aristocrática pré-nacional que resistiu ao advento do nacionalismo, estagnada na divisão entre um grupo privilegiado formado pelos Manis e a nobreza, ou seja, nos dominadores de um lado e de outro uma *massa* passiva trabalhando para o desenvolvimento do grupo privilegiado. É esse momento que preparou as condições objetivas para o surgimento da Nação, para a tomada de consciência nacional e, de modo particular, do Estado.

“Uma Nação é uma alma, um princípio espiritual. Duas coisas que, na verdade, tão-somente fazem uma, constituem esta alma, este princípio espiritual. Uma está no passado, a outra no presente. Uma é a possessão comum de um rico legado de recordações; a outra é o consentimento atual, o desejo de viver juntos, a vontade de continuar fazendo valer a herança que se recebeu indivisa. (...) A Nação, como o indivíduo, é a desembocadura de um longo passado de esforços, de sacrifícios e de abnegações. O culto dos antepassados é o mais legítimo de todos, os antepassados fizeram de nós o que somos. Um passado heróico, grandes homens, glória - entenda-se a verdadeira glória - ; heis aqui o capital social sobre o que assenta uma idéia

nacional. Ter glórias comuns no passado, uma vontade comum no presente; ter feito grandes coisas juntos, querer ainda fazê-las; heis aí as condições essenciais para ser um povo. Ama-se na proporção dos sacrifícios consentidos, dos males sofridos. Ama-se a casa que se construiu e se transmite. O canto espartano: 'Somos o que fostes; seremos o que sois', é na sua simplicidade o hino abreviado de toda a pátria"¹¹.

¹¹ Renan, Ernesto. O que é uma Nação?. Sorbonne. Paris. 11. Março. 1882. Tradução da 2.ª edição del Centro de Estudios Constitucionales. Madrid. 1983.

Capítulo II:

Os Efeitos da Colonização Portuguesa

Uma primeira questão importante a considerar sobre a colonização portuguesa põe em causa a sua absoluta efetivação. Existem indícios de que ela não terá destruído, ou anulado, completamente as Nações que encontrou apesar de mutila-las profundamente. Constatação que não anula o fato verdadeiro da transformação suficiente que permitiu a sobreposição dos valores e interesses portugueses. Evolução suficiente para não permitir que reminiscências sociais, culturais e econômicas ameaçassem o normal desempenho da colonização. Põe-se em causa o sentido que estaria encerrado na idéia de assimilação cultural: o fato de que a conquista colonial portuguesa teve sempre a primazia da força militar e do trabalho forçado mais do que quaisquer outros fatores de *convencimento*.

Um dos que alertam para o fato é Henrique Galvão¹². Diz ele que em 1846 haviam exatamente seis homens brancos apontados como habitantes das "terras negras" a Leste da estreita faixa ao longo da orla marítima que formava a colônia então conhecida pelo nome de "reinos de Angola e Benguela" e que em 1921, quando a conquista formal foi considerada completa, ainda vastas regiões permaneceram fora do alcance real dos portugueses. De resto, quando em 1960 - quinze anos apenas antes da proclamação da independência nacional - os povos do Leste de Angola começaram a responder ao movimento nacionalista a sua experiência colonial era tão pouca que muitos dos mais velhos recordavam os tempos do seu próprio governo. Para eles aquela resistência da década de 60 era a continuação das batalhas da sua mocidade.

O *Anuário Estatístico. Ano XX* de 1954, publicado em Luanda em 1956 diz textualmente: "São hoje, diz o senso de 1940, em número 3.665.829, os indígenas de Angola. Em 1912 computavam-se em

¹² Galvão, Henrique. *História do Nosso Tempo: João de Almeida (sua obra e acção)*, Lisboa, 1934.

4.500.000 (...). Diz-nos também o referido senso que, em 1940, 24.221 daqueles pretos eram civilizados e que, além destes, 1.027.327 eram cristãos, sendo 741.145 católicos e 286.182 protestantes. Em 1912, como já disse, haveria, estendendo muito a fiado, uns 5.000 pretos civilizados, todos cristãos". "(...) uma breve reflexão poderia permitir formular certos juízos que uma consulta às estatísticas nos sugere: em primeiro lugar, é pertinente a afirmação de que a cultura portuguesa, não obstante os termos em que foi introduzida, lembramos, apenas incidiu sobre cerca de 7,5% da população do país, dos quais 2,5% não sabia ler e escrever, mas a quem o processo de usurpação deu o foro jurídico de 'civilizado'""¹³.

Nórton de Matos¹⁴, um dos atores dessa gesta, conta que "através de toda a nossa história colonial, longa e brilhante, três fatores predominaram sempre nas relações entre o Estado e as populações que descobrimos e conquistamos: a acomodação e o modo suave com que tratamos os nativos; o respeito pelos hábitos dos nativos e seus costumes; o propósito absoluto de não admitir nenhuma soberania perto da nossa". Mas ao contrário do que escreveu, foi-lhe atribuída a criação das bases do que viria a ser a *mística colonial* dos anos de governo de Antônio de Oliveira Salazar. A ele se deve, por exemplo, a aplicação da política do *dividir para reinar* com ênfase na promoção de rivalidades tribais. Um decreto seu, n.º 137 de 1921 estabeleceu um sistemático fracionamento das grandes coletividades étnicas, dos vastos agrupamentos culturais e da história pré-colonial em outros muito mais pequenos. Por esse princípio de micro-etnicidade os povos foram reagrupados em aldeias vigiadas pelas autoridades coloniais e dirigidas por nativos nomeados por eles. "A concentração dos povos nativos deve ser feita por tribos, chefaturas e famílias subordinadas ao mesmo subchefe. Todos os nativos da província de Angola devem ser reagrupados em lugares escolhidos para fundação de aldeamentos nativos. A partir da publicação deste decreto

¹³ Van-Dúnem, Domingos e Ruy Burity da Silva. Notas Sobre a Integração Cultural em Angola. In: Teses Angolanas. Documentos da VI Conferência dos Escritores Afro-Asiáticos. 1.º Volume.

¹⁴ Matos, Nórton de. A Província de Angola. (José Mendes Ribeiro Nórton de Matos. 1867-1955. Foi General do então Corpo do Estado-Maior, colonialista, escritor, Ministro da Guerra, Alto-Comissário em Angola, função que lhe notabilizou. Escreveu *A Província de Angola; Memórias e Trabalhos da Minha Vida; A Nação Una*; etc.

nenhum nativo pode edificar a sua cubata dentro de um perímetro reservado à fundação de centros residenciais urbanos para europeus ou nativos civilizados (assimilados), nem estes têm licença de construir casas em locais destinados exclusivamente para gentes nativas. (...) A concentração de habitantes nativos em tais aldeamentos deve ser completada dentro do período máximo de dois anos depois do qual as autoridades administrativas destruirão todas as cubatas encontradas fora dos locais designados”¹⁵.

Pensamento mais recente de outro português ilustre, Vítor de Sá Machado, retoma o assunto: os “portugueses viajaram para o Sul no séc. XV, data que pode, neste sentido, dizer-se que marca o verdadeiro encontro dos povos negros da África com as civilizações mais avançadas da Europa. Todavia, não é inteiramente verdade que os portugueses tenham estado quinhentos anos em África. (...) importa porventura dizer, para desfazer alguns equívocos e rejeitar responsabilidades que a Portugal são atribuídas com freqüência e animo leve, que o seu Império foi, na maior parte da sua vigência, sobretudo um império marítimo que afluía as costas por necessidades logísticas ou de trato. Ocupação territorial só a iniciam os portugueses, descontando os pequenos estabelecimentos da África Ocidental, na segunda metade do séc. XIX, quando na preparação e no seguimento da Conferência de Berlim, se operou o fenómeno que normalmente se designa por corrida a África”¹⁶. Ainda que Agostinho Neto insistisse em dar outro sentido a essa história: “Angola é um país vasto, hoje muito pouco densamente povoado, colonizado desde 1482 pelos portugueses. Esta é a idéia geralmente aceite. Contudo, no que respeita à colonização, Portugal não conseguiu dominar todo o nosso território desde os primeiros contatos. Foram precisos séculos para conseguir impor o seu domínio político e económico a todo o nosso povo. Também não é verdade que Angola seja dominada apenas por Portugal; sobre esse ponto o mundo está suficientemente esclarecido para saber que em Angola estão em jogo os interesses

¹⁵ Matos, Nórton de. A Província de Angola.

¹⁶ Sá Machado, Vítor de. Administrador da Fundação Calouste Gulbenkian e antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal. In: A Cooperação educacional nos países africanos de língua portuguesa. Povos e Cultura n.4. Educação em África. Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa. Universidade Católica Portuguesa.

políticos e econômicos de várias potências mundiais. A administração portuguesa não impediu a presença dos seus associados, uma presença que se mantém há séculos. A Grã-Bretanha, por exemplo, país que possui em Angola o maior volume de capitais investidos, ou os Estados Unidos da América com crescentes interesses na economia e ansiando dominar a posição estratégica do nosso país, assim como outros países da Europa, da América ou da Ásia, concorrem para a dominação do nosso povo”¹⁷.

Efetivamente os portugueses chegaram ao Reino do Congo em 1482, comandados por Diogo Cão. Na costa encontraram alguns congolezes por acaso com quem travaram conhecimento. De regresso a Portugal levaram alguns *convidados* por curiosidade. Em 1484 Diogo Cão voltou e aportou o porto de M’Pinda onde foi recebido por Mani Soyo, tio do Rei N’Zinga-a-N’Kuvo. Travados os primeiros contatos, os portugueses não reconheceram qualquer interesse imediato pelo encontro, razão porque terão desconsiderado qualquer estabelecimento. Nessa altura as atenções lusas estavam viradas para a importância econômica de outras paragens no Oceano Índico. Vasco da Gama descobrira o então sonhado caminho marítimo para a Índia que substituiria o longo, penoso e caro caminho por terra. Assim se manteria o panorama até o surgimento da economia escravista no Brasil, depois de 1550. O Reino do Congo passava a ser o reservatório de onde o Brasil colonial arrebanharia os escravos, num sistema que vigorou até finais do século XIX.

Mani Soyo, o primeiro que viu e avaliou o poder de fogo das armas portuguesas, percebeu também que a religião católica podia ser utilizada pela aristocracia congoleza contra o Direito Matrilinear. Motivo: a religião católica reconhece e protege a propriedade individual. Feitas as contas estabeleceu aliança com Diogo Cão, fez-se batizar por padres católicos e mandou avisar o Rei sobre a maneira como os portugueses poderiam ser úteis. Seguindo o exemplo do agora *dom* Manuel grande parte da aristocracia se batizou e adotou a religião católica desencadeando o confronto com a religião até então

¹⁷Neto. Antônio Agostinho. Conferência no auditório na Universidade de Dar-Es-Salam. 7 de Fevereiro de 1974.

praticada pelos africanos, a propriedade comunal e o Direito Matrilinear.

Em 1490 chegaram mais navios portugueses ao porto de M'Pinda trazendo artigos de comércio, presentes do Rei de Portugal para o Rei do Congo, alguns pedreiros para ajudar na construção de uma igreja e do palácio do Rei N'Zinga-a-N'Kuvu e alguns padres franciscanos. Regressaram a Portugal levando escravos, marfim e tecidos artesanais. A primeira discussão sobre sucessão havida com a presença dos portugueses e da religião católica desatou o primeiro confronto. Como candidatos apresentaram-se M'Pangu-a-Kitina, sobrinho do Rei, que recusara o batismo católico e a ajuda dos portugueses e M'Bemba N'Zinga, D. Afonso pelo batismo e filho do Rei. Em 1500, o Rei N'Zinga-a-N'Kuvu retorna, sob pressão popular, à religião africana e mina a simpatia de que era objeto pelos portugueses.

D. Afonso, o Mani N'Sundi, insistiu na religião católica, tornando-a obrigatória na sua província e perseguindo os opositores. N'Zinga-a-N'Kuvu morreu em 1506. O filho foi à capital e proclamou-se Rei com o apoio da mãe e de outros membros da corte. M'Pangu-a-Kitina, que chegou depois, ainda cercou a cidade e se preparou para um ataque militar mas foi derrotado pelas armas portuguesas.

“Estas guerras e intrigas de sucessão tornaram-se complexas com o decorrer do tempo e os nobres aumentaram em número. Segundo Vansina, estes nobres tornaram-se tantos à volta de 1700 que passaram a formar uma classe social a parte. As idéias portuguesas também ajudaram este desenvolvimento de um grupo governante, o que se pode ver já em 1540 pela morte do Rei Afonso V, quando foram mudadas as regras e se tornou hereditário o acesso ao trono, pelo menos em princípio. É possível que o interesse real e o monopólio reclamado sobre o novo comércio ultramarino - dos cativos para a escravatura portuguesa - tivessem tido interferência no caso, quando mais não fosse porque o comércio dos escravos fornecia um meio inteiramente novo de acumulação material em mãos individuais. Mas os descendentes reais mantiveram o seu estatuto e as suas ambições pessoais deram aos portugueses

oportunidades para influenciar nos acontecimentos. Como a história haveria de provar, foi quase sempre possível aos portugueses encontrar um candidato real de sua feição que, uma vez no poder graças à influência portuguesa, quisesse retribuir-lhes com a sua subserviência. Mais tarde, nos tempos do colonialismo, isso passou a tornar-se um modelo familiar de colaboração por parte dos chefes”¹⁸.

Ao aliar-se aos portugueses, a aristocracia congoleza buscava solução para um conflito interno que se abria entre as relações de produção vigentes e o caráter e nível de desenvolvimento das forças produtivas. Um modo de produção, qualquer que fosse o do Reino do Congo, apenas se alteraria em decorrência da sua própria evolução histórica, num processo objetivo de modificações quantitativas e qualitativas impulsionadas por *interesses* lógicos e possíveis, nos marcos estabelecidos por determinado patamar evolutivo, refletido na contradição fundamental entre as classes sociais em presença.

Nesse movimento, em que a produção se encontrava em processo evolutivo, as forças produtivas apenas evoluiriam impulsionadas pelo desenvolvimento dos instrumentos de produção. *Possível, natural e digerível* pela sociedade no seu todo se respeitadas os seus próprios limites. O desenvolvimento dos instrumentos de produção, circunscrito àquele tempo e espaço, condicionavam o desenvolvimento de forças produtivas que não reflitam já as novas possibilidades. A evolução, na base da qual estava a divisão do trabalho, levou à necessidade da troca de produtos e à busca de novas formas de distribuição diferente da repartição doméstica. Ao mesmo tempo que mudaram e se desenvolveram os instrumentos de produção também mudaram e se desenvolveram os homens, a sua consciência, a sua forma de ser e de estar, a experiência de produção, os hábitos de trabalho, que se refletiam numa maior aptidão para o manejo de novos instrumentos de produção que estariam por desenvolver. Obvio que as exigências da produção levaram ao aperfeiçoamento constante e permanente dos membros da comunidade sob domínio do Mani. Portanto, as idéias novas da

¹⁸ Davidson, Basil. Angola no Centro do Furacão. Ed. Delfos.

aristocracia foram forjadas pela própria prática, estimuladas pelas necessidades da vida material.

É natural que as elites africanas tenham manobrado e se acomodado com a presença portuguesa. São lógicos também os motivos que levaram o Rei N'Zinga-a-N'Kuvu e depois o filho a aceitarem o cristianismo e a aliança regular, pedirem e receberem o auxílio técnico de professores e artesãos. Mas foi uma parceria que logo mostrou a sua face, marcada pela desilusão e o desespero como revela a carta de D. Afonso do Congo datada de 1526, enviada ao seu "real amigo" e "irmão" de Lisboa. "Vossa Alteza deve saber que o nosso Reino está a ser destruído de muitas maneiras. Estas são o fruto de excessiva liberdade dada pêlos vossos oficiais e representantes a homens e comerciantes que vêm cá montar armazéns com mercadorias e muitas coisas que temos proibido e que eles espalham por todo o nosso Reino e domínios, em tão grande abundância, que muitos dos nossos vassallos, até agora na nossa obediência, já não nos obedecem. Eles têm estas coisas em maior abundância que nós próprios e, contudo, foi com estas mercadorias que os mantivemos contentes e submissos à nossa vassalagem e jurisdição. Tudo isso faz grande mal não só ao serviço de Deus mas também à segurança e paz do nosso Reino e Estado. (...) Nem mesmo podemos calcular quão grande é este dano, porque todos os dias estes negociantes se apoderam do nosso povo, dos filhos desta terra, dos filhos dos nossos nobres e vassallos e dos nossos parentes, que são apanhados por ladrões e homens de má consciência e tão grande é, Alteza, a corrupção e a licenciosidade, que o nosso país está a ser despovoado"¹⁹.

Mas, por essa altura, o comércio de escravos já se tinha transformado em sistema e não haveria poder capaz de impedi-lo. Homens ousados - europeus e africanos - tinham o que ganhar. Em vão portanto, meses depois, D. Afonso voltou ao assunto: não queria o Rei de Portugal cumprir as suas promessas iniciais de auxílio e mandar pessoal médico? Não queria ele disciplinar os seus próprios súbditos para assim ajudar o Mani Congo a disciplinar os seus? E

¹⁹ Manso, Paiva. História do Congo.

mais uma vez se desmancha em explicações: “Muitos dos nossos súbditos cobiçam tanto as recompensas e mercadorias do vosso Reino, que são trazidas para cá pêlos vossos súbditos que, para satisfazer a sua avidez, apoderam-se de homens livres - muitíssimas vezes acontece até que raptam nobres, filhos de nobres e dos nossos próprios parentes e os vendem a homens brancos do vosso Reino. E logo que são comprados pêlos brancos são algemados e marcados a fogo, e levados para serem embarcados. Se então são apanhados pêlos nossos guardas os brancos alegam que os compraram embora não possam dizer a quem”²⁰. A exposição já não poderia surtir qualquer efeito. Passados mais de cinqüenta anos quase um terço da população do Brasil era de escravos de Angola ou de seus filhos.

O comércio de escravos baseou-se na extração primitiva em que o fundamento econômico assentava no desenvolvimento da cana-de-açúcar em São Tomé e Príncipe expandindo-se, depois de 1550, por igual procura, ao Brasil. Depois de iniciado não parou mais de crescer. Os escravos, nunca até então em grande número, passaram a ser encontrados em grandes concentrações ao longo da costa até adquirir a importância de principal mercadoria de exportação. Unificadas as relações comerciais entre os Reinos do Congo e vizinhos e as importações européias de mão de obra, o comércio de escravos minou e corrompeu todas as regras anteriores sobre deveres e direitos. Como escreveu John Barbot em 1680 “Reis, homens ricos, comerciantes importantes com negócios na costa africana viraram as costas à responsabilidade social e, avidamente, deram as mãos aos europeus na exploração das massas africanas”²¹.

O que a presença portuguesa tinha conseguido implantar ao longo da costa marítima fora a criação de uma economia de escravos onde nunca existira antes. Foi tão pequeno, qualquer desenvolvimento dentro desse sistema, que a transferência de tecnologia, se alguma de fato houve, deu-se às avessas do esperado. Em 1818 um engenheiro de minas sueco que trabalhara muito tempo no interior brasileiro anotava que “a Capitania de Minas Gerais parece ter sido a última em

²⁰ Manso, Paiva. História do Congo.

²¹ Barbot, John. in J. and H. Churchill. Collection of Voyages. Londres. 1732.

que o uso do mineral férreo e a extração do mesmo foram aprendidos dos escravos pretos da África²².

As apropriações socio-políticas, entretanto, eram orientadas pela *superioridade racial*. Quem testemunha esse tempo é um frei Gouveia, jesuíta que residiu na corte do Rei do N'Dongo entre 1560 e 1575, no tempo em que os portugueses se preparavam para invadi-lo. Gouveia escreveu para Lisboa queixando-se e argumentando que o único processo sério para a conversão cristã daquele povo pagão seria a sua subjugação ao governo português. Não tinham eles tido a insolência de o insultar com o seu próprio poderio, gabando-se de que se não fosse o mar teriam expulso os portugueses, ido para Portugal e tomado as suas riquezas? Gouveia insistia em que o Rei de Portugal deveria castigar exemplarmente os que exprimiam tais idéias e assim mostrar de uma vez para sempre que ele era o verdadeiro senhor de toda a África²³. Quatro séculos depois o sistema colonial implantar-se-ia na base dos princípios preconizados pelo frei: "Os nativos da África devem ser dirigidos e organizados pelos europeus pois são indispensáveis como auxiliares. Os pretos devem ser vistos como elementos produtivos, organizados ou a organizar, numa economia dirigida pelos brancos"²⁴.

Toda a história da evolução do comércio de escravos demonstra que ele só foi possível porque a aristocracia congoleza se transformou em parceira dos europeus. A capacidade de manobra, inicialmente reforçada pela centralização do poder, das estruturas militares e pela expansão territorial, deteriorou-se rapidamente para dar origem, a longo prazo, à mais ampla fragmentação política e à perda de autonomia econômica. Outra mostra de decadência manifestou-se pela expansão dos Reinos maiores sobre os menores e menos poderosos, impulsionada por interesses comerciais, através de confrontos militares, uniões matrimoniais e fusões políticas.

²² vonEschwege, W. B.. *Journal von Brasilien*. Weimar. 1818.

²³ Birmingham, *Trade and Conflicts in Angola*.

²⁴ Caetano, Marcelo. *Os nativos na Economia Africana*. Coimbra. 1954. Português ilustre, Marcelo Caetano foi professor universitário, político e escritor. Ministro das Colônias, Presidente da Câmara Corporativa, Ministro da Presidência (1955-1958) e Reitor da Universidade Clássica de Lisboa (1959).

A rede de realezas que se estendiam pela África Central e Austral atingiram tal desenvolvimento que quase cobriam o território compreendido entre a costa atlântica e as planícies do atual território da Tanzânia. Por volta de 1800 exploradores como o português Silva Porto constataram que, por todo o continente africano, homens e mercadorias passavam de umas regiões a outras, de uma autoridade real a outra, ligações que seriam depois exploradas por exploradores e comerciantes africanos e mestiços a serviço dos portugueses. A partir do contato com os europeus, o comércio a longa distância passou a basear-se quase que exclusivamente na exploração do escravo como mercadoria principal, estendendo-se em vastas redes de influência até atingir progressivamente áreas situadas cada vez mais longe da costa. As sociedades africanas converteram os seus sistemas econômico, jurídico e político em função dos imperativos ligados ao tráfico, tornando-se amplamente dependentes das exigências e dos produtos do exterior. A saída de milhões de seres humanos, agravada por prolongados períodos de seca, doenças e conseqüente insuficiência alimentar conduziram, em pouco tempo, à crise demográfica.

Em 1540, os congolezes mantinham ainda a sua soberania efetiva mas em 1560 o Mani Congo reclamou auxílio português para repelir uma invasão vinda de Leste. A soberania decadente passava a ser contestada pela Coroa Portuguesa e pela deslealdade dos vassallos que se tinham envolvido no comércio de escravos. Em 1642 desfez-se a aliança. O Reino do Congo sobreviveria na memória e em algumas das suas antigas estruturas mas nunca mais se recompôs. A perda da soberania em si não teria representado grande coisa, sob o ponto de vista do desenvolvimento, se tivesse como conseqüência o surgimento de estruturas mais úteis e eficazes. Mas nada de melhor poderia ter surgido daquele sistema. Se para os portugueses o que se seguiu resultou em ganhos, para os congolezes foi inteiramente retrógrado e destrutivo.

Implantado o colonialismo cresceu junto a luta pela reconstituição do equilíbrio anterior, ou de novos equilíbrios que significassem a evolução de um processo que não passaria pela substituição, no comando da economia e no exercício do poder, de uma elite nacional

pela burguesia colonial. Nesse âmbito as relações de produção deixavam de corresponder ao caráter e ao nível de desenvolvimento das forças produtivas, sufocavam o desenvolvimento e provocavam um conflito desnaturado, em que a luta de classes passava a ser confundida com conflito racial, étnico e tribal. Desde então, como em momento algum antes, a propriedade passava a expressar relações entre nacionais e estrangeiros, africanos e europeus relativas à apropriação dos meios de produção e dos bens materiais criados pelos nacionais, que progrediram em função da modificação das condições socioeconômicas da vida da sociedade. “Em verdade, a dominação, a pilhagem e a exploração dos africanos e de África pelas potências colonialistas, só puderam assumir grandes proporções, quando os países imperialistas, sob inspiração e direção de potências européias, puseram em prática uma frente imperialista mundial contra os povos africanos. A conferência de Berlim de 1885 foi uma etapa decisiva da subjugação de África pelo imperialismo”²⁵.

Em 1850 Portugal sentiu-se pressionado pela proximidade da Conferência de Berlim de 1885, onde seria obrigada a comprovar a efetivação da colonização, motivo que levou a que imprimisse novo ritmo à colonização. Lentamente a princípio, o projeto só ganharia impulso mais tarde e, ainda assim, tardando mais de meio século a concretizar-se. Mal terminada a empreitada e já se percebia a sobrevivência das idéias e interesses do velho esquema, latentes embora sob nova envoltura. Só na década de 1960, com a emergência do Movimento de Libertação Nacional, tais idéias e interesses seriam postos novamente em causa.

Efetivamente o colonialismo português sobreviveu ao rol de conflitos inter-imperialistas que desembocou na conferência de Berlim apenas porque pôde contar com a simpatia e o beneplácito do Reino Unido, sobretudo depois da assinatura do *Tratado de Methwen*, em 1703, que converteu Portugal numa quase semi-colônia britânica.

Desde o XVII que a debilidade de Portugal no contexto europeu levou as suas classes dirigentes a uma série de tratados com o muito

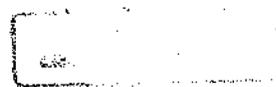
²⁵ Manifesto do Movimento Ant-Colonial (MAC). 1 de Janeiro de 1960.

mais poderoso Reino Unido em busca de apoio político e militar em troca de concessões comerciais com o que, em certo modo, reproduzia uma relação metrópole/colônia. É esse processo que culminou no *Tratado de Methuen*, que consagrou a renúncia de Portugal ao desenvolvimento de uma promissora indústria têxtil, permitindo a livre entrada de tecidos britânicos e a sua dedicação quase exclusiva à produção primária de vinhos. Esse episódio definiu o destino econômico de Portugal por muitos anos. A consequência imediata foi o desvio das terras de cultivo para a vinicultura, a necessidade derivada de importar alimentos e o déficit crônico no comércio externo com o Reino Unido, cada vez mais desigual, que só pôde ser equilibrado, em alguma medida, durante décadas, com o conhecido recurso ao ouro brasileiro. O entorpecimento do desenvolvimento das forças produtivas em Portugal e a subordinação da sua economia ao ponto de se converter em virtual apêndice britânico esteve vinculada a uma opção política forçada, desenvolvida pelas classes hegemônicas portuguesas²⁶. As vésperas da conferência de Berlim, Portugal foi obrigado a ocupar efetivamente os seus territórios africanos cuja perda poderia ter anulado a única garantia de apoio britânico ante uma situação política e econômica interna cada vez mais precária.

Desse modo o colonialismo português entrou atrasado e subjugado na definição e exploração das suas colônias e na corrida pela acumulação de capital.

A introdução do trabalho e da migração forçados que transformaram os africanos em assalariados na produção de matérias primas em quantidades suficientes para estimular o desenvolvimento econômico e a acumulação de capital metropolitano estava atrasada. Nessa

²⁶ Deve-se destacar a natureza classista do desenvolvimento desse tipo de divisão internacional do trabalho. A probabilidade de ascensão ao poder de uma classe capitalista portuguesa era uma ameaça à hegemonia da nobreza no país e em todo o império. Para manter a sua autoridade política em Portugal e para conservar, conseqüentemente, o predomínio dos seus interesses econômicos, a classe dominante consentiu a subordinação de interesses nacionais em benefício da burguesia britânica, em troca do seu apoio político. Foi a preservação da velha forma de estrutura socio-econômica portuguesa. Transformou o conteúdo das suas relações e a dinâmica do seu desenvolvimento para se pôr em sintonia com uma divisão internacional do trabalho sob o signo do capital.



altura já os britânicos, no geral, tinham desenvolvido uma segunda fase caracterizada pela introdução de estímulos econômicos - aumento de salários e liberdade de emprego, suprimindo paulatinamente a coerção direta - com o objetivo de desenvolver novos mercados em África para produtos industriais metropolitanos. Esse estímulo projetou a economia britânica para uma terceira fase relacionada com a necessidade de emprego massivo de capitais excedentes, acumulados na fase anterior, que conduziram ao incentivo de inversões financeiras nas suas colônias. Estas, por sua vez, geraram o surgimento de uma burguesia africana que a longo prazo atuou como guardião dos interesses metropolitanos. Nessa conjuntura, Portugal, que não tinha capital acumulado para iniciar a terceira fase nem produtos industriais competitivos para exportar para as colônias e assim empreender a segunda fase, não teve meios para acompanhar os sócios europeus no projeto de modernização dos seus impérios. Por isso Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, nessa altura da colonização mais pareceram depósitos para a população metropolitana em aumento contínuo, principalmente de indesejáveis.

Entre 1880 e 1918, tempo durante o qual Portugal empreendeu as guerras coloniais de efetivação da ocupação de territórios que deveria demonstrar na conferência de Berlim, o Reino Unido, em plena fase de extroversão do desenvolvimento capitalista da sua economia, conseguiu firmar o seu controlo financeiro sobre a precária economia portuguesa. Completada a ocupação, especialmente de Angola e Moçambique, o capital britânico foi convidado como suporte.

O papel real assumido por Portugal na ocupação colonial foi o de criar condições adequadas às operações de outros capitais europeu, especialmente britânicos, em toda a África Austral. Primeiro nos territórios sob domínio britânico e depois nos outros, sob domínio português. O primeiro interesse desses capitais, em Angola e Moçambique, foi conseguir formas de acesso às *costas portuguesas* partindo das suas possessões localizadas em terras interiores, através de caminhos de ferro construídos basicamente com capitais britânicos e trabalho forçado africano garantido por Portugal. Essas estruturas facilitarão a exploração dos territórios sob domínio de Portugal,

onde o Reino Unido também investira. Outro interesse, mais direcionado a Moçambique, era a reserva de mão de obra barata que o mais primitivo colonialismo português poderia proporcionar às minas e plantações dos territórios vizinhos sob domínio britânico cuja exploração se encontrava já em fase bastante avançada.

“Pensar que Angola, Moçambique, a Guiné e outras colônias são dominadas pelo pequeno e atrasado Portugal é tão errado como pensar que a sociedade francesa se encontra na época feudal. Não é o pequeno e atrasado Portugal o principal elemento para a colonização. Sem os capitais de outros países, sem os crescentes investimentos, sem a cooperação técnica, sem as cumplicidades a vários níveis, a transformação radical já se teria verificado há muitos anos. (...) Portanto, se nós podermos dizer que Portugal é o gerente de uma série de acordos político-econômicos, compreenderemos que ele não é o nosso inimigo principal mas apenas o inimigo direto. É ele, por outro lado, o elo mais fraco de toda a cadeia criada para a dominação dos povos”²⁷.

Portugal, dependente do Reino Unido - somado a um relativo debilitamento britânico ao longo do séc. XX, tributário do capital internacional onde os Estados Unidos da América foram assumindo papel de destaque - nunca pôde alcançar um grau de independência econômica que lhe permitisse um desempenho autônomo e de alguma importância na política e na economia européia, condizente com a extensão do seu império. Continuou, como ainda hoje, entre os países mais pobres e atrasados da Europa. É esse o formato do paradoxo de uma metrópole colonial que conservou, ela mesma, estruturas de país subdesenvolvido, que se aferrou ao último grande império desse tipo sem pestanejar, no seu empenho por consolidar com ela algum tipo de unidade política muito depois de que as outras metrópoles tivessem passado às relações neocoloniais.

Caracterizada a forma de dominação da colonização portuguesa ganha em densidade a análise do tipo de capitalismo implantado em

²⁷ Neto, A. Agostinho. Discurso na Universidade de Dar-Es-Salam. Tanzânia. 7 de Fevereiro de 1974.

Angola, a evolução econômica e social que gerou, a interferência a que esteve sujeito o seu projeto e o conseqüente condicionamento do moderno nacionalismo angolano.

Por volta de 1925, direta ou indiretamente, todos os povos de Angola estavam influenciados pelo esquema extrativo português, montado em três momentos básicos, mais efetivo no Oeste e Centro do que no Leste e Sul do território. Um primeiro momento, por volta de 1900 e mais tarde em áreas mais remotas, consistiu na invasão militar e na efetivação da nova autoridade por meio de um conjunto de fortes. Um segundo momento, ao longo da década de 20, refere a pacificação e repressão da resistência ao estabelecimento da administração civil e a lenta extensão das instituições de extração econômica para Leste da costa. Um terceiro momento, o da maturidade colonial, refere o longo esforço despendido durante a governação de Antônio de Oliveira Salazar, começado na última parte da década de 20 para forçar a colônia a submeter-se.

Pouco frutífera para o regime e seus beneficiários até a década de 50, o esforço trouxe um gradual alargamento e modernização das instituições extrativas. Muitas delas continuaram primitivas, particularmente as relacionadas com o trabalho africano mas outras adquiriram certa sofisticação. Ocupado o território iniciou-se uma nova fase do processo. Portugal montou um complexo de ligações entre os vários pólos de desenvolvimento imperialista e Angola em que caberia à colônia o papel de fornecedor de matérias primas agrícolas e mineiras. Novos capitais estimularam a criação de infra-estruturas de apoio ao transporte e escoamento das matérias primas como portos e caminhos de ferro.

A partir da década de 50, com redobrado empenho depois de 1961, pressões internacionais e um invulgar esforço da burguesia portuguesa para não perder o controlo da colônia, provocaram novas modificações. Estava claro nessa altura a inviabilidade de uma solução neocolonial nos moldes propostos pelas outras potências depois da II Guerra Mundial, em que o capitalismo português teria de competir em igualdade de circunstâncias. Além do esforço

desenvolvido pelo Movimento de Libertação Nacional para impedir a concretização de tal solução.

Entre as novas modificações, as mais significativas ocorreram no plano econômico. Incrementaram-se os investimentos em capitais, estimulou-se o crescimento industrial, desenvolveram-se os transportes e as comunicações - indispensáveis para o controlo militar da colônia - estimulou-se a imigração branca e o crescimento de um setor capitalista na agricultura e criação de gado. No plano político, as reformas visaram a criação de uma imagem de igualdade de direitos como justificação para o papel civilizador da ocupação e a contenção das reivindicações nacionalistas. Entre essas promoveu-se a abolição do estatuto do indígena, o alargamento da rede escolar, a revogação de algumas leis que regulavam a utilização do trabalho forçado e a tentativa fracassada de promoção de uma elite angolana que partilhasse e defendesse os interesses coloniais.

A idéia da criação da elite nacional impunha ponderação sobre o risco real de concorrência e conseqüente transformação em nacionalista. Talvez por isso se justificassem os limites de tais projetos, sem qualquer intenção de transformação da relação básica colonizador/colonizado.

Contudo, a implantação do capitalismo promoveria um novo tipo de diferenciação social. No séc. XIX surgiu uma pequena burguesia angolana enquadrada no sistema e que serviu muitas vezes de elo de ligação com as populações do interior do território ainda não sujeitas política e culturalmente à administração colonial. Nasceu ligada à produção agrícola - possível pela disponibilidade de força de trabalho escrava ou em situações afins como os escravos libertos ou os serviçais, dedicada à produção de alguns poucos produtos de alto valor comercial ou vinculada ao desenvolvimento do setor pesqueiro no Sul de Angola. Na área dos serviços nasceria ligada, principalmente, ao comércio e aos transportes. Desta, de origem local ou descendente de portugueses e africanos, derivou uma burocracia que, embora nunca tivesse atingido níveis superiores, desempenhou importante papel na administração pública e no exército, na medida em que eram poucos os quadros portugueses metropolitanos

interessados em trabalhar na colônia. Para os naturais da colônia, entretanto, era uma forma de ascensão social por que lutavam. A importância quantitativa e qualitativa dessa classe estava diretamente proporcional ao nível do povoamento europeu, o que não impediu a concorrência entre os metropolitanos que chegavam e os descendentes de colonos que se dedicavam às mesmas atividades.

Surgiu também, sobretudo em Luanda, uma burguesia de origem angolana, minoritária, onde predominavam os mestiços descendentes de europeus e brasileiros. Tinham feito fortuna com o tráfico de escravos, reagido dramaticamente ao seu fim e investido parte dos rendimentos no comércio de outros produtos e na agricultura. Tinham representantes próprios nos vários níveis da administração pública e no exército. Entrou em decadência quando se alterou o sistema de crédito de que dependiam visto que nunca puderam controlar o capital bancário por estar sediado em Portugal. A dependência, em relação às flutuações do mercado mundial que controlava os produtos de exportação, era outra debilidade, somada às progressivas mudanças na política colonial no final do século passado quando despontaram medidas restritivas de acesso à administração pública, ao exército e à determinados cargos públicos.

A introdução do capitalismo não permitiu o nascimento de uma burguesia autóctone e inclusive dificultou a sobrevivência da pequena burguesia que, embora não tivesse desaparecido, tendeu para a proletarização ou para o enquadramento nos escalões mais baixos dos serviços públicos. Conseguia-se com recurso a meios económicos, políticos e administrativos, possível porque o controle dos principais meios de produção e das fontes de riqueza era exercido pela burguesia portuguesa e por empresas representantes dos monopólios internacionais, predominância reforçada por mecanismos sociais e ideológicos como as restrições ao acesso ao ensino, a discriminação racial, etc.

A maioria dos angolanos, entretanto, continuou a poder garantir a sua subsistência fora do sistema capitalista porque possuía os meios de produção, rudimentares, ligados à agricultura. Esse fator influenciou na formação e desenvolvimento de um proletariado estável e

dificultou o recrutamento da mão de obra para o setor colonial da economia. Por outro lado, o recrutamento da mão de obra não afetava imediatamente a produção agrícola familiar baseada, em larga escala, no trabalho das mulheres. A sua utilização acabou por adquirir um caráter forçado e temporário, de tal sorte que a maioria dos trabalhadores regressavam mais tarde ou mais cedo ao lugar de origem e à atividade agrícola independente. A médio prazo a manutenção desse panorama foi beneficiada pelo baixo nível de desenvolvimento industrial e por um insignificante crescimento urbano, situação mantida até o início da década de 1960.

Não obstante os fatores restritivos, surgiu um proletariado angolano formado por núcleos de ex-escravos libertos que se dedicaram a profissões artesanais por conta de outrem ou empregados na agricultura como assalariados. Eram trabalhadores trazidos do interior do território sob variadas condições e que permaneciam nos centros urbanos mesmo depois de terminada a vigência da obrigatoriedade que provocara a imigração. Foram as pessoas que primeiro romperam os laços com o local de origem. Progrediu numericamente ao longo do séc. XX, lentamente, em torno da indústria mineira e dos caminhos de ferro, passando por uma fase de crescimento mais acelerada depois de 1960.

Nessa altura, face à consolidação do Movimento de Libertação Nacional, Portugal decidiu-se por nova injeção de capitais, relançou o setor industrial extrativo, estimulou a proliferação de uma indústria transformadora, acelerou a construção civil e estimulou a imigração branca. Infere-se daqui que em 11 de Novembro de 1975, data da proclamação da independência de Angola, o proletariado angolano era de primeira geração, estreitamente vinculado ao campesinato. Essa constatação, contudo, não argumenta no sentido da falta de importância percentual dos trabalhadores assalariados vinculados à economia capitalista. Muitos desses devem, antes, ser classificados mais exatamente como semiproletários uma vez que eram arregimentados para trabalhar nas plantações e nas minas por determinados períodos de tempo mas continuavam donos das suas plantações nas terras de origem. Esse semiproletariado constituía,

pelo menos até ao início dos anos 60, a parte mais volumosa da força de trabalho nas minas, nas plantações e nas pescas.

A fixação dessa população flutuante ocorreu inicialmente nos locais onde era utilizada, como os centros pesqueiros e as áreas mineiras, contribuindo para o aumento do número de proletários na plenitude do conceito. Com o desenvolvimento urbano surgiram diferentes tipos de assalariados, não ligados diretamente à produção, como os serviços mal remunerados, criados e serventes, os trabalhadores por conta própria em atividades pouco lucrativas como os vendedores ambulantes e lavadeiras que podem também ser enquadrados na classificação geral de semiproletários. O fluxo dessas pessoas para as cidades, que não encontravam ocupação permanente, criou os desempregados e subempregados, situação desconhecida pelas sociedades africanas pré-capitalistas. São eles que deram origem ao lumpen proletariado, relativamente importante na capital angolana.

Ao longo do século XX a economia angolana sofreu todo o tipo de pressões, suficientes para obrigar parte dos angolanos a oferecerem-se como mão de obra nas propriedades agrícolas e no setor industrial o que não inibiu, ainda assim, o recurso a mecanismos jurídicos, administrativos e repressivos para extrair da comunidade aldeã a força de trabalho necessária ao setor capitalista. Depois de 1961²⁶ a situação modificou-se. Progressivamente foram sendo eliminados alguns dos mecanismos coercivos de obtenção da mão de obra. Pelo menos em algumas regiões as pressões econômicas já se faziam suficientes para obrigar um grande número de homens a procurar trabalho em plantações e nas indústrias capitalistas.

Os camponeses puderam resistir ao processo de implantação do capitalismo e à penetração das relações de produção capitalistas porque no interior das sociedades rurais as relações de produção pré-capitalistas continuaram predominantes. A organização da produção manteve-se no âmbito familiar, com relativamente poucos casos de recurso a força de trabalho exterior ao grupo doméstico e a um ou

²⁶ Em 4 de Fevereiro de 1961 teve início a luta armada de libertação nacional de Angola com uma ação militar desencadeada por nacionalistas contra instalações carcerárias adstritas à polícia política portuguesa.

outro parente próximo, com exceção das regiões enriquecidas por culturas como o café. Persistiram as concepções e normas referentes ao direito sobre a terra, ou seja, não entendida como mercadoria nem como propriedade privada.

O modo de produção capitalista que moldava a exploração agrícola capitalista, apoiada numa vasta rede extratora dos excedentes da produção aldeã, afetou enfim as relações de produção pré-capitalistas e acabou por condicionar a sua evolução. O processo desenvolveu-se mantendo ligado o crescimento da produção mercantil, a produção destinada a auto-subsistência e a produção canalizada às trocas simples. A procura de produtos como o milho, feijão, trigo, algodão, etc., estimularam os agricultores a envolverem-se no circuito sempre que a expansão à terras disponíveis e a produtividade natural dos solos permitiram, com meios tecnológicos não muito desenvolvidos - apesar da introdução de algumas novidades como o arado de tração bovina no planalto central, desde os anos 30 - para responder a essa solicitação do mercado. As exportações de couros de Angola e o consumo interno de carne bovina também assentavam maioritariamente na produção dos criadores de gado angolanos.

A médio prazo rompia-se o quadro tradicional, promovera-se a extensão do carácter privado da propriedade da terra, estimulou-se o uso da força de trabalho exterior ao núcleo doméstico em troca de uma compensação monetária ou em gêneros e, em pouco tempo, moldaram-se os contornos de uma nova diferenciação social com a conseqüente polarização da sociedade rural entre proprietários e não proprietários.

Não obstante, vários fatores se conjugaram para limitar essa evolução. O principal foi o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas determinado pelo desinteresse das autoridades coloniais em estimular o desenvolvimento dos agricultores angolanos, em nítida contradição com o princípio que supunha a máxima captação dos excedentes produzidos através de uma rede comercial que impunha ao produtor condições desvantajosas.

A rede comercial funcionou com base no pagamento ao produtor de toda ou parte da produção com a abertura de crédito na loja do comerciante português sem qualquer tipo de cobertura legal ao produtor ante a prepotência e o abuso do comerciante, o que na prática proibia qualquer tipo de acumulação capitalista que servisse de reinvestimento ou aquisição de meios de trabalho mais avançados. O endividamento freqüente, associado aos impostos, legais e não legais, que pesavam sobre o agricultor angolano acobertaram as expropriações de terras e de gado contribuindo para a miséria de muitos camponeses. A usura era prática corrente que mantinha o agricultor na obrigação permanente de entregar a sua produção ao mesmo comerciante.

Outro fator que limitou o desenvolvimento da agricultura angolana foi a concorrência com a agricultura portuguesa. Apoiados pela administração pública e por uma repressão discriminatória, colonos portugueses e grandes empresas agrícolas foram progressivamente expulsando os angolanos das melhores terras provocando a sua carência em determinadas regiões, acelerando a proletarização e generalizando a pobreza. A persistência de elementos superestruturais das sociedades linhageiras também contribuiu para a manutenção da produção no quadro da organização comunitária tradicional e retardou a imposição de uma maior diferenciação econômica entre os membros da comunidade. A reação do colonialismo ao desencadeamento da Luta Armada de Libertação Nacional agravaria ainda mais o panorama rural ao atrair para o campo a onda repressiva e o estímulo às expropriações de terras. O chamado reordenamento rural que concentrou os camponeses em grandes aldeamentos estratégicos para controlo das populações e impedir a extensão da guerrilha nacionalista logrou limitar a tendência à individualização e ao aumento da propriedade do agricultor angolano. O aumento da imigração branca, também na seqüência da reação ao início da luta armada, contribuiu para o aumento das restrições ao acesso às terras disponíveis e pôs em causa os sistemas tradicionais de aproveitamento do solo e o equilíbrio ecológico.

Ainda assim e porque temia maiores revoltas - a produção angolana conservava a sua importância no comércio interno e externo - as autoridades coloniais promoveram uma melhora nas condições de vida no campo. Voltou, por exemplo, a estimular os produtores angolanos de café, independentes, de tal forma que em 1970 o café produzido por esses agricultores correspondia a 36% do total produzido em toda a colônia, contra 25.2% registrados em 1958.

Em 1961, depois das primeiras revoltas camponesas e do desencadeamento da Luta Armada, foi abolido o cultivo obrigatório de algodão. Em compensação, em várias regiões da colônia começaram a atuar organismos de apoio ao agricultor angolano com o objetivo de estimular a produção e melhorar a qualidade dos produtos destinados ao mercado colonial.

A tendência dominante do processo de implantação do capitalismo foi a expropriação, pauperização e proletarização dos camponeses sem um correspondente processo de formação de uma burguesia agrária autóctone, na medida em que continuaram estrangeiros e não apenas portugueses, os principais proprietários.

Apesar da evidente sobrevivência das relações de produção pré-capitalistas, a relação com o modo de produção capitalista originou transformações internas que se manifestaram na adoção de novas formas de organização da produção, na proletarização lenta mas progressiva, no aparecimento da propriedade da terra juridicamente definida como privada e numa nova diferenciação social. Ainda que essas transformações não se tenham generalizado foram suficientemente importantes como tendência e teriam evoluído se o próprio sistema não estabelecesse limites, necessários à manutenção do seu domínio.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista e a correspondente consolidação de novas classes principais ficou distorcido pelo fato de que a classe que se apropriava da mais valia produzida e dos excedentes da produção agrícola era exclusivamente estrangeira.

A rede comercial que ligava as empresas de importação/exportação ao comerciante do interior atingiu lugares muito distantes dos principais centros urbanos, sugando os excedentes em troca de vários bens de consumo. Antes de 1975 dez dos dezesseis *distritos* em que o território se dividia contavam em média 250 habitantes cadastrados por estabelecimento comercial. O comércio estimulou a produção camponesa e foi o mais importante fator de integração das populações das várias regiões no mercado capitalista, a par de outros como a utilização compulsiva da mão de obra, a proletarização, o crescimento industrial e a concentração urbana, que não atingiram, de igual modo, todas as regiões do território.

A utilização compulsiva da mão de obra, prática generalizada a que muito poucas regiões do território terão escapado, além da violência que lhe era inerente, esteve na origem de deslocamentos massivos de trabalhadores de umas regiões para outras, incidiu negativamente na organização econômica e social da população e forçou a manutenção, dentro do novo espaço e a serviço do modo de produção capitalista, da população oriunda dos Reinos do Congo, N'Dongo e adjacentes - a maioria dos angolanos depois de 11 de Novembro de 1975. É lógica, portanto, a conclusão segundo a qual o colonialismo, correspondente à fase de formação e expansão do imperialismo, formou, forçou a coesão e consolidou uma base populacional formada e desenvolvida nos Reinos do Congo, N'Dongo e adjacentes que origina o tipo antropológico da moderna República de Angola.

No aspeto econômico a resultante caracteriza-se pela coexistência de diferentes tipos de economia: de subsistência, entrelaçada a uma produção mercantil e outra nitidamente capitalista, exclusivamente destinada ao mercado internacional. Não se trata de simples justaposição mas de uma situação em que a economia capitalista subjuga e condiciona o desenvolvimento das outras através do circuito comercial e do controlo político e administrativo.

A nível superestrutural a sociedade, tal como se apresentava na fase final do período colonial, era ainda mais complexa na medida em que persistiram os elementos superestruturais pré-capitalistas em permanente contradição com a amplitude da penetração da economia

capitalista. É visível a regularidade histórica que cauciona a tese segundo a qual as transformações superestruturais mais profundas se produzem na seqüência de transformações na base econômica e não por imposição. Em Angola várias circunstâncias reforçam esta premissa. A primeira delas refere o tempo relativamente curto em que as estruturas pré-capitalistas estiveram sujeitas à ação direta do sistema colonial capitalista. A sociedade africana, apesar de privada de autonomia política e afetada na sua base econômica, preservou muitas das suas instituições e sistemas de valores como forma de resistência, consciente ou inconsciente, à desagregação e alienação cultural que a situação impunha. O próprio colonial parece não ter pretendido destruir completamente o quadro social pré-capitalista mas explorá-lo, esvaziá-lo de poder e submetê-lo aos seus interesses.

“Não há qualquer *integração* da arte e da cultura tradicionais na arte e na cultura européias do invasor, mas, de certo modo, ao contrário, assimilação de idéias e por vezes de um formulário cultural novo, gerado pela sociedade nova que nascia dos episódios da luta de classes em Angola. Aquela *integração* era impensável numa sociedade e num contexto político em que a classe dominante estrangeira se fechava o mais possível em si mesma como medida de proteção. Somente no século XIX, em plena expansão imperialista, surge um produto cultural híbrido, incompletamente sintetizado, de uma camada de pequena burguesia angolana intelectual que gostava de se exprimir as vezes nas línguas nacionais, que se interessava pela riqueza cultural do povo de que derivara. Essa camada que produziu toda a curiosa literatura dos anos 90, com os seus jornalistas, filósofos, literatos de vários gêneros, onde ressaltam nomes como os de Fontes Pereira, Mattoso da Câmara, Pedro Machado, Cordeiro da Mata, Paixão Franco, etc., onde surgem jornais como a ‘Aurora’, o ‘Futuro de Angola’, o ‘Arauto Africana’, o ‘Farol do Povo’, o ‘Muenkexi’, ‘Kamba Lia N’Gola’ e outros, nas línguas nacionais e em português, foi finalmente liquidada pelo governo perigosamente inteligente do General Nórton de Matos, o precursor do fascismo em

Angola, muitos anos antes de esse regime se concretizar em Portugal²⁹.

A política de assimilação cultural era uma forma de camuflagem ideológica para exploração desenfreada mantendo vedada aos angolanos a possibilidade de integração numa cultura científica e tecnológica mais avançada ou de partilha do poder político. A ação colonial destruiu ou desagregou as sociedades pré-capitalistas e em muitos casos não quis ou não pôde agir mais profundamente a nível da superestrutura ideológica, com excepção de alguns setores minoritários. Houve contudo transformações decorrentes das alterações económicas, da ação da administração e da expansão das missões cristãs.

A ação mais constante sobre a população, a nível ideológico, referente aos valores sociais e concepções filosóficas, foi levada a cabo pelos difusores do cristianismo, católicos, protestantes, adventistas etc. Várias estatísticas confirmam que o número de escolarizados e influenciados pelos padrões de conduta europeus nas Missões era superior ao de indivíduos legalmente reconhecidos pelo sistema como assimilados. Somados o prestígio e a influência que gozavam os agentes religiosos junto das populações e a utilização desse fator na perspectiva de ascensão social, tudo isso era muito mais importantes do que as convicções religiosas próprias que, não por acaso, se viram penetradas por concepções religiosas africanas.

Os africanos em geral perderam capacidade de liderança e de influência até mesmo na mediação entre o povo e a administração colonial. Aliás essa mediação passou a ser vista como reflexo de dependência e qualquer tentativa de resistência era sufocada com violência. A população continuou a ter nos seus chefes os representantes das comunidades, os reguladores dos conflitos internos, os intermediários com os antepassados, garantes do equilíbrio nas relações entre os homens e a natureza, importantes a nível ideológico e do simbólico.

²⁹ Abranches, Henrique. Comunicação. In: Teses Angolanas. Documentos da VI Conferência dos Escritores Afro-Asiáticos. 1.º Volume.

Um campo em que claramente se confrontavam os níveis superestruturais era o jurídico. A maioria da população esteve sujeita aos dois sistemas: um introduzido pela administração colonial, cujas regras e pressupostos não eram conhecidos mas impostos e em relação ao qual se devia submissão e outro, o consuetudinário, conhecido, reconhecido e respeitado através do qual se regulavam as relações entre os membros da sociedade, apesar de muitas vezes já não dar resposta aos novos problemas e não servir nas relações com os agentes do colonialismo.

Outros aspetos da cultura não material africana sobreviveram intactos ou mais ou menos desfigurados ao impacto com a sociedade capitalista e o colonialismo. A resistência cultural contida na utilização da língua, nas manifestações artísticas, na transmissão de valores sociais e de conhecimentos, na prática social em geral, nos cultos e nos ritos, era uma demonstração de que a presença portuguesa era vista como estrangeira com a qual não se identificavam, consciência da diferença e da contradição com o colonizador, subjacente em todas as formas de luta e nutriente para o desenvolvimento da Luta Armada. Os conflitos entre as classes sociais angolanas no período em que se desencadeia o Movimento de Libertação Nacional estão subordinados e obscurecidos pela contradição mais antagónica e imediata assumida pela oposição entre colonizador e colonizado. Na década de 50 mais de 85% da população autóctone vivia dependente da agricultura, constituída por pequenos camponeses.

Pelas pressões a que foram submetido, acumulou um grande potencial de revolta que explodiu em insurreição armada no início da década de 60 na Baixa de Kassanje e no Nordeste do território, alimentou os corpos de guerrilha nos anos seguintes e sob formas não violentas resistiu no âmbito cultural e religioso. A solidariedade interna pode ter desempenhado o seu papel na expansão da revolta mas foram razões de outra índole que desencadearam os conflitos violentos que se registaram em zonas rurais em 1961: a contradição que opunha colonizados a colonizadores, explorados a exploradores.

Por exemplo, a composição étnica da revolta na Baixa de Kassanje que antecede no tempo ao importante levantamento de Março de 1961 não é idêntica a das zonas do café no Norte de Angola tal como são distintas as populações do Uíge e Zaire à dos Dembos e Kuanza Norte onde também ocorreram revoltas. Por outro lado, os alvos dos ataques não foram só os colonos brancos mas também os mestiços e negros que de algum modo estavam identificados com o colonialismo, por razões culturais no caso dos assimilados, ou sociais, no caso dos trabalhadores contratados deslocados do Sul para as fazendas de café no Norte. A mola impulsora dos ataques e as consignas manifestavam uma perspectiva nacionalista inspirada num certo messianismo, como o projetado pela UPA³⁰, em Patrice Lumumba e outros personagens. Vários componentes caracterizaram esses movimentos, muitos dos quais o enfraqueceram e permitiram que uma brutal repressão os paralisasse quase completamente. Regionalismos, crenças religiosas, respeito por uma hierarquia tradicional incapaz de perspectivar a luta em termos contemporâneos, ausência de uma vanguarda política que se assumisse como elo condutor, são algumas das debilidades que impediram essas revoltas de atingir maior dimensão, com a Nação angolana de hoje em perspectiva.

O salto qualitativo dá-se com a entrada em cena da pequena burguesia que aceita o protagonismo de um setor da intelectualidade formada no exterior, gente que tinha assimilado a cultura do colonizador, relegada econômica e politicamente para um papel secundário e se sentia atingida pela discriminação racial. Associaram-se aos trabalhadores do setor dos serviços, estudantes, etc. Eram essas as classes e estratos sociais que sabiam das mudanças ocorridas no mundo depois da II Guerra Mundial, influenciados por todo o leque de idéias de esquerda. Projetaram um novo conceito de unidade, deram a dimensão nacional que faltou à resistência ao colonialismo, influenciaram outras camadas e estratos sociais e organizaram os Movimentos de Libertação Nacional. Entre as camadas e estratos sociais da sociedade colonial urbana, onde despontavam africanos, europeus e mestiços que já se intitulavam angolanos, havia maior

³⁰ União dos Povos de Angola.

facilidade de contato com o exterior, diretamente ou por intermédio de literatura, o que estava mais distante de camponeses e operários.

A influência das esquerdas europeias seria decisiva para a caracterização e orientação desse novo nacionalismo, do novo cariz que se deu à luta contra o colonialismo, do novo formato da consciência de independência, da necessidade da mais profunda revolução social. As aspirações das classes sociais que sentiam o peso da discriminação racial e social seria a ancora, o denominador comum de novas idéias em torno de uma nova percepção de conceitos como Nação, Nacionalismo, Unidade, Reconstrução Nacional. Agostinho Neto, *que bebera do cálice*, um dia fez o reparo: “o pior mal que nos fizeram os portugueses é o de nos obrigarem a fazer a luta de libertação a partir do exterior” onde (...) “alguns gostariam de ver os Movimentos de Libertação tomar o rumo da luta de classes como na Europa. Outros gostariam de os ver racistas, D. Quixote lançado contra o moinho de vento da pele branca. Outros gostariam de os ver tribalizados, federalizados segundo aquilo que imaginam num país que lhes é desconhecido. Outros, idealistas, gostariam de os ver enveredar pela senda do compromisso político com o inimigo”³¹.

A ocupação do território angolano forçou a manutenção de povos africanos num espaço territorial único sem qualquer consideração por realidades sociais e políticas anteriores, sujeitando-os a um mesmo sistema opressor, ao preconceito e à inferiorização sistemática. O nascimento do novo espaço territorial refletiria um nivelamento da sociedade que a compunha de modo que os conflitos internos preexistentes em grande medida se diluiriam na contradição mais ampla e generalizada traduzida na oposição comum ao colonizador, agente da exploração e da opressão, da criação de desigualdades geradoras de novos conflitos e ressentimentos, como os provocados pelas deslocamentos de populações, fugas para além das novas fronteiras, utilização de uns grupos contra outros nas operações de conquista e repressão, segregação entre *indígenas* e assimilados, discriminação entre brancos, mestiços e negros, promoção, ao nível

³¹ Neto. Antônio Agostinho, Conferência proferida no auditório da Universidade de Dar-Es-Salam. Tanzânia. 7 de Fevereiro de 1974.

dos indivíduos e dos grupos, de complexos e preconceitos, instigação e exploração de problemas inter-étnicos visando o enfraquecimento da resistência, distribuição desigual pelo território de insipientes pólos de desenvolvimento industrial, educacional e outros, criando desequilíbrios entre as regionais com incidência no grau de diferenciação classista, na taxa de escolaridade, no acesso aos bens de consumo e dos serviços. Este panorama reflete-se com agravantes até aos nossos dias na integração, maior ou menor, de certos grupos etnolingüísticos e das diferentes províncias no conjunto da economia e da vida política nacional.

A colonização portuguesa, na trilha dos seus objetivos e interesses, não deixou de promover, no território que lhe servia, criado para servir, as condições objetivas para a aferição posterior de uma Nação derivada, híbrida. Também é certo que tal aferição não pode ser completamente atribuída à colonização porque os objetivos do sistema opunham-se à manutenção da consciência nacional existente no pensamento da população deslocada. Indiretamente, as necessidades geradas pela introdução do capitalismo caucionaram a manutenção de tais referências, a espoleta para a continuidade no seio da nova entidade supra-regional, da nacionalidade em oposição ao inimigo comum. As contradições inerentes ao próprio colonialismo deram também origem ao aparecimento do novo formato de Consciência Nacional em setores da população que, se bem que reduzidos, foram suficientemente fortes e influentes para fomentar e conduzir a Luta Armada de Libertação Nacional, a manifestação pública de uma nova qualidade em tempo novo.

“(...) A missão do Movimento de Libertação - neste caso o MPLA - era, antes de tudo, a de unir todo o povo em torno da sua aspiração à independência, essa sim mais ou menos generalizada, com força suficiente para expulsar o ocupante estrangeiro e, paralelamente, o capitalismo que ele sustentava. Só depois do cumprimento dessa tarefa histórica a luta de classes deveria retomar o seu curso normal

de desenvolvimento, mas então dentro de um contexto anti-capitalista e necessariamente numa via de orientação socialista³².

³² Abranches, Henrique. "Processo histórico". Folheto sem data. Destacado cientista político angolano, escritor, artista plástico e militante político. Foi guerrilheiro das FAPLA, o braço armado do MPLA.

Capítulo III:

O Nacionalismo Angolano

É sabido, Portugal não participou da Segunda Guerra Mundial e esse fato furtou aos angolanos e aos outros africanos por ele colonizados, a possibilidade de uma percepção mais exata dos acontecimentos que então sacudiam o mundo. Não obstante, o pós-guerra trouxe consigo os elementos que promoveriam um nacionalismo moderno de nova fisionomia, idealizado na Europa, conduzido por partidos políticos. Foi um período que se mostrou propício à mobilização e condicionamento dos contatos entre povos de diferentes nacionalidades, em diferentes quadrante geográficos e ideológicos do mundo, vítimas diretas ou indiretas do colonialismo, num ambiente de alguma forma esperado para o desencadeamento de uma luta em nome da *justiça* e da *liberdade*. Todo esse conjunto de circunstâncias interligadas favoreceram a formação e o desenvolvimento de Movimentos de Libertação Nacionais na generalidade dos territórios sob dominação colonial. Foi o período em que se fundou em Marrocos o ISTIQIAL (Partido da Independência) em 1943 - ainda em plena Segunda Guerra Mundial - que conquistou a independência marroquina treze anos depois; do derrube da monarquia egípcia em 1952; do reconhecimento da soberania e independência do regime de Bey na Tunísia, em Março de 1956; do início da luta armada na Argélia em 1954; da reconquista da autonomia da Etiópia em 1948, depois de doze anos de ocupação estrangeira. Foi o período em que começou a atuação do KAU (União Africana do Kénia) em 1944, em que se efetivaram as independências da Indonésia em 1945 e da Índia em 1947; da vitória da Revolução Chinesa em 1949; da vitória da Coreia Democrática sobre as tropas invasoras em 1953; da guerra do Vietnã e do alentador desfecho da batalha de Dien Bien Phu em 1954...

A não participação de Portugal na Segunda Guerra Mundial permitiu-lhe manter intacta, no plano interno, a sua capacidade agressiva e repressiva ao contrário das suas congêneres saídas

debilitadas da guerra o que propiciou maior capacidade de enfrentamento às investidas nacionalistas, proibindo a constituição de partidos políticos legais, reprimindo-os e forçando-os à clandestinidade, o que não inviabilizaria, ainda assim, a formação, na metade do século, dos primeiros partidos políticos angolanos, alguns dos quais se fundiriam, em 1957, no MPLA³³. O conhecimento pelas autoridades portuguesas da constituição desse Movimento - e das outras organizações políticas nacionalistas igualmente militarizadas - fez com que se instalasse em Angola a Polícia de Investigação e Defesa do Estado (PIDE) cuja ação e história, em nenhum momento deve ser desconsiderada para se entender o escalar da violência, a radicalização de posições e a complexidade que adquiriu o processo de libertação. Deve-se em muito a esse confronto a convicção da "inevitabilidade da luta armada" anunciada precisamente em Londres, na Câmara dos Comuns, em 5 de Dezembro de 1960³⁴, longe de angolanos e de África. Na seqüência, em 4 de Fevereiro de 1961, teria início a Luta Armada de Libertação Nacional em que o "povo angolano irrompe violentamente na cena internacional para dizer com o tracejado indelével das balas a sua vontade firme de passar ele próprio a conduzir os seus destinos e revelar de forma inequívoca a sua maturidade política. O 4 de Fevereiro é por conseguinte resultado inelutável do processo histórico angolano"^{35 36}.

³³ Oficialmente o MPLA foi fundado em 10 de Dezembro de 1956, data da divulgação do seu Manifesto, na seqüência da fusão do Partido de Luta Unida de Angola (PLUA), do Movimento para a Independência de Angola (MIA) e do Movimento para a Independência Nacional de Angola (MINA). Contudo, um estudo do historiador angolano Carlos Pacheco, baseado fundamentalmente em documentos da extinta PIDE, põe em dúvida a veracidade dessa data.

³⁴ "Na capital inglesa, a 5 de Dezembro de 1960, realizou-se uma Conferência de Imprensa na Câmara dos Comuns, dada por delegados das colônias portuguesas, onde Mário de Andrade em nome de todos, fez o 'processo do colonialismo português' e acabou dizendo que o português não tinha deixado aos povos das colônias, senão o recurso à ação direta', quer dizer o recurso à luta armada". Naquela Conferência de Imprensa estiveram presentes por Angola Mário Pinto de Andrade, então Presidente do MPLA, Viriato da Cruz, Secretário Geral do MPLA e o Dr. Américo Boavida. Por Moçambique dois representantes do Mozambique Maconde Union, uma organização tribal moçambicana, única organização anti-colonial existente na altura em Moçambique. Pela Guiné Bissau esteve Aristides Pereira (chegou a ser Presidente da República de Cabo Verde). Por Goa os Srs. Drs. Dinis e João Cabral, ambos pela Convenção Política de Goa. Teles Carreira (Iko), Henrique. O Pensamento Estratégico de Agostinho Neto. Publicações Dom Quixote. Lisboa. 1996. Data da mesma altura a Resolução n.º 15 das Nações Unidas intitulada Declaração sobre a outorga da independência aos países e povos coloniais.

³⁵ Relatório do Comité Central do MPLA ao seu Primeiro Congresso, realizado em Luanda em Dezembro de 1977.

“O grito de emancipação dos povos africanos que iria pôr termo à política em relação à África, orientada pelo sentido de domínio e absorção, não obstante as evasivas que levavam Portugal a proclamar a ‘expansão da fé entre os gentios’, que se repercutiu com maior sonoridade após a 2.^a Guerra Mundial, e adquiriu volume em 1945, com a carta da ONU, que declara categoricamente o direito dos povos à autodeterminação, e consagra-o nas suas ‘finalidades e princípios’, conforme o parágrafo 2.^o do art. 1.^o, ‘o respeito de igualdade de direitos dos povos e do seu direito a disporem deles mesmos’. Apesar da falta de informação, começa a delinear-se no nosso território um clima de agitabilidade que ganha fermento com as mudanças políticas e obriga Portugal a realizar campanhas eleitorais que nos aproxima de certos acontecimentos e da ajuda internacional para reivindicação da independência, pela qual já os nossos antepassados se vinham batendo ao longo dos séculos”.³⁷

O moderno nacionalismo angolano manifestara-se nesse clima, organizado no interior do território, em Portugal e no resto da Europa, com ênfase particular no protagonismo dos estudantes. Ganhara consistência a idéia de que seria possível a luta e a vitória sobre o potencial militar dos colonizadores. Os nacionalistas

³⁶ “Os acontecimentos que se verificaram pouco depois em Angola vieram a confirmar o que Mário de Andrade anunciara em Londres. Na Baixa de Cassange, em Janeiro de 1961, os produtores africanos de algodão entraram em greve. Eram obrigados a cultivar algodão nas suas terras, não lhes sobrava espaço para as suas culturas tradicionais. Por causa da greve foram mortos, sobretudo pela aviação, muitos desses agricultores, falando-se até hoje em milhares de pessoas. Pouco tempo depois foi o 4 de Fevereiro, reivindicado pelo MPLA como data do começo da luta armada. Na verdade, pela primeira vez, angolanos, alguns dos quais armados, atacaram militares e polícias portuguesas de guarda a cadeias e esquadras, no intuito gorado de libertar presos políticos e capturar armamento. Seguidamente veio o 15 de Março, que marcou o início da revolta de todos os angolanos do Norte. Nesse levantamento foram mortos trabalhadores angolanos oriundos do Sul, mestiços e brancos e ainda todos os que aparentemente pareciam colaborar com o colonialismo português. O 15 de Março ficou tristemente célebre pelo seu radicalismo que ceifou vidas inocentes, pelo simples fato de trabalharem para o usurpador ou pertencerem a outra raça. No 4 de Fevereiro estavam em Luanda muitos jornalistas e fotógrafos estrangeiros, idos para a capital de Angola, para onde se dirigia o navio português *Santa Maria*, que tinha sido tomado de assalto, sob o comando de Henrique Galvão, um dos mais destacados opositores a Salazar”. Teles Carreira (Iko), Henrique. O Pensamento Estratégico de Agostinho Neto. Publicações Dom Quixote. Lisboa. 1996.

³⁷ Van-Dúnem, Domingos e Ruy Burity da Silva, Breves Notas Sobre a Integração Cultural em Angola, in: Teses Angolanas. Documentos da VI Conferência dos Escritores Afro-Asiáticos. 1.^o Volume

concentrados pelo MPLA estavam convencidos de que o colonialismo português “não cairia sem luta”, que “só alcançaria a vitória através de uma frente única de todas as forças anti-imperialistas de Angola, sem ligar às cores políticas, à situação social dos indivíduos, através, portanto, do mais amplo movimento popular de libertação de Angola”. Esse movimento seria “a soma das atividades de milhares e milhares de organizações (de três, mais de três, dezenas ou centenas de membros cada uma)”³⁸ que se criassem.

A “resistência ao colonialismo durou séculos. E à luta regionalizada seguiu-se o período de organização nacional que nos conduziu à fase independente. Em várias áreas do país, Reis, Sobas e chefes não contemporizaram com o colonialismo. Logo que este se quis impor pela força, a resistência do povo angolano ao colonialismo manifestou-se e ela é tão antiga como o próprio colonialismo. Os nomes de N’Gola Kiluange, Rainha Ginga, Mandume e tantos outros, levantaram-se armados contra o colonizador e no entanto foram derrotados pela falta de unidade necessária para conquistar a vitória. (...) O seu exemplo porém inspirou a presente geração no sentido da continuação e do aperfeiçoamento dos métodos empregues, contribuindo também para o êxito político no mundo desde a Revolução de Outubro até aos êxitos do movimento libertador em vários continentes e até a independência conquistada pelos povos africanos. O nacionalismo moderno angolano é um dos mais antigos da África”³⁹.

“A redescoberta da personalidade e identidade nacional, o nosso ‘voltar a ser independentes em novas condições’, impõe a introdução urgente da recente política cultural, de acordo com as nossas opções ideológicas, que deverá ser revestida das condições exigidas a um termômetro, pois todos nós sabemos o quanto se torna necessário acautelar conflitos, intrínsecos das fases de mudança e, aqui entre nós, sempre na eminência das perturbações ocasionadas pela diferenciação de origem socio-cultural e meios acadêmicos, que

³⁸ Manifesto do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

³⁹ Relatório do Comitê Central do MPLA ao seu Primeiro Congresso, realizado em Luanda em Dezembro de 1977.

influenciaram a formação da atual família nacional⁴⁰. “(...) para que a cultura cumpra o papel que lhe corresponda no movimento de libertação, este deve estabelecer com precisão os objetivos a alcançar no caminho para a reconquista do direito do povo que representa e que dirige para a posse da sua própria história e para a disposição livre das suas forças produtivas, de maneira que se torne possível o desenvolvimento ulterior de uma cultura mais rica, popular, científica e universal”⁴¹.

O sistema econômico capitalista implantado pela colonização nunca foi único, a cultura popular nunca foi completamente impregnada pela do colonizador nem a consciência popular da angolanidade deriva da colonização. As línguas nacionais, os sistemas de transmissão de conhecimentos entre gerações, da religião, da filosofia, etc., mantiveram-se vigentes. Nada disso desapareceu. Resistiu em oposição às novas exigências impostas pelo novo formato da vida social. O sentido de liberdade, igualdade e solidariedade, os mecanismos de estabilização a serviço das comunidades, os princípios de justiça e de colaboração mantiveram-se constantes. “De uma maneira geral, o modo de vida tradicional é em Angola, ainda hoje, o modo de vida dos camponeses de uma sociedade africana, compelida pela História a ultrapassar o modo de produção feudal, nalguns lugares, ou do final do comunismo primitivo, em outros pontos, e a engajar-se precipitadamente, na posição mais desfavorável, no modo de produção capitalista trazido pela classe dominante estrangeira. Assim podemos dizer que a organização da sociedade tradicional continua a ser, mesmo ao nível de muitas instituições de base, uma organização camponesa com todas as características que vêm da sua especificidade africana, em constante conflito com as necessidades do explorador colonialista enquanto este permaneceu mestre e senhor, ou mesmo em contradição com o conjunto de novas necessidades internas criadas pela dominação colonial-capitalista. Muitas das contradições principais com caráter

⁴⁰ Van-Dúnem, Domingos e Ruy Burity da Silva, Breves Notas Sobre a Integração Cultural em Angola, in: Teses Angolanas. Documentos da VI Conferência dos Escritores Afro-Asiáticos. 1.º Volume.

⁴¹ Cabral, Amílcar. O Papel da Cultura na Luta pela Independência. Luanda. In: “Exposição fotográfica - MPLA - Angola 14 anos de Luta de Libertação Nacional” (Catálogo). Luanda, Museu de Angola, 11 de Novembro/Dezembro de 1975.

de classe, levariam anos a transformar-se e a permitir aos homens que reencontrassem o caminho correto da luta, o caminho do progresso⁴².

A intelectualidade angolana que concebeu e dirigiu a Luta de Libertação Nacional, formada fora do continente em contato com a cultura ocidental, não formou a Nação. Influuiu, isso sim, sobre o seu destino num momento em que a oposição ao colonialismo se prestava à assimilação do discurso europeu anti-imperialista que, como se comprovaria mais tarde, não era *como aspirina para toda a dor de cabeça*, o ideal para a concepção de um programa de Reconstrução Nacional netamente africano, eivado de especificidades e idiosincrasias. A incorporação teórica, a assimilação conceptual europeia, ocidental, de Nação, de orientação e projeção do nacionalismo é que terão criado essa indeterminada sensação de nacionalismo teórico, consciência teórica da Nação, de Estado teórico investido de messiânica missão de conversão da sociedade. Talvez não se tratasse de mudar mentalidades mas de “descer às massas e subir com elas”, de recriação de um sistema económico que refletisse o grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção vigentes no momento da proclamação da independência, de reorganização do território nacional herdado da colonização, da revivificação da cultura secular compatível com o progresso nacional até então sob pressão.

É compreensível, até certo ponto, a impressão causada pelas opiniões oriundas da esquerda europeia, principalmente a influência exercida pela antiga URSS. Não tanto pelo que pudesse representar a assimilação ideológica em si mas pelo exemplo de possibilidade de desenvolvimento e reconversão de estruturas sociais. Seria talvez mais importante a eficiência alardeada pelo sistema do que propriamente a teoria que lhe dava sustentação. A colonização catalisara o nacionalismo, provocara a busca de novas idéias e de outros modelos nacionais, multiplicara os pontos de contato e encontro e estimulara o desejo de independência. Os intelectuais,

⁴² Abranches, Henrique. Comunicação. In: Teses Angolanas. Documentos da VI Conferência dos Escritores Afro-Asiáticos. 1.º Volume.

entretanto, firmar-se-iam pelo êxito inicial na incorporação de idéias que caucionavam a vontade nacionalista preexistente, o ódio à colonização e à dominação estrangeira. Sob tais influências, a conquista da independência política seria considerada fundamental, questão primeira do problema nacional que permitiria a constituição da Nação. Tudo se edificaria, parece, do nada, desde o Estado eficiente à mentalidade dos componentes mais primitivos. O novo nacionalismo polarizar-se-ia em redor do anti-imperialismo, solução que o aproximaria da esquerda europeia marxista-leninista que proporcionava o sistema doutrinário e prático assimilado à luta de classes do capitalismo. Acontece que o interesse por esmiuçar o capitalismo e pelas transformações sociais que podem ocorrer no seu interior não caracterizam o interesse do colonizado pelo desenvolvimento a partir do híbrido panorama criado pela colonização. Separa-os um longo estágio de desenvolvimento.

Mesmo as teorias africanas acopladas à constelação marxista "adaptadas às condições específicas de cada país" preservam o estímulo ao desenvolvimento de estruturas novas pela negação das estruturas antigas em vez da fundação de estruturas que correspondam a estágios próprios de desenvolvimento das Forças Produtivas e das Relações de Produção. Por isso se ressentem da falta de uma orientação que responda às carências intrínsecas dessas Nações. Realizaram a independência política e carecem de fórmulas próprias para fundação de uma economia nacional, para a readequação das estruturas sociais, para a revivificação da cultura nacional e o acesso do povo à liberdade, a um modo próprio de ser e estar no mundo, à existência histórica.

Uma Nação constitui-se na unidade de cultura e de civilização, uma comunidade *de fato* capaz de se transformar e mudar com o tempo, um conjunto de costumes e valores, de adoção de uma forma de viver e de estilização da existência. Civilização é só aquilo que o homem acrescenta à natureza, como a transformação dos objetos materiais pela técnica, a adaptação da matéria à satisfação das necessidades, a fabricação dos instrumentos de produção, dos alimentos, do vestuário, dos símbolos de transmissão espiritual. Os homens não assimilam a natureza como se lhe apresenta. Adaptam-na para si e

nesse ato de domínio conquistam-se a si mesmos, descobrem-se a si e as suas capacidades, o seu caráter dominador do meio que lhes rodeia, capazes de elaborar instrumentos de superação pessoal como indivíduos, pessoal e no seio da comunidade, através de concepções religiosas, normas jurídicas, instituições políticas, das tradições, da arte, da literatura, da ciência, em suma, do trabalho do homem sobre ele mesmo. Dar forma à natureza, à sociedade e à própria existência individual é obra da cultura, da civilização, da Unidade Nacional que implica unidade de cultura, de etnia.

Mas “No nosso planeta, a África parece contar muito pouco (...) é um continente adormecido, mergulhado na fome, na pobreza e na desertificação. Depois de uma colonização desastrosa, o continente abriu-se eufórico à independência, sem saber bem o que fazer dela e procurando pôr em prática o remédio e objetivos que os amigos de cada um receitavam. Salvo raras exceções, os africanos mal sabiam governar. E foram-se acumulando os erros de gerência. Os africanos sempre decidiram acima das suas responsabilidades reais. E os países mais interessados nas guerras intestinas foram aumentando o fosso que já os separava dos países ricos. (...) Castigados pelas guerras destruíram a produção e ficaram impotentes perante o avanço imparável do deserto. O continente entrou na espiral da fome.

“Angola deixou de ser uma República Popular (à maneira do que foram as Repúblicas da Europa do Leste, de orientação Socialista) e passou a ser, por uma nova Constituição, simplesmente República de Angola, multipartidária e com uma economia de mercado. Foi uma mudança radical. Da tantas vezes apregoada, mas nunca realizada, sociedade socialista, para a sociedade capitalista. No capítulo econômico a mudança foi mais fácil porque já era mista, aceitando pelo menos teoricamente, a economia privada. Assiste-se no entanto, a uma procura desenfreada e desordenada do lucro fácil, à enorme e galopante corrupção, a um capitalismo selvagem. Mais difícil foi o caráter da nova sociedade que exigia um maior controlo do poder, estabelecido pela população. Pensou-se que as primeiras eleições multipartidárias iriam solucionar as disputas existentes entre os diferentes partidos, especialmente entre o MPLA e a UNITA, mas não foi assim. Apesar da aceitação pelos observadores internacionais, do

escrutínio, as eleições foram contestadas pela UNITA e seguiu-se, lamentavelmente um pulso forte (a guerra) entre as organizações. Morreu muita gente, de ambos os lados e acabou-se pela assinatura de um Acordo de Paz em Luzaka, teoricamente e para a 'comunidade internacional ver'.

"Em Angola totalmente destruída pela guerra fratricida volta-se ao 'colonialismo'. Incapaz de resolver, sem ajuda de ninguém, o conflito interno, Angola viu-se na obrigação de pedir o apoio das Nações Unidas. Estas, com apoio de todos mediaram a solução do conflito e enviaram os seus capacetes azuis. Teoricamente, os capacetes azuis estão em missão de paz. Mas a esse tipo de missão há a acrescentar a volumosa ajuda alimentar, os pequenos trabalhos que sempre realizam e a tendência a defenderem-se (...). Só falta à sua atuação uma componente econômica para serem recolonizadores. O fato de integrarem forças das Nações Unidas, países pobres ou do terceiro mundo não invalida o caráter colonizador dessa ação de paz. A gente está aí em nome da comunidade internacional e é em nome dela que atua"⁴³.

Discurso forte, direto e preciso. E acertado. Segundo a ONU⁴⁴ os problemas macroeconômicos sofridos por Angola consistem no aumento da inflação, na rápida flutuação dos tipos de cambio e no fato de que os gastos públicos se destinam principalmente ao pagamento de salários. "Não se pôde cambiar divisas para as transações comerciais habituais por meio dos bancos nacionais e unicamente se registraram inversões novas no setor petrolífero. À instabilidade econômica juntou-se o persistente déficit orçamentario. Não obstante as tentativas para travar a elevada inflação, os preços dos bens e serviços continuam muito altos para o consumidor médio e dava a impressão de que o país voltava a encontrar-se a beira da hiperinflação. Recentemente os tipos de câmbio no mercado paralelo dispararam de 400.000 Novos Kwanzas (NKz) a 580.000 NKz por

⁴³ O Pensamento Estratégico de Agostinho Neto. Contribuição Histórica. Publicações Dom Quichote. Lisboa. 1996.

⁴⁴ Relatório do Secretário Geral das Nações Unidas ao Conselho de Segurança sobre a Missão de Observadores da ONU em Angola. 6 de Agosto de 1998. Disponível à consulta pública na página da ONU na internet: www.un.org.com.

dólar dos Estados Unidos, o que representa quase o dobro do tipo de câmbio oficial. Visto que Angola depende em grande medida das importações, os preços de mercado dos produtos importados aumentaram simultaneamente ao tipo de cambio vigentes no mercado paralelo o que deu um novo impulso à inflação. As dificuldades econômicas da Angola intensificaram-se recentemente devido ao baixo preço do petróleo no mercado mundial. Portanto, o Governo viu-se obrigado a rever, por baixo, as suas projeções sobre o crescimento da economia e teve de efetuar importantes ajustes no orçamento em vigor. Apesar de tudo, é pouco provável que o déficit orçamentario aumente de forma considerável. Entretanto o Governo tem previsto celebrar conversações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em Agosto de 1998 sobre um possível programa de ajuste estrutural supervisionado pelo Fundo. Em parte a causa das demoras registradas no processo de paz, a ajuda recebida para a execução do Programa Nacional de Reabilitação Comunitária foi muito inferior às promessas de contribuição efetuadas na Conferência de Mesa Redonda celebrada em Bruxelas em 1995. O apoio à recuperação socio-econômica segue sendo um dos principais objetivos e âmbito de atuação dos organismos e programas das Nações Unidas. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Fundo da População das Nações Unidas, o Programa Mundial de Alimentação, a Organização Mundial da Saúde, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura e o Fundo das Nações Unidas para a Infância participam nessas atividades com ajustes nos seus mandatos e no âmbito das suas possibilidades. A situação em matéria de segurança vigente no país é obstáculo grave à execução adequada dos programas das Nações Unidas a longo prazo e as atividades das organizações não governamentais internacionais e dos doadores bilaterais”.

Vinte e três anos depois de proclamada a Independência Nacional a Nação parece à deriva, incapaz de se valer por si mesma. Fustigado pelo fogo cruzado desencadeado pelas muitas teorias de todos os nacionalismos que chagam diariamente pelo Aeroporto Internacional de Luanda, o nacionalismo angolano parece sucumbir entre hostilidades. Porquê?

“Não é minha intenção insistir numa visão catastrófica da nossa sociedade. Por isso me parece oportuno adiantar desde já que é precisamente no âmbito das relações econômicas ou das que se articulam com base nelas, que me parece mais imediatamente viável apurar duas constatações que fundamentam a minha posição teórica relativamente à questão das identidades coletivas, a construção da nação, portanto. Neste campo, talvez mais do que em qualquer outro, revelou o nosso povo, a nossa substância social, uma espantosa e adequada capacidade de urdir as suas próprias respostas, de dar expressão àquilo que poderíamos chamar o talento da criatividade popular. Inventou, adaptou ou pôs em exercício os dispositivos, os mecanismos, as estratégias e as alternativas capazes de viabilizar o universo das trocas perante a inviabilidade oficialmente instaurada. Estou, evidentemente, a falar do lugar que entre nós assumiu e assume a economia paralela e, simultaneamente, a ilustrar a posição que é a minha e segundo a qual uma identidade coletiva é sobretudo uma capacidade de resposta ao presente, mais do que uma prática de culto em relação a passados mais ou menos ajustados à satisfação de orgulhos e justificações culturais nacionais ou nacionalistas”⁴⁵.

A Luta Armada de Libertação Nacional extremou posições. Mobilizou jovens em todas as classes e estratos sociais contra o colonialismo⁴⁶, radicalizaram-se as ações empreendidas pelos grupos clandestinos nos centros urbanos e no meio rural em apoio e em coordenação com os grupos de guerrilha embrenhados na selva, a repressão fascista e o exercício estéril de uma política de corrupção de alguns setores nacionalistas⁴⁷.

⁴⁵ Carvalho, Ruy Duarte. Angola: *O passado vivido e o presente em presença*. In: A crise e o desafio democrático. ADRA - Programa Angola Canadá - CIDMAA. Luanda, Agosto de 1992.

⁴⁶ Relatório do Comité Central do MPLA ao seu Primeiro Congresso, realizado em Luanda em Dezembro de 1977. “A corrupção foi intensificada nos anos 60 pela promoção tardia de funcionários públicos, melhoria de habitação e das vias de comunicação, medidas essas que coincidiam com as necessidades de repressão e da defesa militar dos interesses colonialistas; assim como o esbatimento progressivo das barreiras raciais, acompanhado de campanhas psicológicas bem orquestradas”.

⁴⁷ A 1 de Janeiro de 1967, em Mensagem de Ano Novo dirigida aos angolanos, Agostinho Neto reclamava desse exercício de corrupção e de algumas incompreensões que a luta nacionalista enfrentava mesmo entre setores de oposição portuguesa ao fascismo de Oliveira Salazar: “Em Angola vive-se em clima de mobilização geral. Os colonos estão armados e organizados em milícias como em 1961; o período de prestação de serviço militar foi prolongado para 4 anos e o orçamento português prevê 42% do seu total para as despesas com a guerra colonial: mais de

O desenvolvimento das forças produtivas nos países capitalistas europeus⁴⁸ foi a causa que os impelira à procura de novos mercados além das suas fronteiras. Acrescida do choque de interesses, da concorrência entre eles, impôs-se a necessidade “do controlo ou posse” desses mercados. Registrar-se-ia na seqüência o “aniquilamento dos Estados Africanos”, a “conquista dos territórios africanos” e a “subjugação dos povos africanos” durante a qual “os capitalistas europeus” transformaram toda a África em “colônias e países dependentes”. O fato seguinte foi o de um território com incalculáveis recursos naturais e humanos onde sucessivas gerações se viram “arrastando uma vida triste, na miséria, na ignorância, no trabalho forçado, na exploração desumana do seu trabalho, desagregando-lhes as famílias, morrendo prematuramente e com três habitantes por quilometro quadrado”. “A população indígena cresce, segundo as suspeitas estatísticas oficiais, num ritmo lento, a natalidade infantil indígena é baixa e a mortalidade das crianças e dos trabalhadores indígenas é altíssima”. “A causa dessa revoltante injustiça e dessa aniquiladora desgraça está na dominação imperialista, (...) na opressão colonialista portuguesa que pesa, há séculos, sobre o nosso povo”.

A exportação maciça de capitais para as colônias tiveram como objetivo a exploração das fontes de matérias primas, o alargamento

6000 milhões de escudos! O inimigo procura também desmobilizar o povo com a corrupção e com algumas concessões às reivindicações do nosso povo. Sem dúvida que a alguns setores da nossa população foram concedidas melhores condições de vida, mas não se modificou certamente a base material em que vive a grande maioria. (...) Todavia, o governo colonial fascista português não compreendeu os interesses dos povos e persiste na sua política de ‘integração’. Como dizia aqui há um mês um importante setor da oposição portuguesa, num documento enviado ao Presidente da República, propõe uma solução (chamada ‘problema do ultramar’) com a igualdade do homem negro numa Pátria comum. A oposição democrática progride na compreensão do problema, mas nem sempre em todos os seus aspetos fundamentais, nem sempre se pronuncia claramente pelo reconhecimento do nosso direito à independência. (...) Não basta a ‘convivência fraterna das raças, a criação de uma cultura, a promoção e o respeito das elites negras’, não basta a ‘igualdade de direito e de fato de todas as populações que vivem no ultramar no âmbito da grande responsabilidade civilizadora’. Não basta isso nem são estes os aspetos essenciais da reivindicação armada do povo angolano. Nós combatemos e combateremos pela independência completa. Nós combatemos porque se reconheceu o direito à soberania do povo angolano. Este é o objetivo essencial da nossa luta”.

⁴⁸ Análise das causas e conseqüências da colonização feita pelo MPLA no seu *Manifesto do MPLA*. Luanda, 10 de Dezembro de 1956.

das esferas de influência, do domínio e da evolução do capitalismo em imperialismo, "a transformação do capitalismo num sistema mundial de opressão colonial e de escravização financeira da imensa maioria da população do mundo por países imperialistas", a divisão do mundo em "dois campos": "o pequeno campo dos poucos países imperialistas, exploradores e opressores e o imenso campo das colônias e dos países dependentes que se vêm obrigados a lutar para se libertarem do jugo imperialista". O "colonialismo inoculou pois, em todo o organismo de Angola, o micróbio da ruína, do ódio, do atraso, da miséria, do obscurantismo, da reação. O caminho em que nos vêm obrigando a seguir é, portanto, absolutamente contrário aos supremos interesses do povo angolano: aos da nossa sobrevivência, da nossa liberdade, do rápido e livre progresso econômico, da nossa felicidade, de pão, terra, paz e cultura para todos. (...) As mais elementares necessidades vitais inadiáveis do nosso povo - como a necessidade sagrada e imperiosa de impedir que Angola se esvazie da sua população negra como sucedeu, por exemplo, com a população nativa do continente americano para, no lugar dela, viverem numericamente grandes e poderosas populações de origem européia, exigem a mobilização e a luta - luta em todas as frentes e em todas as condições - do povo angolano para o aniquilamento do imperialismo, do colonialismo português, para tornar Angola um Estado independente, para a instauração de um governo angolano democrático e popular". Será para tanto necessário promover uma "frente mundial contra o imperialismo" e uma "luta unida, não só de todos os indivíduos africanos, mas também de todos os povos africanos. Nenhum africano deve ficar indiferente perante a luta contra o imperialismo que se trave em qualquer parte do nosso continente por uma 'África para os africanos'".

"(...) todos os organismos e todos os indivíduos interessados na manutenção do atual estado de coisas em Angola e (...) todos quantos colaboram, de qualquer modo, consciente ou inconscientemente, clara ou veladamente, com os primeiros" são os inimigos a combater. Portugal era o inimigo direto, imediato e o imperialismo o inimigo principal, os que exacerbaram e exploraram em seu favor as contradições que encontraram na sociedade africana e por essa via podido impor o seu domínio levando-as ao declínio. Contra eles

deveria erguer-se uma muralha formada por “todos quantos lutem ao nosso lado, todos quantos nos dêem qualquer ajuda, temporária ou duradoura, condicional ou incondicional ou todos quantos mantenham pelo menos uma neutralidade favorável à luta do povo angolano”.

A “luta só poderá ter êxito através da participação nela das grandes massas populares, que se organizarão através de organizações de famílias, de bairro, de local de trabalho ou residência, de estudo, de cultura, de recreio, de desporto, etc. Nem a luta individual, nem mesmo a luta de apenas alguns homens decididos e corajosos alcançará os nossos objetivos. Os indivíduos devem organizar-se, e devem começar a organizar-se, em torno dos seus interesses mais sentidos, imediatos e do dia-a-dia”.

A luta ganhara caráter intransigente, de frente popular onde sobressaíam as alianças entre forças dos mais variados quadrantes e tendências políticas num caldeirão ideológico em que o denominador comum era a oposição ao colonialismo e ao imperialismo internacional que lhe sustentava. Em forma embrionária permaneceriam as divergências classistas e ideológicas que se manifestariam mais tarde no país independente. Por enquanto expressava a necessidade de liberdade, de revalorização do ser e do sentir em liberdade ante um inimigo confesso e acima de tudo estrangeiro, agressor e opressor, o desejo do homem angolano de se mostrar capaz de negar a dependência em relação a um sistema que lhe era estranho, explorava os seus recursos materiais e humanos, subjugava e humilhava os seus interesses e a sua própria existência, sublinhava a imperiosidade da luta pela independência econômica e pela valorização da soberania nacional, visivelmente inspirada no fracasso que representavam as Repúblicas africanas que primeiro haviam conquistado a independência.

Esses postulados suscitariam compreensão divergente na plenitude da sua dimensão quando apareceram isolados do seu contexto.

Em geral os fenômenos sociais, políticos e econômicos interligam em múltiplas variantes e em interação ativa os diferentes países e

continentes do mundo. A relação secular que atrelou África ao resto do mundo estreitou-se continuamente ao longo dos séculos, a cada ação individual ou coletiva, tornando-se cada vez mais intensa conforme as perspectivas econômicas se tornaram mais globais. O isolamento em si nunca foi possível desde que o homem se teve como ser social, além de contrariar a idéia que sempre se faz de progresso. O que se colocou inicialmente à luta de libertação nacional não se restringiu aos conceitos que moldaram a discussão teórica em torno do que se deu em chamar *guerra fria* mas à necessidade, à possibilidade de definição de um método capaz de transformar relações de evidente injustiça, de subordinação política e econômica com outros países e povos do mundo, sem que tal resultasse em prejuízo do desenvolvimento e do progresso social.

Idéias sobre desenvolvimento e progresso social apareciam geralmente vinculadas às causas da Luta de Libertação Nacional, à ação pela liberdade e justiça social porque sem elas o comportamento do colonizado poderia transformar-se no de quem flutua entre uma e outra forma de exploração e discriminação, numa simples inversão de fatores. A preconização do futuro, a busca de subsídios para a revitalização das forças sociais e econômicas atuantes no interior da sociedade, pelo menos a que se conhece vinculada ao projeto difundido pelo MPLA, pêlos seus antecedentes, não podia estar restrita às questões atinentes à industrialização pura e simples mas ampliada às noções de desenvolvimento social, econômico e cultural.

Mas como se verifica hoje, o fim da colonização não implicou o fim da hegemonia econômica, comercial, financeira e política das antigas potências coloniais. Na realidade os laços de dominação apenas se esbateram em termos políticos e institucionais revigorando em termos econômicos e financeiros. A alteração do método não significou qualquer mudança nos objetivos e interesses cultivados desde a alvorada da colonização. A ausência do Estado colonial foi substituída pela entrada em cena da representação de interesses de associações de países cada vez mais fortes economicamente e de grupos empresariais multinacionais. A efetivação dessa substituição substancia a hegemonia comercial, financeira e política das organizações econômicas e dos grupos de países que ditam o atual

equilíbrio nas relações internacionais. Nesse panorama é natural que nas análises costumeiras sobressaia o *valor* e a *identificação* dos fatores que evidenciam a ação da antiga potência colonizadora. Não existe no mundo que conhecemos uma única antiga colônia que não exiba e suporte relações privilegiadas e preferenciais de todo o tipo com a antiga potência colonizadora, independentemente dos próprios interesses. O permanente desenvolvimento científico, técnico e econômico que ocorre nos países mais desenvolvidos são os fatores que definem os novos interesses, contornos, e métodos dominantes nas relações internacionais.

Pois, se foi no interesse do desenvolvimento das forças produtivas ocorrido na Europa que se eliminaram as relações de produção escravistas e posteriormente o próprio colonialismo, se foi no mesmo interesse que se desenvolveu o neocolonialismo nos moldes conhecidos nos anos posteriores à concessão das primeiras independências africanas, evolução que não promoveria outro estágio que não fosse o sabido subdesenvolvimento, conclui-se que a atual evolução nas relações internacionais, a despeito das intenções democratizadoras e libertárias, dos empréstimos e das ajudas econômicas e financeiras, de toda a conhecida parafernália filantrópica que se conhece, absolutamente nada indica que não se esteja diante de novas concepções, de novos caminhos por onde se esgueiram as mais modernas mercadorias do mundo desenvolvido. Assim se expressam os novos tipos de dominação, mais sutis que aquele inaugurado pelos ingleses depois da Segunda Guerra Mundial, em que a submissão, a exploração, a superiorização do interesse de quem domina não identifica em termos imediatos qualquer sobreposição mas de *colaboração, ajuda, globalização da economia*, ou seja, criação de dependências outras.

No plano interno, a materialização do programa do MPLA permitiu o surgimento de uma nova divisão social ou de auto-seleção de grupos étnicos e lingüísticos, de estratos sociais privilegiados dotados de dinamismo próprio e de uma burocracia com ascendente político e econômico que propiciaria a substância dos aliados internos dos interesses externos, os facilitadores da penetração da influência política e econômica externa, os promotores das novas formas de

submissão e pressão interna. O fim abrupto e violento da colonização não impediria a emergência de novas contradições como o racismo e o tribalismo, incentivados quando da introdução irregular, desequilibrada e atemporal do capitalismo. O desenvolvimento de estratos sociais privilegiados alimentariam o surgimento de novas formas de exploração e de submissão, determinado modelo de complementaridade de interesses. Esses facilmente se aliariam a interesses externos mesmo quando tal implicou na perda de preponderância dos seus interesses. Com esse comportamento facilitaram a penetração e a crescente influência externa. Nesse ambiente a corrupção é apenas um detalhe, o velho estigma que marca África, uma fórmula nova para um velho conteúdo, o tipo de relacionamento de complementaridade, de conagração de interesses econômicos, sociais e políticos afins.

A participação da pequena burguesia angolana, como classe social, no Movimento de Libertação Nacional terá visado por princípio o fim do colonialismo. O seu interesse estava vinculado à possibilidade de promover ela mesma o desenvolvimento de um tipo de relação de produção que possibilitasse o seu crescimento sem alteração do modo de produção introduzido pela colonização. Acontece que a dinâmica criada pela Luta de Libertação impôs-lhe um confronto prematuro contra um proletariado incipiente, numericamente insignificante e sem consciência da sua condição. Ao tomar o poder em nome de operários e camponeses e ao conservá-lo em moldes que não refletiam o equilíbrio de forças no interior da sociedade o MPLA instituiria uma aliança sem existência objetiva. Resultava de uma incorporação desfocada do marxismo-leninismo cujas conseqüências só mais tarde se conheceriam. Por definição, a aliança operário-camponesa reflete um tipo de relação de produção que só se objetiva a partir de determinado tipo e nível de desenvolvimento das forças produtivas e não da vontade de quem quer que seja.

O conjunto dessas contradições seria a causa do afloramento, com especial sutileza, de um novo comportamento da pequena burguesia angolana. Pressionada, vagando entre a imposição da nova supremacia de operários e camponeses e as suas próprias necessidades, identificou-se com os interesses do imperialismo

internacional, única e exclusivamente em defesa da sua própria sobrevivência. Por isso estimulou e facilitou a penetração dessa influência, pela defesa de um sistema que lhe era favorável e porque a sua estatura, poder político e econômico não permitiam ainda que se impusesse só, autônoma. Mas conservou a indisposição contra a influência externa que lhe tolhe o crescimento. Ela é impelida a essa aliança mesmo quando se chocam os seus interesses com os das multinacionais que mais facilmente admitem a concorrência entre elas no mercado mundial do que se submetem a poderes instituídos por pequenas burguesias nacionais subdesenvolvidas. Mantêm-se portanto a segregação econômica e os impedimentos à sua ascensão política. Heis a causa da inviabilização do projeto de independência completa, política, econômica e cultural, de justiça social que substituiu relações de submissão por cooperação.

Em geral, dominação e opressão são fenômenos que se exercitam em diferentes formas e níveis da consciência social e individual. Não atuam de modo uniforme nem empregam permanentemente os mesmos agentes. Nem sempre promovem as mesmas classes e estratos sociais ou as mesmas organizações econômicas e políticas. Cada um, dominado e dominador, entende esses fenômenos de maneira diferente e contraditória. A atitude de cada ator envolvido depende da compreensão individual, da capacidade de empenho na dinâmica criada pelo seu exercício e de como vê o mundo e o futuro, de como sente a ação. A necessidade da transformação, a maneira como cada cidadão reage à possibilidade de ser livre define a posição e a orientação a seguir. A Luta de Libertação Nacional idealizada pelo MPLA seria influenciada não só pelos fatores que caracterizaram a colonização, a dependência e a dominação mas sobretudo pelas perspectivas, pelos objetivos, pela concepção do mundo e da vida que interiorizou. A reação à hegemonia estrangeira seria importante porque, pelo seu caráter e atividade, poderia transformar-se em reagente da história, dinamizadora de um processo social que teria permitido ultrapassar estágios de desenvolvimento caducos.

A consciência individual forma-se a partir da experiência vivida e das possibilidades individuais de analisar e conhecer o mundo. Concepções como a reação à hegemonia estrangeira nem sempre

convergem no sentido da transformação das relações entre os povos e no interior de cada Nação. Isso explica a existência de diferentes manifestações acerca de contra quem orientar essa reação, sobre a identificação do caráter do sujeito objeto da ação e sobre a definição dos objetivos da luta. Tal definição não depende apenas e imediatamente da vontade de liberdade mas do conhecimento que se tenha da realidade quotidiana e da concepção do mundo e da vida que se tenha adotado. Está relacionada com as idéias políticas e ideológicas que se adquirem ao longo da vida, fruto, geralmente, mas não unicamente, da origem social e das opções sociais de cada um.

O saldo da Luta de Libertação Nacional de Angola não é muito diferente do conhecido no resto de África. Já não é a dominação política formal que prevalece mas também já ninguém exhibe os antigos argumentos contra a dominação econômica. A hegemonia estrangeira persiste dando conteúdo e significado ao mais amplo conceito de Luta pela Libertação Nacional, ou seja, a Independência Completa. “Numa independência onde não houvesse apenas a aparência de independência política, mas também a econômica e a cultural, onde o respeito real pelos valores nacionais existissem de modo a permitir a abolição da exploração, eu acredito, o homem encontraria então a liberdade verdadeira”⁴⁹. Desse conceito derivaram as concepções que delinearão a idéia da “necessária cooperação entre os oprimidos da terra”, onde a libertação não seria apenas uma etapa para a “realização de uma forma mais vasta de libertação, que é a libertação do homem”⁵⁰.

Em muitas das suas especificidades o projeto do MPLA não foi concordante com o que em muitos setores influentes se pensava do processo independentista africano. Uma das divergências estabeleceu-se com conhecidos conceitos como *negritude* e *panafricanismo*, nascidos de algumas correntes filosóficas e literárias que fizeram época junto com o existencialismo e o surrealismo que deram celebridade a nomes como Franz Fanon, autor do livro *Les damnés de la Terre*, onde preconizara a revolta violenta dos

⁴⁹ Neto. António Agostinho, Conferência proferida no auditório da Universidade de Dar-Es-Salam. Tanzânia. 7 de Fevereiro de 1974.

⁵⁰ Idem

camponeses e justificara o excessivo radicalismo dos camponeses africanos, únicos segundo ele, capazes de alcançar a independência nacional. Teve seguidores em África e em setores do MPLA que viam nela a explicação para os levantamentos armados no Norte de Angola a 15 de Março de 1961. Opiniões contrárias como a de Agostinho Neto, por exemplo, acreditavam entretanto que tais teses falseavam o problema negro, que seria justo realçar a essência dos valores culturais africanos que esses povos haviam transportado para todos os continentes, com predominância para o americano, uma cultura que deveria ser defendida e desenvolvida sem que isso significasse estagnação. A própria Luta de Libertação Nacional seria em defesa dessa cultura. Os “laços culturais não evitam de modo algum a compartimentação política”. (...) “não posso deixar de exprimir (...) inteira identidade política com a luta dos povos negros da América, lá onde se encontrem e admirar a vitalidade dos descendentes dos africanos ainda hoje oprimidos e segregados na sociedade americana, especialmente nos Estados Unidos. Digo especialmente nos Estados Unidos porque não acredito muito na inteira liberdade dos negros e na igualdade nacional no Brasil de que tanto se fala e de que nos pretendem convencer. (...) A ascensão social do negro americano é notável, ao ponto de hoje o negro americano se distinguir em África, não só pelo seu comportamento mas também pelo seu nível intelectual e técnico. (...) Raras vezes as características físicas do negro americano permitem dúvidas sobre a sua origem. E assim é que o fenómeno da miscigenação produziu um outro tipo de homem. Aquele tipo que em Angola o homem vulgar chamaria branco ou mestiço, nos Estados Unidos é negro. (...) Não existe, portanto, uma identificação física e há fortes diferenças culturais como não poderia deixar de ser. Por isso, sem confundir origens com compartimentos políticos, a América é a América, a África é a África”⁵¹. Uma visão que chocaria frontalmente com o luso-tropicalismo de Gilberto Freire, objeto de “oportuna denuncia” por Mário de Andrade na Revista *Présence Africaine*, de Paris.

⁵¹ Neto. António Agostinho, Conferência proferida no auditório da Universidade de Dar-Es-Salam. Tanzânia. 7 de Fevereiro de 1974.

Comparado com Franz Fanon, Gilberto Freire é bem menos conhecido em Angola fora dos círculos culturais da língua portuguesa. Das obras conhecidas a mais difundida é *Casa Grande e Sanzala* onde preconiza para o futuro das colônias portuguesas sociedades mistas como o Brasil, para as quais se prevê grande futuro por permitir, através da mestiçagem, a solução do problema da luta entre as raças. O que Freire não explicaria, causa da pouca receptividade que a mensagem encontraria, é a disparidade entre o exíguo poder econômico da comunidade negra e mestiça em relação à comunidade branca. Bem pelo contrário.

É compreensível a existência de determinada solidariedade racial, principalmente quando a ação preconizada se dirige a opressores de outra raça que promoveram mecanismos raciais garantes da sua hegemonia. Essa foi a realidade enfrentada por África e pelos africanos espalhados pelo mundo inteiro. Talvez ainda a realidade dos nossos dias mas muito provavelmente não seja a do futuro. Então, poder-se-ão descobrir detalhes característicos de personalidades nacionais e regionais diferentes, realidades sociais não coincidentes mas que se considere legítimo preservar. Porque se só como negros se identificam na defesa de determinados valores, tem lógica a desconfiança de Agostinho Neto: "(...) não posso esconder a preocupação, por vezes mal fundamentada, para que alguns dos nossos irmãos do outro lado do Oceano Atlântico tenham uma messiânica preocupação de encontrar um Moisés para o regresso à África. Certamente, para muitos, essa teoria está ultrapassada". Ainda que se sublinhe que a luta de libertação em Angola tenha assumido caráter anti-colonial e anti-imperialista, deve-se destacar que em determinados aspetos ela evidenciou algum conteúdo racial até em rejeição à idéia da libertação negra. Afinal a discriminação se fez sentir e o processo de libertação devesse conduzir-se de tal modo que a população mais explorada, os negros, assumissem o controle político por serem os que mais longe poderiam ir no estabelecimento dos direitos apropriados para todos⁵².

⁵² Neto. Antônio Agostinho, Conferência proferida no auditório da Universidade de Dar-Es-Salam. Tanzânia. 7 de Fevereiro de 1974.

O MPLA discordou também dos antigos países socialistas no âmbito das relações internacionais e até nacionais. Parecia lógico aos nacionalistas angolanos que os países imperialistas lutassem por manter as velhas fontes de matérias-primas, mão de obra barata e principalmente o domínio dos mercados de consumo. O que não pareceu tão claro foi que na conjuntura que se inaugurava países socialistas como a URSS, que arvoravam a bandeira do internacionalismo proletário e fossem a sua principal fonte logística, exibissem sinais de intransigência na discussão por conciliar concepções ideológicas congruentes e melindrassem determinada relação de solidariedade. Noutras ocasiões o MPLA denunciou mesmo a presença econômica e comercial de alguns desses países em relações cada vez mais constantes com países abrangidos no seu conceito de inimigo, como Portugal e alguns africanos. Mas o mais grave de todos os episódios que poderiam ilustrar esse panorama registrar-se-ia na República independente. Por alegada insuficiente fidelidade ao marxismo-leninismo o Governo instituído pelo MPLA e principalmente a figura do Presidente Agostinho Neto seriam objeto de uma fracassada tentativa de golpe de Estado em que o principal agente externo seria exatamente a antiga URSS⁵³. Segundo Iko Carreira, esse “golpe tinha como objetivo maior a mudança de regime em Angola. Para os golpistas, Neto era demasiado frouxo, de um marxismo insipiente, alguém que nem conhecia ou pelo menos não citava os textos teóricos do marxismo, demasiado ligado aos companheiros da guerrilha, embora alguns fossem mestiços e por isso não darem garantias de uma República Negra, que também devia combater os indivíduos de raça branca”.

Em quê poderia diferir essa postura da URSS da dos Estados Unidos da América? Os “Estados Unidos não podem tolerar um jogo pela supremacia soviética em África. Se o MPLA está disposto a trabalhar para uma solução política e a fazer um compromisso com os seus rivais, os Estados Unidos estão dispostos a apoiar um acordo de paz.

⁵³ Além dos documentos oficiais sobre o episódio destaca-se, como testemunho de quem teve parte ativa na ocorrência, o livro do General Henrique Teles Carreira (Iko) em que, pela primeira vez, é narrada a circunstância em que ocorre a tentativa de Golpe de Estado de 27 Maio de 1977, a sua própria atuação como Ministro da Defesa e de outros atores e as motivações. Henrique Teles Carreira (Iko). O Pensamento Estratégico de Agostinho Neto. Publicações Dom Quixote. Lisboa. 1996.

O MPLA faria bem em atender o nosso conselho de que nenhum Governo pode planejar a Reconstrução na Angola do após-guerra sem o auxílio dos Estados Unidos e do Ocidente. Nenhum Governo pode obter os recursos técnicos e financeiros para estimular o desenvolvimento econômico sem a aprovação norte-americana. De fato, os Estados Unidos assumiriam uma posição totalmente em conformidade e de apoio para com um Governo de Coligação não dependente da União Soviética. O Governo dos Estados Unidos está preparado para se debruçar mais atentamente sobre o fornecimento de aviões da Boeing a Angola e dispostos a levar a cabo outras discussões dependendo da evolução dos acontecimentos em Angola. Tal como o MPLA está consciente, o acesso à tecnologia sofisticada é um privilégio. O atual caso da Boeing é apenas um, mas um bom exemplo das vantagens do acesso à tecnologia americana”⁵⁴.

É esse o preço da dependência, rentável o suficiente para que se tente camufla-la pêlos meios e argumentos que se conhecem, da ajuda que alimenta a guerra ou financia e subsidia as diferentes tentativas de Reconstrução Nacional e os projetos de consolidação da Independência Política. De resto, da análise do projeto do MPLA, já chama a atenção o conhecimento que os ideólogos revelaram do uso do conceito de modo de produção, da sua transformação e dos meios requeridos para a empreitada.

Apesar de imprescindíveis as alianças estiveram, por isso, marcadas pelo signo da desconfiança e da cautela que cimentaria a idéia da necessária independência. A rendição à lógica do capital e da mercadoria ameaçaria as bases de sustentação do Movimento de Libertação no plano internacional e criariam a sensação de que os pressupostos políticos e ideológicos deixavam de influir no seguimento da luta. “Nós entendemos (...) que estamos inseridos num processo universal de desenvolvimento, cujo conteúdo desde a época da exploração colonialista, consiste em retirar o máximo

⁵⁴ Essa mensagem foi elaborada pelo Departamento de Estado do Governo dos Estados Unidos da América durante a gestão de Henry Kissinger e endereçada ao Governo liderado por Agostinho Neto em nome do Presidente da Boeing. Foi resposta à pretensão de compra de aeronaves da Boeing. Vem transcrita em “A Cia contra Angola”. John Stockwell, ex-chefe da Força de Intervenção da Cia em Angola. ULMEIRO para a União dos Escritores Angolanos. Setembro de 1979.

benefício em situações de dominação e de opressão de alguns sobre outros. E não direi nenhuma novidade ao afirmar que a opressão colonialista rendeu benefícios àqueles que tinham maiores meios técnicos e de dominação. Nós, aqui em Angola, fomos escravizados como muitos outros países africanos. E os escravos participaram da construção de muitos Estados de continentes afastados, especialmente na América. Houve uma certa época em que, pelo menos, podíamos distinguir duas classes opostas: os senhores e os escravos. Para esses não havia economia. Os escravos eram, pura e simplesmente, instrumentos de trabalho. (...) Se tivermos o cuidado de analisar verificaremos que não era cada francês, cada inglês ou cada português, ou holandês ou italiano... Eram aqueles que, no seu país, possuíam os meios de produção. Possuíam as fábricas, dominavam os meios de produção, possuíam a indústria, dominavam a produção agrícola, possuíam os barcos, os veículos, enfim todos os instrumentos de produção. Hoje possuem também as finanças, os bancos e a técnica. Eram os capitalistas. Esses eram os patrões. Verificamos que esses indivíduos, não podendo, a partir de certa altura, reproduzir a riqueza nos seus respectivos países, passaram a exportar os seus capitais, os seus técnicos para, sob uma forma ou outra, continuar a dominar e explorar os povos. (...) Esta tem sido a essência da contradição em que se debate hoje o nosso mundo. O principal não está, nunca esteve, na cor da pele, ou na natureza social do indivíduo. O principal está na oposição entre exploradores e dominadores e explorados e dominados. A contradição está entre os que possuem os meios de produção e aqueles que produzem os bens materiais”⁵⁵.

O essencial da Luta de Libertação Nacional é que ela foi uma causa que raramente desmereceu apoio, com maior ou menor apego a princípios. Para a maioria dos africanos a independência política foi uma conquista do nosso tempo embora não fosse o caso da Luta pela Independência Completa como a preconizada pelo MPLA. “A República Popular de Angola é um Estado soberano, independente e democrático, cujo primeiro objetivo é a total libertação do Povo

⁵⁵ Neto, Antônio Agostinho. Discurso pronunciado na sessão de abertura da 29.ª sessão do Comité de Libertação da OUA. Luanda. 14-18 de Junho de 1977.

Angolano dos vestígios do colonialismo e da dominação e agressão do imperialismo e a construção dum país próspero e democrático, completamente livre de qualquer forma de exploração do homem pelo homem, materializando as aspirações das massas populares”⁵⁶. “Toda a soberania reside no Povo Angolano. Ao MPLA, seu legítimo representante, constituído por uma larga frente em que se integram todas as forças patrióticas empenhadas na luta anti-imperialista, cabe a direção política, econômica e social da Nação”⁵⁷.

Os interesses econômicos, políticos e estratégicos, contra os quais poucos se mostram hoje interessados em questionar, são enormes e múltiplos, todos mostrados válidos, justificáveis e defensáveis. Menos os dos africanos. Várias correntes políticas e ideológicas estão em jogo, por vezes antagônicas, com incidência direta sobre a independência do Movimento de Libertação Nacional ou a preservação da sua personalidade que deveria refletir a imagem social do país. A magnitude da dificuldade de preservação de determinada identidade e de objetivos pode ser medida pelo nível de afetação a que está sujeito tal ou qual projeto, influído por contradições internas e diferentes concepções ideológicas, nem sempre derivadas da definição do inimigo e dos objetivos propostos.

Em Angola, um país subdesenvolvido, tomado por profunda miséria, explorado, gravitando na órbita do imperialismo, de quem depende em mais de 90% da sua economia, com um setores de ponta com muito do que faz o orgulho da humanidade em termos de desenvolvimento científico e técnico, pólo de desenvolvimento que alimenta as exportações e a permanente necessidade de importações, convivem regiões retardatárias, de exclusão, de miséria, fome e insalubridade. A conjugação do subdesenvolvimento e da dependência econômica exemplificam a profundidade das distorções econômicas e sociais que sufocam o país, da injustiça e dos desajustes nas relações sociais.

⁵⁶ Lei Constitucional da República Popular de Angola. Título I. Princípios Fundamentais. Artigo 1.º Edição INA. 1975.

⁵⁷ Idem. Artigo 2.º

Derrotado o colonialismo e reconhecido o direito à independência, as autoridades da nova República definiram o sistema que se propunham combater e o que queriam edificar: “promoverá a instauração de relações sociais justas em todos os setores da produção, impulsionando e desenvolvendo o setor público e fomentando as formas cooperativas. À República Popular de Angola caberá muito especialmente resolver o problema das terras, no interesse das massas camponesas”⁵⁸, (...)“considera a agricultura como a base e a indústria como fator decisivo do seu desenvolvimento. O Estado orienta e planifica a economia nacional visando o desenvolvimento sistemático e harmonioso de todos os recursos naturais e humanos do país e a utilização da riqueza em benefício do Povo Angolano”⁵⁹. “A República Popular de Angola reconhece, protege e garante as atividades e a propriedade privada, mesmo de estrangeiros, desde que úteis à economia do país e aos interesses do Povo Angolano”⁶⁰.

O novo problema resumia-se então à definição da metodologia e dos mecanismos econômicos e administrativos capazes de reverter as distorções entre as diferentes regiões do país e a edificação do Estado de justiça social. Em meio a enorme pressão interna e internacional, sobretudo militar, o MPLA assumiria o poder proclamando servir o homem angolano numa economia auto-centrada, nacionalista e anti-imperialista. Sob sua orientação política e ideológica, a República deveria caminhar progressivamente para uma Democracia Popular tendo como núcleo de poder uma aliança operária e camponesa e todas as camadas patrióticas, unidas contra o imperialismo, pela edificação de uma sociedade sem explorados nem exploradores. A preocupação central manter-se-ia no sentido da libertação do país de toda a opressão estrangeira, da construção de uma Nação unida onde não sobressaíssem fissuras que permitissem a penetração do imperialismo. Definir-se-ia como orientação política um ambíguo “progressivismo” que visaria a participação do povo no processo em

⁵⁸ Lei Constitucional da República Popular de Angola. Título I. Princípios Fundamentais. Artigo 9.º. Edição INA. 1975.

⁵⁹ Lei Constitucional da República Popular de Angola. Título I. Princípios Fundamentais. Artigo 8.º. Edição INA. 1975.

⁶⁰ Idem.

curso capaz de impedir a sua transformação em objeto benefício de “uma elite de políticos e diplomatas”. Ensaçou-se mesmo a instituição de um sistema administrativo composto por uma Assembléia do Povo, Comissões Provinciais e Corpos Populares Administrativos ao nível de Conselhos, Comunas, Bairros e Povoações, que deveriam estabelecer bases para uma democracia que negasse a discriminação racial, religiosa, ideológica e política dos cidadãos e fundamentalmente a existências de classes sociais.

Houve, porém, consciência da necessidade da representação política ou delegação de poderes motivada pelo reconhecimento implícito da incapacidade governativa manifestada pelas classes sociais supostamente detentoras do poder. Representatividade que conferiria à pequena burguesia nacional e aos estratos burocráticos nascidos do colonialismo determinado estatuto, privilégio e ascensão social, não sintonizados com a idéia de mandato temporário enquanto o *povo* não pudesse *determinar por si próprio* o seu destino. Concomitantemente, no plano externo, acirrava-se a confrontação com os países desenvolvidos que haviam projetado uma África dócil, permissível à exploração contínua da riqueza do continente.

O MPLA previra outro futuro para Angola, por isso anunciara como objetivo a Independência e a Revolução Social que conduziriam à construção do socialismo científico, marxista-leninista, sem renúncia ao direito conquistado de escolher livremente o próprio caminho e as referências estabelecidas, que ultrapassavam as fronteiras do país estendendo-se à “solidariedade operário-camponesa” por todos os povos do mundo. “A República Popular de Angola apoia e é solidária com a luta dos povos pela sua libertação nacional e estabelecerá relações de amizade e cooperação com todas as forças democráticas e progressistas do mundo”. “A República Popular de Angola respeita e aplica os princípios da Carta da Organização das Nações Unidas e da Carta da Organização de Unidade Africana e estabelecerá relações de amizade e cooperação com todos os Estados, na base dos princípios do respeito mútuo pela soberania e

integridade territorial, igualdade, não ingerência nos assuntos internos de cada país e reciprocidade de benefícios”.⁶¹

Um modo de produção, não sendo uma concepção política ou ideológica componente de qualquer programa político, é essencialmente resultado da unidade de dois aspetos que mutuamente se condicionam: o nível de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção por elas condicionada, que identificam o grau de capacidade de reprodução dos meios de produção e dos artigos de consumo necessários à vida dos cidadãos e da sociedade. Deriva dessa mútua condicionante a medida do limite dos conhecimentos, da cultura, da ciência, da educação, da tecnologia, etc. Por isso não poderia ter sido pela definição ideológica, qualquer que ela fosse e independentemente das circunstâncias a que a ela se chegou, sua compreensão, estudo e propagação, que se garantiria a Angola qualquer mudança no modo de produção herdado do colonialismo. Só seria possível ultrapassá-lo por um processo objetivo de ascensão intrínseco da sociedade partindo-se das condições de produção capitalistas herdadas do colonialismo, do tipo de vida social, política e cultural que se encontrava estabelecida, para o tal regime idealizado. A consequência mais visível e imediata daquela percepção foi o estímulo à procura de empregos nas diferentes instituições burocráticas do Estado, longe dos circuitos de produção. É essa a forma de valorização da mão de obra e do conhecimento, de ascensão social e de aquisição de prestígio que os angolanos conhecem e praticaram ao longo do colonialismo. O desvio da força de trabalho da esfera da produção para a atividade meramente burocrática seria também estimulada pelos múltiplos canais abertos pelo anormal e corrompido acesso aos bens de consumo concentrados nas cidades onde se entrelaçaram os mecanismos de importação.

Outro detalhe normalmente desprezado é que a projetada aliança operário-camponesa não tinha qualquer base social real na altura da proclamação da Independência de Angola. A classe operária era de

⁶¹ Lei Constitucional da República Popular de Angola. Título I. Princípios Fundamentais. Artigo 15.º Edição INA. 1975.

primeira geração, insipiente, numericamente insignificante e sem qualquer consciência *de si*. Os laços familiares, a ligação individual à terra e ao ambiente social em que havia nascido mais de 90% da população eram muito mais fortes do que qualquer apego ideológico. Sem considerar o flagelo da guerra e as suas conseqüências sobre a mobilidade populacional. A atividade agrícola nos moldes ancestrais ou nos introduzidos pela colonização, que estimularam a economia de subsistência e a de exportação, continham em si, na sua compreensão e de fato, um maior conteúdo de apelo do que o projeto socialista, coletivista e emocionalmente desestabilizador. Talvez por isso nunca se materializasse.

A cooperativa, a empresa estatal ou a propriedade coletiva revelaram-se tão agressivas e culturalmente estranhas como tinha sido a introdução do colonialismo e do capitalismo, pela anulação da individualidade cultural e emocional do angolano. A introdução do socialismo violentou inclusive a forma de compreensão do problema colonial, precisamente o fator que causara a aglutinação para a Luta Armada de Libertação Nacional ao sobrepor o conceito de emprego ao de trabalho. Até a idéia da empresa estatal, da propriedade agrícola de grandes dimensões, exigindo meios técnicos e tecnológicos além das capacidades econômicas e financeiras disponíveis, apenas serviu para perpetuar a dependência externa e os canais pelos quais se exerceu a pressão política e ideológica.

São de Agostinho Neto as seguintes palavras: “Hoje estamos a passar pelo estágio de um movimento em prol da libertação nacional, um movimento em que são aceites todas as tendências e pessoas que desejem tomar parte na luta contra o colonialismo português. Estamos todos unidos na vontade comum de lutar contra o colonialismo português, mas, ao mesmo tempo que há uma estrutura de organização, não há uma posição ideológica”. Isso dito em 1971. O que terá causado essa posição ideológica, tão repentinamente coletivista, defeituosamente incorporada, apenas quatro anos depois? Que tipo de evolução se imaginou ter ocorrido à sociedade angolana?

Vetada a iniciativa individual, que na sua interação teria dado corpo a iniciativa nacional, cresceu sem controle uma burocracia

predominantemente estatal, incrustada em todos os níveis da vida econômica e política da Nação. Acumulou algum capital inconfesso pelo acesso corrupto aos bens produtivos e de consumo importados pelo Estado e postos a sua guarda e, fundamentalmente, pela proliferação de mecanismos fraudulentos nos circuitos de importação e exportação. Nessas condições, sempre se coloca a pergunta: produzir para quê? Estudar, educar, promover o desenvolvimento e as iniciativas para quê se haverá sempre uma comissão de 10% sempre que um navio atravessa o Oceano Atlântico? A vontade, de transitar da propriedade privada, que implica a existência do assalariado, para o exercício de um Estado produtor de assalariados, dono de propriedades em nome desses assalariados não exigia grande evolução dos serviços que haviam sido utilizados pelos colonos no controlo da economia e da sociedade ou a sua adaptação às exigências das novas intenções. Bastava com tomar o poder pela força militar.

Hoje sabe-se por experiência que a mentalidade dos funcionários, daqueles que auxiliaram os organismos governamentais a orientar a atividade do Estado teria de ser radicalmente diferente quando se pensou na organização do poder popular e na reestruturação e dinamização da Nação.

Liquidado o colonialismo, a propalada luta anti-imperialista recolher-se-ia à resistência no âmbito da luta de classes onde os interesses de operários e camponeses se opunham aos do imperialismo internacional. O inimigo, declarado e anunciado era o imperialismo encabeçado pelos Estados Unidos da América, que armou e municiou uma contra-revolução interna e externa. Foi nessa função que os exércitos regulares das Repúblicas do Zaire e da África do Sul, na vanguarda da FNLA e da UNITA, os Movimentos rivais do MPLA, invadiram o território angolano argumentando um pretense de evitar a implantação de um regime comunista em África. Por essa altura o Governo dos Estados Unidos da América já defendia para Angola um regime de coabitação materializado num Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, recusado pelo MPLA alegadamente por “uma impossibilidade histórica, do mesmo modo que constitui uma impossibilidade histórica o enquadramento de

Angola num conjunto a que os colonialistas portugueses chamam 'comunidade lusitana'⁶².

A luta de classes seguiu o seu curso normal de desenvolvimento. Segundo a lei, as classes sociais, os povos de todas as regiões, de todas as raças, de todos os credos e religiões teriam o dever de defender a pátria da agressão imperialista: "Todos os cidadãos são iguais perante a lei e gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, sem distinção da sua cor, raça, etnia, sexo, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, condição econômica ou social. A lei punirá severamente todos os atos que visem prejudicar a harmonia social ou criar discriminações e privilégios com base nesses fatores"⁶³. A lei denunciava outro sintoma. A luta de classes estimulava o estigma racial, a origem étnica, lingüística e geográfica ao mesmo tempo que se nutria neles. A orientação política e ideológica do MPLA estava diante de outras fontes de orientação em completa discordância.

Numa sociedade em que se debatem problemas sociais típicos como essas contradições tribais e raciais é compreensível que se acirrem também os antagonismos classistas como uma espécie de necessidade de afirmação das classes sociais. A Independência Política não livrara o país da dependência. Mais de 90% do PIB da República deriva da exploração de petróleo bruto pelas maiores multinacionais do mundo, qualquer delas com maior poder econômico e influência política externa que o Governo, o que determina, direta ou indiretamente, o ritmo da economia em função dos seus interesses. Um contra-senso para o ideário de Libertação Completa da Nação.

⁶²Neto, António Agostinho. Mensagem de Ano Novo. 1976. No entanto, desde 1997, depois de anos de uma guerra civil interminável, funciona em Angola um Governo de Unidade e Reconciliação Nacional que reúne os partidos políticos angolanos com acento parlamentar, vigiado por uma tróika formada por Portugal, Estados Unidos e Rússia sob a bandeira das Nações Unidas. Funciona também a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a CPLP, que reúne Brasil, Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe e Portugal com sede em Lisboa e comparada à Comunidade dos Países anglófonos e francófonos.

⁶³Lei Constitucional da República Popular de Angola. Título II. Deveres e Direitos Fundamentais. Artigo 17.º Edição INA. 1975.

Os angolanos entretanto mantiveram-se longe do benefício das grandes riquezas agrícolas e minerais, que “o nosso povo possui” e hoje já faz parte do passado a denúncia: “o nosso povo não tem senão o trabalho, a exploração e a miséria”. Hoje não têm nem trabalho.

O desenrolar da luta de classes e a crescente potenciação da pequena burguesia fizeram ressurgir o velho projeto de promoção, ainda que tardiamente e às pressas, de uma burguesia angolana capaz de ocupar o espaço cedido pela colonização. No controle do poder político seria de grande utilidade para a realização dos interesses externos enquanto realizava os próprios, além de eliminar de vez o *perigo* de um regime comunista em África. O esboroar do projetado Estado de Democracia Popular, a revisão de estruturas da administração do Estado e do próprio MPLA, a negligência, a resistência generalizada, a discordância que conduzia à desobediência eram pequenas realizações que levariam a consecução do objetivo. Em breve proclamar-se-ia a República de Angola alucinadamente capitalista. Mas a defesa do marxismo-leninismo como ideologia para as classes operária e camponesa, a sua imposição como orientadora da Nação, sujeitando todos aos interesses dos trabalhadores, levaria ainda a luta de classes a momentos de grande tensão nacional. Tomaram-se medidas excepcionais de defesa da soberania e da integridade territorial, condicionou-se toda a vida nacional à defesa interna e externa do Estado e das instituições encarregues de *encaminhar* o país *no sentido* do socialismo, superlativaram-se as questões políticas e ideológicas, enfim, “cada cidadão deve sentir-se necessariamente um soldado”.

Como ampla frente democrática e popular, anticolonialista e anti-imperialista, o MPLA destacou-se como aglutinador, consensual, forte e amplo o suficiente para dar significado a uma parte do nacionalismo angolano na conquista da Independência Nacional. Como partido político marxista-leninista, seletivo e excludente, transformou-se em pouco tempo na referência decisiva entre os muitos fatores que minaram a base social constituída para derrotar o colonialismo. Já não foi a Nação, como um só homem, que defendeu o projeto de Estado Democrático e Popular das investidas políticas, militares e ideológicas fundamentalmente de origem externa mas

aquela intelectualidade maioritariamente educada na Europa, influenciada pelos movimentos de esquerda europeia, que havia sido aceite pela pequena burguesia no protagonismo da luta anti-colonial a que agora se apresentava como representante de uma classe operária *para si* que não existia. Decidiu que o projeto de Estado Democrático e Popular se metamorfoseava de objetivo a atingir a fase de transição para o socialismo em que adquiria importância suprema a transformação do MPLA em MPLA-Partido do Trabalho, a vanguarda Nação apta a dirigir a sociedade em nome dos operários e dos camponesa com base no “centralismo democrático, direção democrática e democracia operária e camponesa”, entendidos assim a submissão da minoria às decisões da maioria, dos organismo inferior aos organismos superiores, à direção dominada por essa intelectualidade. Tornava-se obrigatória a concordância e a submissão e objeto de desconfiança qualquer iniciativa mais ousada fora dos padrões estabelecidos.

Pode ser atribuído a esse modelo de direção a conseqüente agudização da luta de classes e a responsabilidade pela inibição de qualquer tipo de iniciativa. Caucionado por ele instalou-se na prática um tipo de dirigismo que resultou numa espécie de atestado de menor idade e incompetência às instituições e às pessoas que não pertenciam ao núcleo diretivo do partido, com a agravante de a direção ser formada com base no mérito conquistado durante a Luta Armada de Libertação Nacional onde se destacavam os antigos camponeses revoltados e os operários desiludidos com a colonização, sem qualquer formação além da experiência de vida, incapazes de qualquer gestão corrente dos assuntos do Estado e dos seus próprios interesses. É esse partido operário-camponês que se opôs aos interesses da pequena burguesia.

“O MPLA-Partido do Trabalho é o Partido de Vanguarda da Classe Operária que une numa aliança sólida os operários, os camponeses, os intelectuais revolucionários e outros trabalhadores dedicados à causa revolucionária do proletariado visando materializar o objetivo estratégico que é a construção da sociedade socialista, passando pela etapa transitória da Democracia Popular em que se consolidará a independência da República Popular de Angola e se edificarão as

bases político-ideológicas, técnico-materiais e sociais do Socialismo Científico”⁶⁴.

O novo conteúdo da Democracia Popular “(...) representou um passo determinante para a purificação da linha político-ideológica da organização e para um estreitamento ainda maior com as massas (...) detectar e corrigir os erros” e tornar o MPLA “mais forte e mais capaz de enfrentar o inimigo, dando assim um novo impulso à Luta de Libertação Nacional. (...)Perante (...)o conseqüente avanço do processo revolucionário, o imperialismo desencadeou uma violenta ação de apoio às forças contra-revolucionárias conjugadas com a utilização de agentes que no seio do MPLA tinham a missão de o esvaziar do seu conteúdo popular e revolucionário, tornando-o assim incapaz de assumir o seu papel histórico de vanguarda de luta das massas populares em Angola”⁶⁵.

Agostinho Neto, que “sob o olhar silencioso de Lenine” havia fundado o novo Partido, explicaria que “esta é uma transformação qualitativa da nossa luta depois de realizarmos os objetivos do nosso povo pela sua independência nacional, para a conquista do seu direito à autodeterminação, à soberania. Agora, o povo angolano preocupa-se em realizar os objetivos sociais, políticos desse mesmo povo angolano que, tão duramente durante séculos, lutou contra o escravismo, lutou contra a opressão, contra qualquer espécie de discriminação estrangeira no nosso país e, luta agora pela realização do objetivo máximo desta luta que é o apagamento no nosso território da exploração do homem pelo homem”⁶⁶. “Toda a soberania reside no Povo Angolano. O MPLA-Partido do Trabalho constitui a vanguarda organizada da classe operária e cabe-lhe, como Partido marxista-leninista, a direção política, econômica e social do Estado nos esforços para a construção da Sociedade Socialista”⁶⁷. “Às massas populares é garantida uma ampla e efetiva participação no exercício

⁶⁴ Programa do MPLA-Partido do Trabalho.

⁶⁵ Programa do MPLA-Partido do Trabalho.

⁶⁶ Neto. Antônio Agostinho. Discurso de encerramento do 1.º Congresso do MPLA, constitutivo do MPLA-Partido do Trabalho.

⁶⁷ Lei Constitucional da República Popular de Angola. Título I. Princípios Fundamentais. Artigo 2.º. Edição IN-UEE. 1981.

do poder político, através da consolidação, alargamento e desenvolvimento das formas organizativas do poder popular”⁶⁸.

O novo partido estava, constitucionalmente, alçado ao papel de pedra fundamental do conjunto político, econômico e social do país. Nessa base, nova prioridade seria dada à reorganização das estruturas partidárias para que a harmonia fosse visível e inquestionável no desenvolvimento de cada setor, para a adoção das regras *democráticas* para a Nação, de modo a arrastar consigo toda a atividade nacional e determinar o ritmo de vida.

Legitimado constitucionalmente e pelo exercício do poder político o MPLA-Partido do Trabalho distanciara-se do conteúdo nacional que lhe permitira a independência. Para controlar a luta de classes impunha um centralismo democrático castrante que tinha o mérito de *organizar* para que as bases se pronunciassem exclusivamente no partido e sobre a vida do partido e da Nação. Nenhum momento da vida nacional poderia acontecer “sem a orientação do Partido”, ou se viveria “anarquicamente, desmembrados, desarticulados e muitas vezes praticando ainda, impunemente atos visíveis ou invisíveis de exploração dos trabalhadores. Há que transformar cada trabalhador em militante ativo da nossa revolução”⁶⁹. E por militante, nessas circunstâncias, entendiam-se os *bons* trabalhadores, os exemplares nos seus locais de trabalho, os cidadãos com bom comportamento social e integrados nos diferentes níveis e instâncias do partido e não aqueles, voluntários, de boas intenções, honestos trabalhadores, mesmo que de acordo com a orientação do Partido. “(...)se não aprofunda o seu conhecimento na prática diária, na análise constante dos fenômenos sociais, através da observação do mundo, não é o militante que nós desejamos. (...) O militante é o que age dentro do Partido, é o cidadão organizado e disciplinado. É aqui que o Partido tem uma das suas maiores responsabilidades. É na formação do homem novo, do homem voltado para o futuro”⁷⁰. Portanto, a ascensão da classe operária e camponesa à direção da sociedade

⁶⁸ Idem. Artigo 3.º.

⁶⁹ Neto. Antônio Agostinho. Discurso pronunciado em 1 de Maio de 1978.

⁷⁰ Idem.

exigiria dos militantes a compreensão do seu papel dirigente, numa ilimitada visão das necessidades e das possibilidades do todo.

Parece que se pensou que bastava um bom esclarecimento ideológico para que o marxismo-leninismo conferisse a benção da capacidade de resistência à tentação da satisfação individual e imediata das necessidades para que cada militante se lançasse em perspectiva no melhoramento global da vida de todo o povo, que agindo sob inspiração ideológica seria possível combater o parasitismo econômico, o individualismo capitalista ou o entrincheiramento de classes sociais em oposição à ascensão dos trabalhadores, que a educação ideológica seria a tarefa primeira e não a iniciativa de cada um pela compreensão dos interesses e das necessidade sentidas pela Nação. Advogou-se que cada núcleo de trabalhadores, de intelectuais, de jovens e mulheres ligados ao Partido devessem ser educado de modo a conhecer suficientemente a teoria do proletariado.

A idéia de uma Revolução Operária nas circunstâncias em que Angola ascendeu à independência esbarrou sempre na existência fictícia da *classe operária para si*, no aparentemente pouco esclarecido sentido dado por Lenine à classe *em si* e *para si*. Insipiente e pouco importante enquanto classe *em si*, absolutamente inexistente enquanto classe *para si*, a ponto dos sindicatos serem obra registrada e controlada pelo Partido, a classe operária angolana nunca mostrou capacidade revolucionária que ultrapassasse o sentido anti-colonial ou anti-imperialista imediatamente visível como a reação à hostilidade dos Estados Unidos da América, a indignação contra os mercenários brancos vindos da África do Sul do tempo do apartheid ou da República do Zaire de Mobutu Sesse Sekou.

Não pode ser factível a atribuição, a uma classe que mal é *em si*, de consciência e capacidade de protagonismo no direcionamento de uma Revolução. Atentemos ao argumento de Agostinho Neto: "Lenine disse que sendo a Classe Operária a verdadeiramente revolucionária deve, até ao fim da sociedade moderna, ser a dirigente, exercer a hegemonia na luta de todo o povo, pela transformação democrática, na luta de todos os trabalhadores e

explorados, contra os opressores e exploradores. O proletariado só é revolucionário na medida em que compreende essa idéia de hegemonia. O proletariado que compreende essa tarefa é um escravo que se ergue contra a escravidão. O proletariado que não tem consciência da idéia de hegemonia da sua classe ou que a renega é um escravo que não compreende a situação em que se encontra. Na melhor das hipóteses é um escavo que luta para melhorar a sua situação como tal mas não para derrubar a escravidão. (...) Durante a nossa história, nós sabemos perfeitamente, que não bastou ser angolano para ser revolucionário. Alguns escravos eram mais amigos do seu dono do que dos outros escravos. E não raras vezes nós vimos combates entre escravos, uns a defender os donos e outros a defender a sua classe. (...) Durante a luta de libertação nós vimos alguns angolanos que eram mais fiéis aos seus patrões portugueses do que ao Povo Angolano, não tinham consciência daquilo que estavam a fazer. Não tinham consciência da independência. (...) Da mesma maneira a Classe Operária, que é a classe revolucionária, ainda tem no seu seio elementos que não compreendem o significado da responsabilidade que toda a sociedade impõe, ou deposita sobre os seus ombros. Quer dizer que ainda temos camaradas operários que não compreendem o papel dirigente da Classe Operária. E, portanto, é necessário que se faça compreender à grande maioria pelo menos dos operários a necessidade de dirigir as outras classes”⁷¹.

Regressemos à definição de Lenine: “As classes são grandes grupos de homens que se diferenciam entre si pelo lugar que ocupam no sistema de produção social, historicamente determinado, pelas relações que se estabelecem em relação aos meios de produção (relações que em grande parte são estabelecidas e formalizadas em lei) pelo papel que desempenham na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo e proporção em que percebem a parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos humanos, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro por ocupar postos diferentes num regime determinado de economia social”.⁷² Lenine vincula a existência das classes apenas a

⁷¹ Neto. Antônio Agostinho. Discurso pronunciado em 1 de Maio de 1978.

⁷² Lenine, V.I. Obras Escogidas en dos tomos. Ed. en Lenguas Extranjeras, Moscú, 1948, T. II, pág. 612 y 613. Tradução livre.

determinado nível de desenvolvimento da produção e condiciona a sua origem ao desenvolvimento da divisão social do trabalho e ao surgimento da propriedade privada sobre os meios de produção. Em cada sociedade classista, convivendo com as fundamentais, escravistas e escravos, senhores e servos, capitalistas e proletários, coexistem outras, secundárias, que não definem o modo de produção vigente, ligadas ou à conservação ou à destruição desse modo de produção.

Incorporada como foi essa análise para o panorama angolano significaria que os camponeses, a maioria absoluta do povo angolano, peça fundamental, a principal base social da luta anti-colonial e anti-imperialista, pela sua propensão a conservar para si, como propriedade individual, os instrumentos e os meios de produção, estariam condenados a aliados naturais do modo de produção capitalista implantado pela colonização. Por outro lado, Lenine vinculou a burguesia à revolução que destruiu o feudalismo e fundou o capitalismo e o proletariado à revolução que fundaria o socialismo. Em Angola, uma burguesia estrangeira, submetida economicamente no seu próprio território, impôs por transplante e não por evolução natural - para seu benefício também, mas principalmente para honrar compromissos outros - o modo de produção capitalista. Nesse quadro, o elemento idealizador, pensante, capaz de aglutinar e canalizar o potencial de revolta foi a intelectualidade revolucionária caucionada precisamente por uma pequena burguesia derivada desse processo, que se achou excluída pela colonização e pelo seu sistema produtivo. Foram esses, e talvez os únicos, que primeiro tomaram conhecimento e compreenderam o sistema em que viviam, idealizaram a formula de acordo com os métodos mais modernos de luta e induziram todo o potencial de revolta reprimido pela sociedade colonial e controlaram a sua ação. Pode-se argumentar que nem sempre a pequena burguesia angolana tenha marcado presença física no desenvolvimento da luta armada mas nada lhe tira mérito na ação intelectual do processo anti-colonial e anti-imperialista de Angola.

Diferentemente do panorama que analisou Lenine, em Angola o modo de produção confundiu-se entre a formula colonial de

exploração e o modo de produção capitalista, donde todas as classes sociais angolanas eram principais para a definição do sistema colonial e o empregado, mais do que o proletário, para a definição do modo de produção capitalista. A intenção da luta anti-colonial visou apenas o fim do colonialismo, da exploração colonial e não o fim da divisão da sociedade em classes. A idéia da revolução socialista nos marcos leninistas, a cessação da hegemonia das classes exploradoras, já não apenas dos colonialistas, da sua propriedade privada sobre os meios de produção, substituindo-a por uma propriedade social, deixou o processo de libertação sem cérebro e sem liderança, ao tornar proscrita por decreto uma pequena burguesia, sem que um proletariado *para si* lhe tomasse o posto.

A hegemonia do proletariado reclamada por Agostinho Neto significaria a direção da classe operária por ela, em nome dela e para ela. Hegemonia enquanto trabalhadores em comunhão com todos os demais trabalhadores explorados no regime anterior e decididos a transformar a sociedade. Caberia a ela própria interpretar os seus interesses, conceber e projetar ela mesma e canalizar o potencial de revolta coincidente no resto da sociedade. Ser o sujeito da história e não o seu objeto. O que permitiria a metamorfose da classe operária angolana *em si* em *para si* seria a existência de uma grande indústria, precisamente o que o colonialismo português não promoveu. Reunidos na fábrica eles teriam tomado consciência da sua existência como classe e dos seus interesses. Aprenderiam a organizar-se e a lutar por si próprios. Aprenderiam que as outras classes e estratos sociais eram igualmente objeto da opressão capitalista e interessados na sua supressão. Aprenderiam que a dispersão e o isolamento imposto por determinadas condições de produção e de vida seriam limites para a sua não compreensão do modo de produção capitalista. Seria a situação da classe operária num sistema de produção social dominado pela fábrica, da sua organização decorrente de revolta, de consciência e da necessidade de promoção de alianças entre explorados, em que uma consciência mais elevada dos operários levá-los-ia ao exercício da hegemonia. O equívoco na incorporação do pensamento de Lenine talvez se confirme também nesse entendimento do próprio sentido de hegemonia. Porque é muito

difícil projetar qualquer hegemonia classista por delegação de papéis entre as classes, até por causa do conflito de interesses entre elas.

Uma típica estrutura social capitalista, não era o caso do colonialismo português sob nenhuma hipótese, caracteriza-se pela existência, em antagonismo principal, de operários e capitalistas e, em antagonismo secundário, outras classes e estratos sociais da população como os camponeses, os latifundiários, a pequena burguesia, o semi-proletariado das cidades, os funcionários públicos e os diferentes grupos intelectuais. Na estrutura social da sociedade angolana o antagonismo fundamental opunha colonizados a colonizadores, onde se destacaram, como classes fundamentais, os camponeses angolanos e os colonizadores portugueses, exploradores, mas nem sempre capitalistas. O equívoco apenas serviu para selecionar sem base real e objetiva os cidadãos em militantes e não militantes e atingir o principal objetivo, esse sim, mais ou menos claro: afastar a pequena burguesia que se incrustara no poder e ameaçava os objetivos da Revolução preconizada pelo MPLA.

Se é certo que a classe operária é a mais explorada no sistema capitalista, a que produz os bens materiais mas não recebe nada ou quase nada do produto do seu trabalho, a que menos futuro tem no sistema, não era essa a idéia que refletia a colonização portuguesa em Angola e o período que se lhe seguiu. Não era a interpretação mais precisa na medida em que a maioria da população colonizada era agrícola. Mesmo os operários, forçados a empregarem-se nos contornos da economia colonial capitalista, não só não perdiam o vínculo com as suas regiões de origem como não se adaptavam ao esquema de vida adotado pelas cidades coloniais. Por isso não eram os operários os mais explorados mas os camponeses, precisamente a classe que iniciou a revolta contra o colonialismo em defesa das suas terras e dos seus interesses comerciais e depois alimentou maioritariamente as fileiras dos corpos de guerrilha dos diferentes movimentos de libertação nascidos em Angola.

A consciência da necessidade e da possibilidade da luta foi desenvolvido nas cidades, pela pequena burguesia, em defesa dos seus interesses. Como idealizadora, porta-vozes de uma causa cujo

alcance não era por todos entendida da mesma forma, a pequena burguesia não poderia menos do que se sentir frustrada pela adoção de princípios ideológicos que contrariavam os seus interesses e a intenção da sua ação. O princípio que dividiu aleatoriamente a pequena burguesia em revolucionária e não revolucionária apenas agravou as conseqüências dessa análise. Como em última instância o que decide são os fatores econômicos e como esses se mantiveram sob controle da pequena burguesia não revolucionária, burocrática e resistente aos novos preceitos ideológicos, impôs-se uma divisão desnecessária e precoce entre as forças nacionalistas anticolonialistas, o que enfraqueceu qualquer impacto revolucionário anti-imperialista.

O marxismo-leninismo incorporado pelo MPLA-Partido do trabalho extrapolou qualquer realidade, não derivava do equilíbrio entre o nível de desenvolvimento das forças produtivas e o tipo de relações de produção estabelecidas. Não refletia nada do que até então se tinha analisado senão a influência que sobre o Movimento de Libertação Nacional exerceu um outro fator externo preponderante: o conflito Este/Oeste. A análise elaborada em torno da interpretação da classe operária *para si* acobertou o risco de a pequena burguesia se atribuir a hegemonia na condução dos destinos do país em contradição com o sentido da orientação preconizada pelo MPLA-Partido do Trabalho. O panorama idealizado para a revolução socialista era absolutamente fictício e a importação de valores sobrepôs-se, sem respeito, a toda uma cultura tão válida quanto todas as outras.

Como seria de esperar, a reação dos inimigos do MPLA-Partido do Trabalho visou a introdução, na sociedade pós-independente, dos elementos ideológicos de oposição aos princípios estabelecidos, como o enaltecimento do individualismo, da sobreposição dos interesses pessoais sobre os coletivos, do estímulo da atividade burocrática improdutiva em desabono da produção local, subjugada desde sempre pelas importações e pêlos interesses nela envolvidos, valorizando um nacionalismo que não impedia nem refreava o ascendente dos interesses externos sobre os nacionais. No plano imediato essa ação objetivou com algum êxito a criação de situações materiais difíceis, na tentativa de promover o confronto de interesses

e opiniões, o estímulo do interesse material individual e a sensação de insegurança coletiva.

Se para vencer o colonialismo se tornou necessária a unidade de todas as classes e camadas sociais anticolonialistas, para resistir às investidas imperialistas o MPLA-Partido do Trabalho promoveria um tipo de unidade ideológica difícil de concretizar. De todos os modos o sentido de necessidade de unidade nacional em função da Reconstrução da Nação permaneceu inalterado, refletindo as divergências que se plasmam no desenvolvimento econômico, social e político atual. Na realidade, a própria idéia de unidade contém em si contradição, oposição, confronto. Unidade não pressupõe unitarismo mas a existência de princípios basilares definidos que visam objetivos comuns, claros e conhecidos, uma comunidade de interesses e princípios surgidos do processo de construção de determinado modo de produção e uma das condições para a sua realização consiste na solução dos problemas que hoje minoram as possibilidades de desenvolvimento dos cidadãos tomados como indivíduos, como coletivo nacional e como parte do universo.

Conclusão

“Antigamente havia que destruir o socialismo real. Agora que o socialismo real desapareceu da Europa, a chamada democracia descobre que andou sempre a negociar ou a sustentar ditaduras. Negoceia inclusive com regimes comunistas (como a China e o Vietnã) que têm regimes econômicos que aplicam a economia de mercado e que estão destinados a ser, pelo número de habitantes, o maior mercado do próximo século. Portanto, certos dirigentes políticos interrogam-se sobre as verdadeiras intenções dos países ricos hoje”. Os países africanos “castigados pelas guerras destruíram a produção e ficaram impotentes perante o avanço imparável do deserto. O continente entrou na espiral da fome. Mas fome de verdade! Algumas imagens significativas dela deram a volta ao mundo e hoje, por causa disso, o continente é mais conhecido...”⁷³.

Proclamada a Independência Nacional em 11 de Novembro de 1975 Angola submergiu, como o resto da África, numa crise sem precedentes na sua história. Crise política, referente ao processo de consolidação do Estado e do Estado enquanto tal, surgida da destituição da administração colonial, da ruptura social entre os diferentes componentes da sociedade, decisivo para a conquista do poder pelo Movimento de Libertação Nacional portador do seu próprio projeto de transformação social e agravada pela incapacidade de reprodução do novo poder instituído na medida em que se apropriou quase que sem crítica de estruturas e instituições sociais e econômicas alheias ao seu projeto.

Ao instituir o controlo unipartidário da sociedade e do Estado, no sentido da reorganização das alianças, da alteração do sistema económico e administrativo do Estado, do poder político e da sociedade, ao transformar o regime, o MPLA-Partido do Trabalho orientou a sua ação para a resposta a diferentes tipos de

⁷³ Teles Carreira (Iko), Henrique. O Pensamento Estratégico de Agostinho Neto. Publicações Dom Quixote. Lisboa. 1996.

antagonismos que traduziam diferentes formas de gestão e trânsito por estratégias divergentes de atuação. A crise condensou-se em contradições ao estreitarem-se as ligações internas e externas somadas à paralisia de toda a rede de pequenas e médias empresas que alimentavam os circuitos de troca entre as zonas rurais e as cidades. Estas são causas que ajudam a entender algumas das razões porque o Estado não foi capaz de fazer funcionar a sua administração em todo o território nacional. Do ponto de vista político, as instituições idealizadas pelo novo poder, a despeito dos programas e princípios que defendeu, na prática, em pouco diferiram das idealizadas pelos colonizadores em função dos seus interesses e objetivos, intrinsecamente elitistas e autoritárias.

A absorção de algumas dessas instituições, mesmo que apenas em parte da sua dinâmica e princípios, implicou a manutenção de determinados mecanismos que determinam a existência do fosso entre o Estado, o Governo e as suas instituições, de um lado, e o povo de outro, até em situações específicas em que se havia mostrado consciência da necessidade de se evitar tal alienação. “...ainda temos uma grande influência pequeno burguesa dentro do nosso Partido e dentro do nosso Governo e precisamos de fazer algumas modificações para que esse estado de coisas termine. Se nós continuarmos a consentir que o nosso Partido, o nosso Governo, tenha uma predominância de elementos da pequena burguesia ou influenciados pela pequena burguesia, o que vai acontecer daqui a dois ou três anos (...) é que nós vamos mudar de orientação com as mesmas palavras de ordem, não cumprir aquilo que foi determinado pelo nosso Congresso e nós voltaremos a uma fase de capitalismo não confessado”. “Nós não temos em Angola uma burguesia com poderes. Não temos, mas podemos ter no futuro senão tomarmos cuidado. Podemos ter uma burguesia com poderes, se não tomarmos cuidado. Ora, o que nós queremos é que os operários e camponeses tenham o poder e não a burguesia. O mais importante é resolver os problemas do povo⁷⁴”.

⁷⁴ Neto. Antônio Agostinho. Discurso pronunciado na cidade do Lubango. 27 de Julho de 1979.

Diante do crescimento do poder real do partido marxista-leninista, exercido em nome das classes operária e camponesa, instalaram-se e cresceram desmedidamente forças militares e militarizada na exata proporção em que a Nação foi sendo reduzida ao silêncio e substituída no seu protagonismo. Do ponto de vista econômico, as novas instituições insistiram no funcionamento contínuo das várias economias nacionais dentro do mesmo sistema global que as manteve dominadas desde a instauração da colonização.

O programa do MPLA-Partido do Trabalho explica que “a conquista do poder pelas classes operária e camponesa é somente o começo da Revolução Socialista, pois que o poder político é utilizado para destruir as velhas relações de produção e criar novas. O País vive presentemente a etapa da Revolução Democrática e Popular que constitui um período de transição para a construção do Socialismo. Dentro desta etapa, Angola encontra-se numa fase de Reconstrução Nacional, a que se seguirá a Fase de Consolidação do Poder Democrático e Popular, caracterizada num primeiro período por se coadunar com o prosseguimento de uma economia de guerra, o que leva a orientar o esforço de restabelecimento econômico dirigindo-se numa primeira prioridade para o apoio efetivo à Defesa da Soberania Nacional e da integridade territorial nos seus múltiplos aspetos. Neste período de transição continuarão a coexistir cinco tipos econômicos:

- a)* Economia camponesa tradicional, de quase subsistência.
- b)* Pequena produção mercantil no campo e na cidade.
- c)* Capitalismo privado representado sobretudo pelos grandes interesses monopolistas e pelos médios capitalistas estrangeiros.
- d)* Capitalismo de Estado, representado pelas empresas mistas.
- e)* Formação Socialista.

“A Formação Socialista, constituída pelas empresas estatais, cooperativas e associações, desenvolver-se-á através da consolidação

do patrimônio existente, reformulando e fortalecendo-se as condições e os métodos de gestão do mesmo”⁷⁵.

A julgar pelo resultado de vinte anos de isolamento no poder, pode-se concluir que o novo regime poderia ter modificado a sua relação com o sistema econômico em geral, pelo aumento de impostos sobre os dividendos estrangeiros, pelo incremento da extração mineira, por empréstimos ao estrangeiro para este ou aquele projeto útil, etc., etc., etc. Mas não é costume que tais medidas resultem mais do que fragmentos do sistema capitalista que as engloba. À medida que o tempo passou grande parte da elite governamental se acomodou na posição adquirida e defendeu-a o melhor que pôde. O aumento da produção, pelas empresas estrangeiras e das exportações em nenhum momento acompanharam qualquer mudança estrutural que trouxesse algum crescimento complementar como mudanças institucionais ou a distribuição dos ganhos em proveito da sociedade.

O aumento da produção, onde se deu, não representou qualquer desenvolvimento. Aumentaram-se os gastos com salários péssimos para os trabalhadores não especializados, geralmente angolanos, extravagantemente altos para os especialistas estrangeiros e aumentaram os rendimentos com os impostos recebidos pelo governo. Os gastos com salários nunca traduziram qualquer expansão da produção interna pelo consumo de produtos comprados pelos trabalhadores assalariados, apenas impôs um aumento nas importações e refletiu o rendimento proveniente da captação de impostos gastos quase totalmente de forma improdutiva, pelo que não contribuíram para qualquer aumento da capacidade produtiva do país.

Enquanto a elite política e burocrática se agiganta em número e riqueza argumentando um crescimento nacional, apesar da longa guerra, a antiga potência colonial e o sistema que lhe dá sustento recebe toda a transferência de riqueza que puderam. Há bons motivos para afirmar que Angola não tem ainda uma burguesia

⁷⁵ MPLA-Partido do Trabalho. Programa e Estatutos. Aprovado pelo II Congresso. 2-9 de Dezembro de 1985.

nacional capaz de produzir e acumular grandes capitais. Contudo ninguém duvida da boa participação de burguesias alienígenas nos rendimentos tidos em Angola. Se é isso um atestado de incompetência pela incapacidade demonstrada em instituir um sistema que lhe garanta alguma independência e satisfação dos seus próprios interesses e aspirações ou se é essa a medida justa das capacidades demonstradas só tempo dirá.

De modo geral a administração pública angolana tem sido dirigida por uma cúpula onde predominam indivíduos que de algum modo se destacaram durante a luta anti-colonial e em quem, pelo menos em tese, foi delegada a tarefa de alcançar e materializar metas e objetivos específicos preconizados durante a Luta de Libertação Nacional e que deveriam dar determinado conteúdo à República. Contudo, pelas características que adquiriu ao longo do tempo, não parece que tenha estado dependente de quaisquer interesses que não os derivados de uma complexa composição social, econômica e política e de inconvenientes reminiscências de uma colonização secular. “O que eu penso como orientação para o nosso Partido é que a burocracia se coloque ao serviço dos operários e dos camponeses (...). Isso para nós podermos fazer a revolução até ao fim, para nós de fato podermos transformar a nossa sociedade”. “Se a burocracia, se os intelectuais revolucionários, se aqueles que têm algum conhecimento não se colocam ao serviço do povo, não se colocam ao serviço dos operários e dos camponeses, naturalmente destrói-se a revolução”. “Nós já criamos alguns serviços, alguns organismos dentro do nosso país que não serviram à classe operária ou à classe camponesa (...) e por não terem servido eles foram afastados e o que acontece nestas condições é (...) que cada um que se sente afastado, pensa sempre na sua vingança, pensa que é o homem ou a mulher mais importante do país e portanto pensa na sua vingança, vingança que não atinge o povo, vingança que não pode destruir a idéia popular. Vingança que é completamente impotente diante das aspirações revolucionárias do nosso povo e quando nós assistimos a certos atos no nosso país, derivados de situações criadas pelo não cumprimento dos princípios da revolução evidentemente nós pensamos

imediatamente que haverá qualquer reação. Mas é uma pura reação, sem conseqüências!⁷⁶.

Pela identidade anunciada e pela perspectiva adquirida seria de esperar que um Estado concebido à raiz do Movimento de Libertação Nacional assumisse a condução do processo de transição que permitisse a saída do país da crise em que se encontra e retomasse o caminho do desenvolvimento com recurso à sociedade, até como forma de evitar as pressões a que tem sido submetido pelos interesses externos predominantes em África e pela própria lógica do sistema capitalista mundial.

A base das idéias sobre desenvolvimento em países como Angola, que precisam de definir objetivos e estabelecer limites conceituais que balizem um sentido da cooperação e da Independência diferentes de concepções sobre crescimento econômico que não pressuponham desenvolvimento, assentam na renúncia de sistemas que lhe atrofiam o movimento e na defesa da soberania. As "trocas comerciais têm sido feitas atualmente em desvantagem para a África que é a detentora de uma muito grande parte das matérias-primas. No entanto, a nossa capacidade comercial não deve limitar-se à concessão de oportunidades aos diferentes países de importar de África os materiais crus. Para que haja uma efetiva independência da África e de cada país é necessário que os planos de industrialização planificada sejam feitos ao nível da OUA. A industrialização planificada poderá ser a base para que um Mercado Comum exista, para que possamos comerciar de igual para igual com os países desenvolvidos. As razões técnicas, as razões tecnológicas e até as preocupações de gestão podem ser ultrapassadas com a cooperação internacional que, estou seguro, obteremos facilmente. Até porque essa é uma das bases mais importantes de colaboração no plano internacional mundial. As fontes energéticas de matérias transformáveis existem abundantemente no nosso continente. A industrialização planificada será a base para uma cooperação interessada entre os Estados africanos e para a unidade política que desejamos. Hoje, África parece um corpo inerte onde cada abutre

⁷⁶ Neto, António Agostinho. Discurso pronunciado na cidade de Malange. 19 de Agosto de 1979.

vem debicar o seu pedaço. As matérias-primas servem a exportação enquanto que o nosso interesse fundamental é a transformação".⁷⁷

Na periferia do mundo desenvolvido as tentativas de desenvolvimento baseiam-se em eternas tentativa de organização de amplas transições entre sistemas de produção baixa ou primitiva e sistemas capazes de produzir derivados da ciência, da tecnologia e da organização moderna. Acontece que a eficiência de um dado modelo de desenvolvimento assenta fundamentalmente em estruturas que compreendam a Nação, instituições sociais e políticas capazes de promover esse envolvimento geral e abrangente. A Nação precisa de estar no centro da ação e ser a primeira beneficiária. Essa é uma das principais lição apreendida da Luta de Libertação Nacional. Só essa perspectiva justifica o envolvimento generalizado pela transformação, pela evolução das idéias, das crenças e das atitudes.

O êxito ou frustração de tal atitude depende também da qualidade da liderança, de uma relação dialética entre dirigentes e dirigidos onde a experiência, o saber e o conhecimento da Nação não sejam arbitrariamente substituídos pelo pensamento dos dirigentes. "Vulgarmente a vontade de independência nacional não possui uma tal força popular por trás de si, quando é somente um mito que não corresponde a um projeto social preciso, porque nesse momento, na base do país, muitas vezes, as pessoas sabem bem que a independência nacional aproveitará à classe dominante do país e mais nada; que ela será mais fácil de vencer por conversações ou de reduzir a uma neocolonização subtil, dado que respeitoso das formas internacionais. Reparem na África e no estado de neocolonização econômica em que se encontra por não se ter posto o problema desta maneira"⁷⁸.

Derrotada a revolução elevam-se novamente as interrogantes sobre os caminhos para o desenvolvimento. Chega a ser estranha a insistência nos argumentos em torno de um hipotético capitalismo

⁷⁷ Neto. António Agostinho. Primeiro Presidente da República de Angola. Discurso pronunciado na XV Cimeira de Chefes de Estado da OUA, realizada em Cartum, Sudão, em Junho de 1978.

⁷⁸ Rocard, Michel. *As Dominações Socio-Políticas no Mundo. Temas e Problemas*. Moraes editores. Lisboa. 1977. Págs. 33-34.

em África, como se fez em relação ao socialismo ou ao comunismo africano, sem que para tanto se exhiba a necessária evidência econômica, social e cultural. Ou talvez se confunde desenvolvimento com aumento da capacidade de exploração e de lucro de forças produtivas alienígenas num território onde sociedades inteiras coabitam sem qualquer autonomia, capacidade de iniciativa ou existência própria além dos marcos propostos pelo velho neocolonialismo.

Na economia africana os assalariados continuam sendo africanos, mas o comando, o que determina e controla desde a produção ao preço da mercadoria, está fora de África: o capital e quem o detém. O sistema predominante caracteriza-se pela existência de uma elite nacional absolutamente dependente, sem capital além da propina pouca, sem tecnologia nem capacidade de iniciativa independente, beneficiária numa relação de representação do sistema estrangeiro que lhe domina. Em África, todas as decisões essenciais dependem, direta ou indiretamente do exterior. O resultado desse tipo de gestão em nenhum momento caracteriza desenvolvimento, mudança de sistema, capitalismo nacional, identidade própria, independência. Pelo contrário é a consolidação de uma hegemonia secular, anterior à concessão das independências nacionais africanas.

Com o excedente passível de investimento regularmente transferido para o exterior o que se pretende chamar desenvolvimento ou crescimento econômico não é característico da economia que o produz mas da que o recebe. A existência do *sócio* local é que dita o tom dessa forma de neocolonialismo moderno. É apenas a reedição ampliada em novos tons da associação do africano beneficiário do tráfico de escravos com o europeu. Hoje a elite africana é ávida importadora de desnecessidades em nome do Estado e assim *compram* e conservam o subdesenvolvimento.

Para os países desenvolvidos o comércio de escravos funcionou como reagente na promoção de um desenvolvimento sistemático. Incentivou a acumulação de capitais, resultante do comércio do açúcar que dependeu por sua vez do tráfico de escravos, pelo qual puderam fazer as suas revoluções industriais. Que desenvolvimento

trouxe para África esse comércio? Se algum africano participante ganhou alguma coisa foram migalhas, porque as Nações, essas ficaram mergulhadas na miséria. Hoje, portanto, noutras circunstâncias, nem por isso tão diferentes, já com o troféu da Independência política, outros chefes, outros homens ricos, outros comerciantes, mais uma vez, se apoderam de uma sociedade desigual pela exploração e pelo aprofundamento do subdesenvolvimento. É uma estrutura política e econômica regressiva em que os elementos que a compõem se encarregam, voluntária ou involuntariamente de evitar que seja de outro modo, seja qual for o desenvolvimento do sistema extrativo.

Regressiva porque não investe segundo as regras do próprio sistema capitalista, ultrajante porque ante a miséria, a fome, a doença que assolam África, os recursos são enviados para fora do continente. Decadente porque as elites nacionais não têm meios para investir tal a subserviência do papel que lhes é reservado. Com a agravante de serem quase todas administrativas em decorrência da sua própria história, em que o acesso aos assuntos da economia e da política foram determinados pela participação pessoal na Luta de Libertação Nacional. De tal sorte que quando aparecem a sua prosperidade está geralmente ligada ao capital do Estado e ao estrangeiro e, para rendimento do *seu* excedente encontram emprego remunerativo na especulação de propriedades ou na promoção de algum serviço bem longe da intranqüilidade em que se encontra a África que dirigem, nunca representando, portanto, parte alguma no desenvolvimento dos seus países.

Passada a miragem socialista Angola vê-se fragmentada, submetida a um sistema que não tem como controlar e incapaz de desenvolver o seu próprio sistema com autonomia. E, com certeza, continua a transferir riquezas para o exterior, submetida a um deslocamento social interno cada vez maior. A bem da verdade, muita coisa mudou desde a proclamação da Independência Nacional, menos o sistema que lhe era subjacente, surgido depois que se completou a Revolução Industrial na Europa do século passado. Tudo se combina para demonstrar que o desmoronamento do atual sistema já não poderá ser feito por qualquer tentativa de reprodução de sistemas

alienígenas mas pela inauguração de um outro capítulo, diferente do crescimento econômico sem desenvolvimento, pela Libertação Completa da Nação. A perspectiva anunciada pelo fim da guerra civil - menos civil do que reminiscência da guerra fria - e a consciência que aparentemente se tem do estado atual da Nação, provavelmente induzam à promoção do desmoronamento das estruturas existentes, comparável à passagem das economias pré-industriais para as industriais e outro correspondente nas instituições socio-culturais. Isso poderia pressupor a retomada ou renovação da revolução, tão ampla e genuína quanto a que levou à Independência Política, suficientemente intransigente para recusar reformas ou processos de adição simples ao que já existe. Poderia ser o exorcizar do passado, o desabrochar de estruturas e instituições representativas das aspirações nacionais.

Como se apresenta hoje Angola a idéia de reforma apenas confirmaria e reforçaria a impressão que se tem de dependência do fraco em relação ao forte, do pobre em relação ao rico. Positiva ou negativamente, a breve experiência angolana já mostrou que isso não é bom. Nenhuma prova em contrário. Um plano de ação, qualquer que ele seja, não pode mais basear-se, como até aqui, em preferências doutrinárias ou sentimentais, mas no estudo, na interpretação teórica dos fatos objetivos.

BIBLIOGRAFIA

1. Manifesto do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). 1956.
2. Manifesto do Movimento Anti-Colonial (MAC). 1 de Janeiro de 1960.
3. Programa e Estatutos do MPLA.
4. Programa e Estatutos do MPLA-Partido do Trabalho.
5. Documentos do MPLA e do MPLA-Partido do Trabalho.
6. “Tudo Pelo Povo! Tudo Pela Independência! Tudo Pelo Socialismo”. Coletânea de discursos de Agostinho Neto reunida pelo Departamento de Educação Política e Informação (DEPI) do MPLA-Partido do Trabalho.
7. “Agostinho Neto. Textos Políticos Escolhidos”. Tomos 1 e 2. Edição do Departamento de Informação e Propaganda (DIP) do MPLA-Partido do Trabalho.
8. Antônio Agostinho Neto. Sagrada Esperança. Poemas. União dos Escritores Angolanos. Novembro de 1979.
9. Santos, José Eduardo dos. Mensagem à Nação por ocasião do 20.º Aniversário da independência de Angola. Luanda. 1996.
10. Lei da Nacionalidade de 11 de Novembro de 1975. INA.1975
11. Lei do Poder Popular. Edição do Ministério da Informação. 1976
12. Lei Constitucional da República Popular de Angola. 1.ª Edição INA. 1975.
13. Lei Constitucional da República Popular de Angola. 2.ª Edição IN-UEE. 1981.
14. Lei Constitucional e Outras Leis Complementares. Edição do Ministério da Informação. 1991.
15. Teles Carreira (Iko), Henrique. O Pensamento Estratégico de Agostinho Neto. Publicações Dom Quixote. Lisboa. 1996.
16. Pacheco, Carlos. MPLA. Um Nascimento Polêmico. Veja e Carlos Ferreira. 1977.
17. Ferreira, Eugênio. Feiras e Presídios. Esboço de Interpretação Materialista da Colonização de Angola. Edições 70. Coleção Estudos de Autores Angolanos.

18. Guerra, Henrique. Angola, Estrutura Econômica e Classes Sociais. União dos Escritores Angolanos. Coleção Estudos. 5.^a ed. 1985.
19. Pinto, Antônio. 13 Anos de Luta Armada. Porquê?. Edição do autor. Impressão da Neográfica, SARL. Luanda. 1974.
20. David, Raul. Colonizados e Colonizadores (Perfis). Actualidade Editora, SARL. Luanda. 1975.
21. Moutinho de Pádua, Mário. Guerra em Angola. Diário de um Médico. Edições 70 para a UEA. Coleção Testemunhos. 1985.
22. ANGOLA. Transição Para a Paz, Reconciliação e Desenvolvimento. Coletânea de autores coordenada por Manuel Bravo. Hugin Editores. 1996.
23. Nascimento, Cardeal D. Alexandre do. Encarando o futuro. In Povos e Cultura. N 4. Educação em África. Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa. Universidade Católica Portuguesa. Lisboa. 1989/1990.
24. Carvalho, Ruy Duarte. Angola: O passado vivido e o presente em presença. In: A crise e o desafio democrático. ADRA - Programa Angola Canadá - CIDMAA. Luanda, Agosto de 1992.
25. Teses Angolanas. Documentos da VI Conferência dos Escritores Afro-Asiáticos. 1.^o Volume. Edições 70 para a UEA. Coleção Estudos. 1981.
26. Relatório de História. Integrado no "Projeto de Investigação Sobre a Questão Nacional". MPLA-PT. Luanda. 1985. Equipe de estudos composta pelas historiadoras Maria d'Almeida, Paula Tavares, Maria da Conceição Neto, Blanca Melchior, Olga Montalvan e outros.
27. UEA - União dos Escritores Angolanos. A Dimensão Cultural do Desenvolvimento. Escritores, Literatura e Desenvolvimento. Cadernos Lavra & Oficina/88. UEA. Luanda. 1990.
28. Abranches, Henrique. "Processo histórico". Folheto sem data.
29. Falcão, Luís de Figueiredo. Livro que contém toda a Fazenda e real patrimônio dos reinos de Portugal, Índias e Ilhas Adjacentes, Relatório Estatístico de um Secretário de Filipe IV na primeira parte do século XVII, publicado em Lisboa em 1859.
30. Manso, Paiva. História do Congo.
31. Caetano, Marcelo. Os nativos na Economia Africana. Coimbra. 1954.

- 32.Lima, J. J. Lopes de. Ensaio sobre uma Estatística das Possessões Portuguesas. 4.º volume. 1844-1859.
- 33.Silva Porto (1847-1890). Viagens e Apontamentos dum Portuense em África. Diário publicado em 1942 pelo então Ministério das Colónias.
- 34.Galvão, Henrique. História do Nosso Tempo: João de Almeida (sua obra e acção). Lisboa. 1934.
- 35.Correia, Pezarat. Descolonização de Angola. A Jóia da Coroa do Império Português. Edição de Ler & Escrever. Luanda. 1991.
- 36.Sá Machado, Vítor de. A Cooperação educacional nos países africanos de língua portuguesa. In: Povos e Cultura n.4. Educação em África. Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa. Universidade Católica Portuguesa. Pág. 163.
- 37.Marx, K. e F. Engels. Manifesto do Partido Comunista. Paris. 1951.
- 38.Lenine, V. I.
Obras Completas.
Carlos Marx. O C, t. 26, pág. 75. Ed. Em espanhol.
Obras Escogidas en dos tomos. Ed. en Lenguas Extranjeras, Moscú, 1948, T. II, pág. 612 y 613. Tradução livre do espanhol.
- 39.Davidson, Basil. Angola no Centro do Furacão. Ed. Delfos. Lisboa. Novembro de 1974.
- 40.Vilches, Otto. Angola Asalta El Cielo. Edicions Unión. La Habana. 1980
- 41.Simonsen, R.P. História Econômica do Brasil.
- 42.Barbot, John. in J. and H. Churchill. Collection of Voyages.
- 43.Tucker, J. T.. Angola: A Terra do Príncipe Ferreiro. N. Y.. World Dominion Press. 1933.
- 44.vonEschwege, W. B.. Journal von Brasilien. Weimar. 1818.
- 45.Cuvelier, J. E. e Jadin. O Antigo Congo segundo os arquivos romanos, 1518-1650. Bruxelas. 1954. Págs. 527-8.
- 46.Stockwell, John. "A Cia contra Angola". Ed. Ulmeiro/União dos Escritores Angolanos. Setembro de 1979.
- 47.Rocard, Michels. As Dominações Socio-Políticas no Mundo. Temas e Problemas. Moraes editores. Lisboa. 1977.
- 48.Renan, Ernesto. O que é uma Nação?. Sorbonne. Paris. 11. Março. 1882. 2.^a edição del Centro de Estudios Constitucionales. Madrid. 1983.